

unesp

Faculdade de Ciências e Tecnologia
Presidente Prudente

GEOGRAFIA

em

Atos



V.1, nº 4, 2002

ISSN 1519-8367

ISSN 1519-8367

Número 4, Volume 1 - Presidente Prudente, Dezembro de 2002

GEOGRAFIA EM ATOS

**DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CÂMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE**

© dos autores, 2002

Direitos desta edição:

Departamento de Geografia – FCT/UNESP/Presidente Prudente
Chefe do Departamento de Geografia: Antonio Nivaldo Hespanhol
Sub-Chefe do Departamento de Geografia: Eda Maria Góes
Diretor da FCT: Neri Alves
Vice-Diretor da FCT: João Fernando Custódio da Silva
Reitor: José Carlos Souza Trindade
Vice-Reitor: Paulo César Razuk

Conselho do Departamento de Geografia:

| | |
|---------------------------------|----------------------------|
| Antonio Nivaldo Hespanhol | Eda Maria Góes |
| Claudemira Azevedo Ito | Antonio Cezar Leal |
| Eliseu Savério Sposito | Bernardo Mançano Fernandes |
| Manoel Carlos T. F. de Godoy | Miguel Gimenes Benites |
| Margarete C. de Costa T. Amorim | Sérgio Braz Magaldi |
| Rosângela Ap. de M. Hespanhol | João Lima Sant'Ana Neto |

Diagramação:

Antonio Nivaldo Hespanhol, Margarete Cristiane de Costa Trindade Amorim e Nair Katsue Tokojima

Capa:

Produção de Odirlei Silva Jesus, sobre concepção original de Antonio Thomaz Júnior e Jayro Gonçalves Melo.

Produção Gráfica:

Gráfica Copy Set
Rua Ribeiro de Barros, 1147 – Fone/Fax: (18) 221-0530
Presidente Prudente - SP

Geografia em Atos é um periódico dedicado a publicação de artigos, comunicações de pesquisas e resenhas elaboradas por alunos e professores do Curso de Graduação em Geografia da FCT/UNESP. O objetivo é possibilitar que trabalhos de boa qualidade sejam veiculados e gerem debates críticos para a melhoria da qualidade da pesquisa, do ensino e da extensão em Geografia.

Conselho Editorial

| | |
|-------------------------------|----------------------------------|
| Alberto Albuquerque Gomes | Jayro Gonçalves Melo |
| Antonio Cezar Leal | João Lima Sant'Ana Neto |
| Antonio Thomaz Júnior | João Osvaldo Rodrigues Nunes |
| Bernardo Mançano Fernandes | Luis Antonio Barone |
| Claudemira Azevedo Ito | Manoel C. T. Franco de Godoy |
| Eda Maria Góes | Marília Coelho |
| Everaldo Santos Melazzo | Maria Encarnação Beltrão Sposito |
| Eliseu Savério Sposito | Miguel Gimenes Benites |
| Encarnita Salas Martin | Rosângela Ap. de M. Hespanhol |
| Francisco Carlos de Francisco | Sérgio Braz Magaldi |

Direitos Autorais

Os direitos autorais dos artigos publicados pertencem à Revista **Geografia em Atos**. Fica autorizada a reprodução dos originais, mediante a citação completa dos autores, conforme as normas vigentes da Associação Brasileira de Direitos Reprográficos (ABDR). Todo o conteúdo dos artigos é de responsabilidade dos autores.

Endereço para envio dos Manuscritos

Correspondência, solicitação de informações e envio de manuscritos (conforme as normas no final dessa edição), deverão ser encaminhados para a redação da **Geografia em Atos**: Caixa Postal: 467. CEP. 19060-900. Presidente Prudente (SP). Telefone: (0XX18) 229-5375. FAX (0XX18) 221-8212. E-mail: depgeo@prudente.unesp.br

Editores

Antonio Nivaldo Hespanhol
Margarete Cristiane de Costa Trindade Amorim

SUMÁRIO

Página

| | |
|---|-----|
| Apresentação | vii |
| Relações internacionais brasileiras e o contexto do Cone Sul e o processo de (des)articulação econômica entre Brasil-Argentina Marcelo Nunes e Sérgio Braz Magaldi | 1 |
| Sobre presídios, mídia e agentes penitenciários: uma nova realidade social no oeste paulista? Eda Maria Góes | 11 |
| As praças públicas de Presidente Prudente/SP: dinâmica sócio-espacial e caracterização da vegetação Marcos Antonio Silvestre Gomes e Margarete Cristiane de Costa Trindade Amorim | 21 |
| A agricultura familiar no município de Álvares Machado - SP Wagner Miralha e Rosangela Ap. de Medeiros Hespanhol | 39 |
| Contribuição para a construção do conhecimento e resgate do patrimônio arqueológico no Baixo Paranapanema paulista: o estudo do Sítio Arqueológico Lagoa Seca Emanuel Martins Reis e Neide Barroca Faccio | 61 |
| Trabalhadores brasileiros no Japão: reflexões sobre a Comunidade em Hamamatsu Claudemira Azevedo Ito | 79 |
| A resistência dos Bairros rurais no município de Martinópolis – SP Paulo César de Souza e Antonio Nivaldo Hespanhol | 99 |
| A dinâmica da agricultura familiar no município de Presidente Prudente - SP Elias Oliveira Noronha e Rosangela Ap. M. Hespanhol | 115 |
| Resistência camponesa e violência ruralista no Estado do Paraná Priscila Bagli e Bernardo Mançano Fernandes | 135 |
| Notas | |
| Representações sociais da população de rua; Presidente Prudente (SP) Luciano Antonio Furini e Eda Maria Góes | 147 |

Notas sobre a discussão da "questão agrária" no capitalismo no contexto do pensamento marxista
Sérgio Braz Magaldi e Everaldo Santos Melazzo 155

Resenhas

SOUZA, Marcelo Lopes de. Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, 560p.
Nelson Rodrigo Pedon e Eliseu Savério Sposito 169

Normas para Publicação 175

RELACIONES INTERNACIONALES APRESENTAÇÃO

A Revista *Geografia em Atos* tem se consolidado como um importante instrumento de interlocução na comunidade geográfica. Professores e alunos do Curso de Graduação em Geografia da FCT/UNESP têm se empenhado para manter este veículo de divulgação das pesquisas desenvolvidas e em andamento, atingindo assim, os objetivos para os quais foi criada.

Os artigos apresentados neste número explicitam a qualidade dos trabalhos que vêm sendo desenvolvidos no Departamento de Geografia, valorizando o debate crítico e construtivo sobre o pensar e o fazer Geografia. Dessa forma, é mantida a pluralidade político-teórico-metodológica presente nas edições anteriores. As temáticas discutidas são provocativas, instigantes e contribuem para reflexões em diferentes escalas geográficas.

Além dos artigos com abordagens locais e regionais, neste número são apresentados dois trabalhos com enfoque internacional, abordando as relações brasileiras no contexto do cone sul e os trabalhadores brasileiros no Japão.

Na temática rural são discutidos problemas relevantes como a resistência dos bairros rurais no município de Martinópolis, a violência ruralista no Estado do Paraná e também as especificidades da agricultura familiar nos municípios de Álvares Machado e de Presidente Prudente, no Estado de São Paulo.

Reflexões envolvendo presídios mídia e agentes penitenciários; as praças públicas e a dinâmica sócio-espacial; o resgate do patrimônio arqueológico; além de duas notas e uma resenha, garantem a valorização das diferenças de temáticas e enfoques que fazem da *Geografia em Atos* um importante instrumento de interlocução da comunidade geográfica.

Os Editores

RELAÇÕES INTERNACIONAIS BRASILEIRAS NO CONTEXTO DO CONE SUL E O PROCESSO DE (DES)ARTICULAÇÃO ECONÔMICA ENTRE BRASIL-ARGENTINA¹

Marcelo Nunes²
Sérgio Braz Magaldi³

Resumo: Este artigo busca analisar e discutir os balizamentos e as características que configuram o processo de aproximação e cooperação econômica entre Brasil e Argentina na última década do século XX, tendo como pano de fundo algumas das posições que marcam a condução e os impasses da diplomacia brasileira no subcontinente. Neste sentido, entende-se ser possível compreender os efeitos das políticas neoliberais que caracterizam tal processo, reunindo elementos para a reflexão acerca das suas reais condições, necessidades, configurações e efeitos no âmbito dos países sul-americanos, em especial nas relações econômicas entre Brasil e Argentina.

Palavras-chave: relações internacionais; integração econômica; blocos econômicos; relações comerciais; políticas neoliberais.

BRAZILIAN INTERNATIONAL AFFAIRS IN THE SOUTH CONE CONTEXT AND THE ECONOMIC (DIS)ARTICULATION PROCESS AMONG BRAZIL AND ARGENTINA

Abstract: This article searches for the basis and the features that explain the process of economic approximation and cooperation amongst Brazil and Argentina throughout the last decade of the twentieth century, considering as a background, some positions and difficulties that shape the address of the Brazilian diplomacy in the South America. In this sense, it is considered the possibility to understand the effects of the new liberal politics that characterize such process, gathering elements for the reflections concerning its real conditions, needs, configurations and effects in the scope of the south American countries, specially throughout the economic ties among Brazil and Argentina.

¹ Artigo desenvolvido a partir do Relatório Final de Projeto de Iniciação Científica realizado junto ao Programa PIBIC/UNESP/CNPq (2000-2001). Orientadores: Prof. Sérgio B. Magaldi e Profa. Maria Encarnação B. Sposito.

² Aluno do quarto ano do Curso de Graduação em Geografia da FCT/UNESP, Câmpus de Presidente Prudente. E-mail: nunegeo@bol.com.br

³ Professor do Departamento de Geografia da F.C.T./UNESP, Câmpus de Presidente Prudente. E-mail: smagaldi@prudente.unesp.br. Endereço para correspondência: Departamento de Geografia – FCT/UNESP. Rua Roberto Simonsen, 305. Cep: 19060-900. Pres. Prudente – SP. Tel. 18 2295375.

Key-words: international affairs; economical integration; economical blocks; commercial affairs; new liberal economic policies.

À guisa de introdução: algumas reflexões sobre a ação diplomática brasileira contemporânea no cenário das relações subcontinentais - impasses e desafios.

O quadro das relações econômicas entre Brasil e Argentina não pode ser entendido de forma qualificada sem que se observe e analise, mesmo que de forma contextualizada, questões que têm pautado a política externa brasileira contemporânea. Uma pauta onde se destacam os contenciosos comerciais, mas que não se esgotam neste tema, traduzem a forma como a diplomacia nacional tem conduzido e encaminhado sua política de fortalecimento e consolidação da inserção do país no cenário internacional, em especial no âmbito sul americano.

O setor diplomático é uma das poucas áreas do Estado brasileiro em que, ao que parece, restariam poucas dúvidas sobre a sua excelência e capacidade de seus quadros. Caberia perguntar se esta fama – merecida ou não – se deve antes, ao seu sabido e excessivo compromisso histórico com o pragmatismo e com a discrição. Afinal, neste país, diplomacia e relações internacionais sempre foram assuntos restritos aos círculos mais íntimos das elites e do poder.

Mas se por um lado, tal discussão demanda maior profundidade analítica, por outro, parece claro que ao longo dos dois mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso, o setor diplomático brasileiro ganhou maior visibilidade interna e externa. Não poderia ser diferente, já que o cenário internacional contemporâneo assim o exige. Demandas por maior eficiência e efetividade das nossas estruturas e representações diplomáticas têm sido mais frequentes e se originam dos mais variados setores e grupos até então alheios ao tema. Assim, é preciso que a sociedade esteja preparada para este debate e para os desafios que daí se desdobram. O exemplo mais imediato é a discussão em curso sobre a posição que o país deve assumir e praticar em relação à proposta e ao cronograma de implantação da Associação para o Livre Comércio das Américas (ALCA).

Nesse sentido, merece atenção a forma como nossa diplomacia tem se posicionado face aos recentes episódios em que o nome do Brasil aparece destacado, de forma positiva ou negativa, nas agendas das organizações internacionais; nas pautas diplomáticas dos países poderosos ou no noticiário internacional especializado. Para ficarmos em alguns poucos exemplos, vale lembrar:

- a) os novos capítulos dos contenciosos comerciais com os países ricos, que afetam diferentes setores da economia do país (aeronáutico, agrícola, siderúrgico, entre outros);
- b) o episódio sobre o direito brasileiro de produzir e comercializar medicamentos do coquetel anti-Aids;

- c) o posicionamento frente à crise argentina e à escalada das dívidas dos países pobres;
- d) a contestação da metodologia de cálculo do superávit fiscal imposta pelo FMI;
- e) a demanda por um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU;
- f) a posição (passiva) do Itamaraty no episódio da saída forçada do embaixador Bustani da direção da Agência de controle e erradicação de armas químicas e biológicas da ONU (OPAQ) por pressão dos EUA;
- g) as posições e propostas levadas pelo Brasil na Conferência Rio + 10;
- h) a exigência de cumprimento pelos países ricos, das decisões conjuntas assinadas nos vários encontros promovidos pelas instâncias e órgãos deliberativos do sistema ONU, entre tantos outros.

Trata-se então de identificar o sentido e as características desse mais recente ciclo de nossa diplomacia e avaliar os seus resultados e impactos internos e externos. Nota-se um certo esforço diplomático – ainda que extremamente tímido e modesto, diga-se – para se contrapor à imagem negativa do país que predomina nos círculos oficiais internacionais. A imagem de que seríamos, em geral, tudo aquilo que de fato somos, em maior ou menor grau, isto é, um país fortemente "contaminado" pela corrupção, tal como se referiu recentemente o ex-secretário de tesouro do presidente George W. Bush, mesmo que isto não nos agrade e tenha sido feito de forma oportunista e descontextualizada, além de sermos um país recedista em desigualdades socioeconômicas e regionais, desorganizado e fragilizado institucionalmente, predador voraz do meio-ambiente e com graves problemas nos campos da segurança, justiça, políticas sociais, entre outros.

Por outro lado, dar maior visibilidade internacional às mazelas da nação, chamando a atenção para sua gravidade, pode revelar maior transparência governamental e a adesão a compromissos, até aqui inéditos na história de nossas relações internacionais, com uma postura diplomática pautada pela exigência crescente de solidariedade e de responsabilidade por parte do sistema mundial de poder e de seus principais líderes, particularmente a nação hegemônica.

Desde os anos 1950 do século XX, tempo em que os movimentos de auto-afirmação das nações subdesenvolvidas começaram a reivindicar um novo padrão de relacionamento mais soberano no planeta, que as possibilidades de reversão de tais situações de inserção subordinada no plano internacional passam, necessariamente, por ações afirmativas realizadas de forma articulada pelas nações exploradas. Nesse caso, os seus respectivos setores diplomáticos nacionais tornam-se meios valiosos para qualificar, instrumentalizar e operacionalizar o enfrentamento com os interesses

dominantes, sejam eles governamentais ou corporativos. Interesses que, via de regra, originam e aprofundam este padrão perverso de subordinação contemporânea. Também não é novidade, que tal padrão assimétrico de poder sobrevive em grande parte, graças às situações internas de fragilidade e desigualdade referidas acima, igualmente apontadas de forma cínica e hipócrita pelos países dominantes, como de única e exclusiva responsabilidade de suas vítimas.

Nessa perspectiva, países como o Brasil, China, África do Sul, Índia, Turquia, Egito, Irã, México, Polônia, por exemplo, pelas suas características e pelo potencial que internalizam, não podem perder a oportunidade de se consolidar como atores geopolíticos e diplomáticos de expressão no cenário mundial, não limitando ou comprometendo seus horizontes históricos futuros a um papel de subserviência econômica e política de segunda linha, como quer o fundamentalismo neoliberal comandado por Washington.

Contudo, a atual combinação de restrições (internas e externas) e os compromissos assumidos pelo governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, que chega de forma melancólica ao seu final, indicam que uma certa ambiguidade se consolida como uma das características marcantes da forma e do estilo de nossa ação diplomática recente no cenário internacional. Articulada à campanha por uma imagem mais "palatável" do país no exterior, a hesitação diplomático-governamental – para dizer o mínimo – parece querer harmonizar a sua cega obediência pragmática à ordem econômico-financeira à algumas iniciativas, ainda muito tímidas e restritas, nos campos do comércio, da governança, da solidariedade e da defesa do patrimônio ambiental mundial. Caberia ainda perguntar se tais iniciativas não se dirigem muito mais ao nosso "consumo interno", ficando portanto, muito aquém de um projeto diplomático efetivamente soberano.

As relações com a Argentina, no contexto do Mercosul, assim como toda a agenda relativa à ALCA que se coloca como grande tema de debate e enorme desafio para o governo e para a sociedade brasileira, ocupam lugar de destaque na análise da dinâmica das relações internacionais que interessam ao país hoje e no futuro próximo. Neste sentido é mais do que oportuna a comunicação de pesquisa que ora se apresenta, cuja intenção é dar visibilidade e debater o processo de relacionamento econômico entre Brasil e Argentina, analisando e problematizando suas potencialidades e dificuldades, o que se constitui tema de inequívoca dimensão geopolítica.

Integração econômica no Cone Sul: breve contextualização

Ao discutir o processo de articulação econômica no Cone Sul, é necessário começar por uma breve contextualização e caracterização das formas assumidas pelo capitalismo contemporâneo no plano global, como condição para se entender as novas

configurações no âmbito dos países periféricos. Não restam dúvidas que a década de 90 iniciou-se com uma clara tendência para a estruturação da economia mundial em blocos econômicos, transformando as características geopolíticas e geoeconômicas das tradicionais relações e negociações multilaterais entre os países. A direção tomada por este novo arranjo econômico-territorial reforçou as hierarquias e os níveis de subordinação das economias menos industrializadas e mais vulneráveis em relação, principalmente, à potência hegemônica. Ou seja, está-se diante de novas formas e processos que reforçam, recondicionam e reorganizam internamente as políticas e processos decisórios de países tais como os da América Latina, requalificando a dinâmica da dependência econômica.

Neste sentido, não custa lembrar a afirmação de SINGER (1998) sobre a dinâmica da dependência:

A dependência surge dum complexo jogo de conflitos e acordos entre classes e frações de classe, do qual resultam processos de desenvolvimento que recolocam de tempos em tempos, os seus próprios fundamentos. (SINGER, 1998, p. 119)

Neste mesmo diapasão Hirano (1997) afirma que é neste contexto que se dá a revalorização do espaço imediato, a partir dos processos de integração econômica, emergindo como uma nova roupagem da dinâmica capitalista atual, que empurra as economias latino-americanas de encontro à ideologia neoliberal, tendo como eixo central o primado do livre mercado e tornando-as permissivas aos investimentos estrangeiros diretos com a adoção de políticas que formalizam a liberdade de mercado, caminhando assim a passos largos na direção da internacionalização econômica, através destas aberturas comerciais.

Já sobre a relação entre globalização e blocos, Magnoli (1997) argumenta:

A regionalização não representa uma barreira para a globalização. Os blocos regionais, pelo contrário, formam a estrutura orgânica da economia mundial. Por isso, o fortalecimento da última implica na multiplicação dos primeiros. (MAGNOLI, 1997, p.51)

Na América Latina estes novos arranjos geoeconômicos do sistema capitalista tiveram suporte político, já que foram acelerados a partir da forma como se organizou e se institucionalizou o processo de enfrentamento dos governos autoritários e a luta pela redemocratização em vários de seus Estados ao longo dos anos 1980 e 1990. É neste cenário portanto, que os governos de países com uma antiga tradição de rivalidade, como Brasil e Argentina, decidem pela adesão incondicional aos princípios da cooperação econômica de corte neoliberal,

desencadeando a princípio, um processo de integração e regionalização econômica no Cone Sul, com a posterior adesão do Paraguai e do Uruguai, dando origem assim ao Mercosul.

O Mercosul instituído pelo Tratado de Assunção em 1991, surgiu também a partir de motivações políticas: tratava-se de romper o padrão de rivalidade histórica entre o Brasil e a Argentina. Além disso ele representou uma estratégia dos governos de Brasília e Buenos Aires para promover a abertura das economias de ambos os países, expondo-os à concorrência externa e atraindo investimentos internacionais (MAGNOLI, 1997, p. 52).

Brasil e Argentina: caminhos e descaminhos da cooperação-integração

Nesta última década, a dinâmica econômico-comercial entre Brasil e Argentina parecia apontar para a formação de um mercado comum. Porém, a parceria entre os dois países na prática não se materializa senão muito parcial e conflituosamente. Os conflitos e fricções são constantes, onde se misturam, por exemplo: medidas protecionistas; crises financeiras; e, o aprofundamento da recessão e da desigualdade, fatos que na verdade, são sintomas de uma instabilidade macroeconômica estrutural internalizada há tempos na formação econômico-social de ambos os países. Tal situação não se altera (e ainda se agrava) quando "enfrentadas" pelas iniciativas, mediações e políticas pautadas nos princípios da "ditadura" do mercado auto-regulável. O conseqüente fracasso da política de fortalecimento das relações comerciais, acaba por adiar (ou mesmo eliminar) o esforço inicial de integração econômica intra-bloco.

Para Jaguaribe (1992):

A dificuldade de integração verifica-se principalmente pela falta de uma política econômica comum que contribua para a redução e a superação das divergências que dificultam um intercâmbio mais intenso. (JAGUARIBE, 1992, p.33)

Além disso, no âmbito do Mercosul, tem persistido um impasse quanto às posições de Brasil e Argentina no tocante às suas especializações produtivas, constituindo-se muitas vezes no item da agenda em que se encontram as maiores dificuldades para uma plena vigência de um mercado livre. Deste modo, as disputas comerciais entre Brasil e Argentina evidenciam os processos de especialização produtiva e exportadora dos dois países. Na base das recentes disputas entre os dois parceiros está a resistência da Argentina em aceitar a tendência do

Brasil em consolidar-se como o maior produtor-exportador de industrializados e de tecnologia dentro do Mercosul.

A criação do Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE) em 1986, tinha como objetivo num primeiro momento do processo de integração, promover especializações produtivas intra-setoriais, na qual se priorizariam o intercâmbio de bens análogos com certo grau de diferenciação. Isto implicaria numa divisão do trabalho por produtos mais do que por ramos de produção, estimulando uma diversificação das estruturas produtivas e o aproveitamento das economias de escalas. Porém, esta tentativa de reverter o esquema predominante no comércio bilateral, que se baseia fundamentalmente na produção e exportação de produtos com menor grau de processamento, principalmente por parte da Argentina, não se materializou na prática. Desta forma, o que houve foi o enfraquecimento de alguns setores produtivos em um dos dois parceiros comerciais neste processo mal conduzido política e economicamente de especialização intra e intersetorial.

Num segundo momento, com a renovação dos governos democráticos nos anos 1990, há uma reformulação do PICE como resposta ao quadro de asfixia econômica e financeira em que se encontravam ambos os países. Tais modificações nas políticas econômicas eram sustentadas por um conjunto de princípios neoliberais.

Sobre este assunto complementa Hirst (1992):

O processo de integração, embora se reafirme, deixa de corresponder com uma política de abertura gradual e seletiva dos mercados para adquirir um sentido funcional a um contexto generalizado de exposição competitiva à economia mundial. (HIRST, 1992, p. 23)

Desta forma, predominou no primeiro momento do processo de integração, o enfoque do avanço gradual por setores produtivos industriais, sendo que a partir de 1990 há uma mudança no processo, apontando para uma opção quase que exclusivamente comercial.

Conforme aponta Arroyo (1997):

Pode-se inferir que em um cenário comercialista predominam velhas tendências, isto é, um esquema de intercâmbio no qual só se beneficiam os setores mais concentrados, os que já detêm um importante grau de controle da economia. (ARROYO, 1997, p. 129)

A intensificação do comércio bilateral entre Brasil-Argentina deu-se gradualmente a partir de um projeto incompleto e interrompido de articulação econômica, que visava a consolidação de um mercado comum em 2006.

Brasil e Argentina representam os dois principais pólos produtivos da América do Sul. Entretanto, a dificuldade de integração entre os dois países, verifica-se não só pela falta de uma política econômica comum, como pela adoção de praticas protecionistas e outras restrições, o que tem-se constituído muito mais em regra do que exceção.

Tabela 1:

| Fluxo comercial do Brasil com a Argentina - em US\$ bilhões | | | |
|---|--|--|--|
| Ano | Exportações do Brasil para a Argentina | Exportações da Argentina para o Brasil | Saldo do fluxo comercial para o Brasil |
| 1992 | 3,04 | 1,73 | 1,31 |
| 1993 | 3,66 | 2,72 | 0,94 |
| 1994 | 4,14 | 3,66 | 0,48 |
| 1995 | 4,04 | 5,59 | -1,55 |
| 1996 | 5,17 | 6,78 | -1,61 |
| 1997 | 6,77 | 7,94 | -1,17 |
| 1998 | 6,75 | 8,03 | -1,28 |
| 1999 | 5,36 | 5,81 | -0,45 |

Fonte: Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), 2000.

Analisando os dados da Tabela 1, constata-se o expressivo crescimento da corrente comercial entre os dois países no período 1992-1998, que salta de US\$ 4,77 bilhões em 1992, para US\$14,78 bilhões em 1998, voltando a cair em 1999 (US\$ 11,17 bilhões). Esse refluxo se deve particularmente à crise financeira-cambial que acaba por envolver a ambos e que teve como conseqüência tardia a desvalorização da moeda brasileira. Outra conseqüência é o aprofundamento das divergências motivada pela forte queda no saldo comercial da Argentina com o Brasil, agravada pelo fato do Brasil ser a única fonte de superávit comercial da Argentina. Deste modo, fica ainda mais clara a vinculação comercial dependente da Argentina em relação ao Brasil e a fragilidade de ambas as economias em enfrentar o quadro de desequilíbrio gerado pela crise cambial e fiscal-financeira que se aprofunda nas duas economias no final dos anos 1990. Em relação ao conjunto, a corrente comercial brasileira com todos os integrantes do Mercosul somou US\$ 18 bilhões em 1999, três bilhões a menos do que em 1998.

Considerações finais

A dinâmica do intercâmbio comercial entre Brasil e Argentina no âmbito do Mercosul ocorre em um ambiente de profunda desarticulação macroeconômica, devido principalmente ao fato das políticas econômicas colocadas em prática pelos dois países não

conseguirem sequer enfrentar, com um mínimo de soberania, os seus respectivos graus de subordinação à ordem econômico-financeira global comandada pelo Estado hegemônico-imperial e seus principais aliados.

Um dos possíveis encaminhamentos para equacionar os entraves político-econômicos que impedem o desenvolvimento da região, passa pelo planejamento da intensificação comercial e o aprofundamento gradual do intercâmbio econômico em bases solidárias e politicamente soberanas, o que possivelmente ajudaria na eliminação permanente das cargas alfandegárias, situação prevista no Tratado de Assunção. Ou ainda, se os governos retomassem em novas bases, a idéia dos acordos setoriais, vinculados às situações específicas dos ramos produtivos de cada país, ao invés de apenas repetir recorrentemente sobre abertura e liberalização dos mercados e a livre competição entre empresas não só dentro do bloco mas com o resto do mundo, como se os segmentos e agentes internos já estivessem maduros e preparados o suficiente para enfrentar a agressiva e encarniçada concorrência internacional predominantemente oligopolista.

A ausência e a precariedade de acordos setoriais, assim como a timidez na definição de uma política externa comum entre ambos os países, fragiliza-os frente aos outros blocos e mercados do mundo. Desta maneira, pode-se concluir que o Mercosul não foi capaz de estabelecer bases normativas, operacionais e institucionais consistentes para a promoção da integração entre seus países membros, fortalecendo-os frente a outros mercados e blocos, como também não promoveu políticas setoriais e regionais de desenvolvimento das economias intrabloco.

Tal situação é o reflexo da adoção de um modelo importado de integração, não levando em conta as diferentes realidades e peculiaridades dos países que constituem o bloco, bem como o contexto multi-escalar em que estão inseridos. Assim, tão ou mais urgente do que reforçar uma integração de cunho exclusivamente comercialista, deve-se repensar os modelos econômicos estruturados e praticados pelos governos destes países, como possibilidade de redefinição dos princípios e caminhos da promoção do desenvolvimento em bases soberanas nestes territórios da periferia do capitalismo.

Bibliografia

- ALMEIDA, Paulo R. **O estudo das relações internacionais do Brasil**. São Paulo: Unimarco, 1999.
- ARROYO, Mônica. Mercosul: novo território ou ampliação de velhas tendências. In: SCARLATO, Francisco Capuano (org). **Globalização e Espaço Latino-Americano**. São Paulo: HUCITEC, 1997. p.122-131.
- FUNDAÇÃO SEADE. Política Internacional. **Revista São Paulo em Perspectiva**, v.16, n.2, abr-jun 2002, 124 p.

GUIMARÃES, Samuel P. Inserção internacional do Brasil. In: **Revista Economia e Sociedade**, Campinas: Instituto de Economia – Unicamp, n.17, p.1-32, dezembro 2001.

HIRANO, Sedi. América Latina no novo contexto mundial. In: SCARLATO, Francisco Capuano (org). **Globalização e Espaço Latino-Americano**. São Paulo: HUCITEC, 1997. p.28-44.

HIRST, Mônica. Integração e fragmentação na América Latina: a definição de novas estratégias frente ao sistema internacional. In: Seminário Técnico de Integração do Cone Sul, 2., 1992, Porto Alegre. **Comunicação**. Porto Alegre, Universidade do Rio Grande do Sul, 1992.

JAGUARIBE, Hélio. Significação de Mercosul. In: **Mercosul: Sinopse Estatística**. Rio de Janeiro: FIBGE, 1992. p.31-38.

MAGNOLI, Demetrio. **Globalização: estado nacional e espaço mundial**. São Paulo: Moderna, 1997.

SINGER, PAUL. De dependência em dependência: consentida, tolerada e desejada. In: **Revista Estudos Avançados**. São Paulo: IEA/USP, ano 12, n.33, p.119-130, 1998.

SOBRE PRESÍDIOS, MÍDIA E AGENTES PENITENCIÁRIOS: UMA NOVA REALIDADE SOCIAL NO OESTE PAULISTA?

Eda Maria Góes¹

Resumo: Este texto pretende discutir aspectos das novas penitenciárias inauguradas nos últimos anos no Estado de São Paulo, durante os governos de Mário Covas e Geraldo Alckmin, sobretudo no Oeste Paulista. O papel da mídia na construção de representações sociais dessas instituições, particularmente durante a ocorrência de motins, é objeto central das reflexões propostas. As relações de poder estabelecidas no microcosmo da prisão e a partir dele, norteiam a análise, que enfatiza o papel desempenhado pelos agentes carcerários.

Palavras-chave: unidades prisionais; Oeste Paulista; representações sociais; relações de poder; agentes penitenciários.

Abstract: This article intends to discuss aspects of the new prisons inaugurated in the last years in the State of São Paulo, during Mário Covas and Geraldo Alckmin governments, above all in the Western state. The role of the media in the construction of social representations of those institutions, particularly during the occurrence of mutinies, it is central object of the proposed reflections. The relationships of power established in the microcosm of the prison and starting from him, orientate the analysis, that emphasizes the paper carried out by the prison agents.

Key-word: prisons units; West from São Paulo; socials representations; relationships of power; penitentiary agents.

Pesquisadores diversos tem enfatizado que uma das características marcantes das últimas décadas da história do Brasil tem sido o descrédito em relação às instituições públicas. Expectativas populares de resolução de problemas econômicos e sociais suscitadas pelo fim do Regime Militar foram frustradas, ao mesmo tempo que denúncias sobre corrupção e ineficiência tornaram-se freqüentes.

Neste contexto, a situação de uma instituição pública caracterizada desde os seus primórdios pela frustração de expectativas

¹ Docente dos Cursos de Graduação e Pós Graduação em Geografia da FCT – UNESP, Campus de Presidente Prudente – SP. E-mail: edagoes@prudente.unesp.br

populares (ao menos), como é o caso da prisão, parece pouco ter se alterado. Essa impressão é corroborada, sobretudo, pela reprodução do mesmo discurso paradoxal: *sabemos que as prisões não recuperam, muito pelo contrário, mas reivindicamos a construção de mais prisões...*

Reforçando os inúmeros paradoxos que envolvem essa instituição, os programas políticos dos governadores paulistas (para nos determos ao estado que temos estudado) relegaram a questão carcerária a um total abandono, a despeito do crescente espaço conquistado pelo tema da violência urbana na mídia. Com exceção do Governo Montoro (1983 – 1987), cuja atuação na área caracterizou-se por forte polêmica, os outros governantes limitaram suas propostas a outra instituição – a polícia.

A partir de 1997, a mídia foi um dos espaços de divulgação dos planos do Governo Covas para a área carcerária, com destaque para a inusitada construção simultânea de 21 novas penitenciárias, a maioria das quais situadas no interior do Estado.

Mas a mídia também tem sido palco de denúncias, debates e, principalmente, notícias sensacionalistas acerca do sistema penitenciário, sempre envolvendo a violência. Para melhor compreender tal papel desempenhado pela mídia, é necessário levar em conta que uma das peculiaridades do vasto repertório de violências contemporâneas é a visibilidade.

Nesse sentido, o tratamento conferido ao tema da violência pela mídia garante que nos reportemos, freqüentemente, mais a uma violência representada que a uma violência real. Isso não significa que não haja uma relação entre o real e o representado, embora as relações entre ambos sejam variáveis, de acordo com o grau de sensacionalismo empregado, por exemplo. Além disso, esse conjunto de representações da violência contribui para criar ou reforçar um ritual moderno da violência, que age sobre as práticas cotidianas (IMBERT, 1992, p.15).

É a partir desse referencial e das considerações de outros especialistas sobre o papel da mídia como principal mediadora contemporânea, tanto das representações como da esfera pública (MOSCOVICI, 1985; JOVCHELOVITCH, 2000), que se compreende o papel por ela desempenhado na construção de representações sociais acerca das instituições penitenciárias e sua influência, sobretudo em regiões como o Oeste Paulista, onde a questão adquiriu uma dimensão inusitada, muito recentemente.

O maior impacto foi sentido a partir de 19 de fevereiro de 2001, quando todos foram surpreendidos com notícias sobre a ocorrência simultânea de motins em mais de 20 penitenciárias e casas de detenção da capital e do interior paulista. A partir de então muito se falou acerca do PCC (Primeiro Comando da Capital), uma organização de presos espalhada por diversas unidades prisionais, e sobre motins carcerários, ocorridos, possíveis e planejados. No caso dos jornais interioranos a discussão foi diretamente direcionada para as reações contra a possibilidade de que novas penitenciárias viessem a ser

construídas nas respectivas cidades. Em algumas delas, como é o caso de Presidente Prudente, transformou-se em campanha contra a construção de novas unidades prisionais nesse município.

Desse modo, como é freqüente na mídia, um acontecimento excepcional, que significou a quebra radical da rotina carcerária, fez com que um assunto pouco abordado merecesse atenção, desta vez ao longo de meses. Mas como pouco ou quase nada se fala dos presídios no seu dia a dia, sobre seu cotidiano de isolamento, quando enfatiza esses acontecimentos extraordinários que são os motins de presos, explorando-os até a exaustão de forma sensacionalista, produz uma imagem invertida das penitenciárias, que passam a ser representadas como locais onde não há rotina, mas apenas manifestações violentas e ameaçadoras dos presos. O que é excepcional assume assim a aparência de regra.

Mas durante todo o ano 2000 ocorreram 25 motins carcerários em todo Estado de São Paulo. Com 74 unidades penitenciárias funcionando, podemos concluir que a maioria delas não registrou nenhum motim. Isso, sem levar em conta que a imensa maioria dos motins acaba sem qualquer fuga de presos e, em geral, com eventuais mortos e freqüentes feridos entre os próprios presos.

Frente a esse quadro, vai se delineando o papel desempenhado pela mídia diante dessa sensação de medo difuso, de ameaça imprevisível, tão familiar às sociedades contemporâneas. Segundo Veron, a mídia "formaliza o real, introduz ordem onde havia caos", ou seja, ela "produz realidade" (citado por IMBERT, 1992, p.62). Ela produz uma dada realidade, muitas vezes pautada por estereótipos sociais (por exemplo, a maioria dos presidiários é composta por negros ou mulatos, os sem teto são imigrantes nordestinos, pessoas que se vestem com extravagância ou pintam os cabelos de maneira pouco convencional usam drogas, etc.), em simplificações, tais como: se a maioria dos usuários de drogas é jovem, todos os jovens passam então a ser suspeitos ou, se apenas os pobres cumprem pena nas prisões brasileiras, portanto, os pobres são todos perigosos e, ainda, na oposição radical ordem/desordem, sendo a primeira em geral associada às instituições de controle social e a segunda, muitas vezes, a manifestações populares.

Reforça-se assim a tendência de identificação do perigo no outro, personificado no aidético, no negro, no favelado, no homossexual, no criminoso e no preso, ampliando-se uma tendência que não é nova de identificação de *bodes expiatórios* para os problemas sociais.

No Estado de São Paulo, o estado brasileiro portador da maior população carcerária do país, a carência de estabelecimentos penais é ainda maior do que nos demais estados. Segundo dados do Censo Penitenciário de 1997, neste estado haviam 35.847 presos para 24.222 vagas, portanto o déficit era de 11.652 vagas.

A partir daí, com a verba liberada pelo Governo Federal, o então governador Mário Covas lançou um *megaprojeto* que objetivava

prioritariamente a desativação da Casa de Detenção de São Paulo e a diminuição da superlotação dos Distritos Policiais (DP's) paulistanos. Foram então construídas 21 novas unidades prisionais fechadas e 3 semi-abertas, todas no interior do Estado de São Paulo e 13 delas no Oeste Paulista, nas cidades de Andradina, Valparaíso, Junqueirópolis, Pacaembu, Lucélia, Presidente Venceslau, Martinópolis, Getulina, Pirajuí, Álvaro de Carvalho, Mirandópolis, Marília e Presidente Prudente². Muitas dessas penitenciárias acabaram sendo inauguradas as pressas, em 1998, sem o término das obras, em função da candidatura de Mário Covas à reeleição.

Os poucos alojamentos do semi-aberto foram construídos anexos às penitenciárias já existentes, nas instituições de Guarulhos, Marília, Mirandópolis e Presidente Prudente. Esses semi-abertos possuem a mesma diretoria da penitenciária vizinha e também são os mesmos funcionários que cuidam da vigilância.

Frente à crise econômica que vem assolando o Brasil, materializada, sobretudo, no desemprego, tornam-se ainda mais limitadas às possibilidades de volta ao mercado de trabalho pelos presidiários. As pequenas e médias cidades do interior paulista têm vivenciado cotidianamente o fechamento de empresas, que não sobrevivem à crise. É neste contexto que as 18 mil vagas de trabalho estimadas para as novas unidades prisionais, a partir de investimentos de R\$ 230 milhões, ganham dimensão específica.

O interior do Estado de São Paulo depara-se assim com um novo, ou redimensionado, elemento no seu cenário, cuja significação apenas começa a ser descortinada pela população local, embora pontos de contato já tenham sido estabelecidos por diferentes segmentos sociais.

Dois discursos convergentes envolveram essas instituições, sobretudo nesse período eleitoral (1997). Por um lado, o alívio prometido à população da capital paulista em função da descentralização da população carcerária em direção às penitenciárias do interior do estado. Por outro lado, a promessa de centenas de novos empregos para as regiões interiores, particularmente afetadas pela crise econômica.

Estimativas prevendo a abertura de 6.624 vagas de trabalho, em 12 novas penitenciárias, foram os principais fatores a reverter a tradicional rejeição às penitenciárias, que se transformou em disputa ferrenha em vários casos, com prefeituras oferecendo inclusive cursos preparatórios que favorecessem os muitos candidatos locais ao preenchimento das vagas, mediante concurso público.

Mas houve também casos em que a prorrogação de prazos de inscrição para esses concursos foi ocasionada pela falta de candidatos. A necessidade certamente esbarrou no temor gerado tradicionalmente por essas instituições envoltas por uma aura de

mistério, matizado pelos casos de violência relatados pela mídia, durante tentativas de fuga ou motins.

Dentre aqueles que chegaram a se inscrever nos concursos, observa-se um desconhecimento generalizado das implicações dessa opção, ou seja, do que significa trabalhar num presídio. Aqueles que já tinham amigos ou parentes trabalhando no sistema penitenciário eram as únicas exceções.

Esse misto de atração salarial e temor comparecia, mas não era resolvido ou amenizado, durante o I Módulo do Curso de Formação de Agentes de Segurança, que em nada parecia destinado à uma prisão. O resultado podia ser percebido nos funcionários administrativos, ao longo dos primeiros meses de trabalho, para quem tarefas simples, como viabilizar o atendimento dos sentenciados por assistentes sociais e psicólogos, pareciam muito complicadas, para não dizer perigosas. Isso atrasou os primeiros atendimentos.

Ao longo do tempo, esses mesmos funcionários foram percebendo que para os presos, pequenas atividades dentro da prisão também ganham um outro significado, antes imprevisto. Para eles, trata-se sempre de *válvulas de escape*, isto é, o simples contato com pessoas diferentes, transitar por espaços diversos (ainda que dentro do presídio) - *dar um passeio* ou *levar um caminhão de areia*, na gíria deles, receber qualquer tipo de atenção, romper a rotina, enfim, são sempre benefícios.

Para os funcionários do setor administrativo, geralmente situado em local distante dos *raios* que alojam os presos, muitas vezes, inclusive, em pavilhões separados e bem demarcados por grossos portões, o cotidiano dos presos permanece envolto em certo ar de mistério, perpetuando sentimentos ambíguos de repulsa e temor, de curiosidade e atração.

Uma das suas primeiras constatações refere-se ao efeito de *contágio* que a prisão vai exercendo não apenas sobre os presos, mas também sobre os agentes que estão em contato constante com ele. Trata-se da chamada *prisonalização*, já abordada por diversos especialistas (MOLINA, 1997, p.152), com alcances diversos, que é percebida de forma bastante concreta no *cheiro de cadeia* que impregna presos e agentes e na linguagem carcerária - a famosa *gíria de cadeia* - criada pelos presos, para não ser entendida pelos agentes, mas que acaba por ser incorporada por muitos deles. Por último, um dos indícios mais significativos desse processo é a tendência partilhada de ocultar tudo o que ocorre na prisão. Como observa Molina, mostrando que não se trata de uma particularidade das prisões brasileiras, já que ele pesquisa prisões espanholas, "quanto menos se fala da prisão, melhor" (MOLINA, 1997, p.151).

Outro efeito que atinge presos e agentes, ao menos os *principiantes*, é o impacto do barulho dos portões sendo fechados. Segundo depoimentos, trata-se de experiência *inesquecível*, além de incômoda e causadora de pânico - "também ficariam encarcerados ?".

² As cidades de Presidente Prudente, Presidente Bernardes, Assis e Presidente Venceslau já possuíam instituições penitenciárias.

Impossível não se questionar sobre a potencialidade do impacto causado sobre aqueles que realmente ficarão trancados...

Mas os depoimentos comprovam também que o tempo age poderosamente. Com a rotina, todos acabam por acostumar-se com os barulhos da prisão, o que também deve acontecer com os presos. Alguns sons, mais raros, porém, continuam ameaçadores. Esse é o caso do alarme, cujo efeito foi assim descrito por um preso entrevistado por Goifman:

O som estremece, traz pavor, é o som do alarme... sempre que soa isso aí nós sabemos que alguém fugiu, quase sempre há uns tiros. Teve época de rajadas de metralhadoras de grupos de resgate que vieram buscar sentenciados para fuga... aí a gente fica num estado de muita tensão... não pode sair pro sol. O sol é a única coisa que temos aqui... sair pra tomar sol. A cela é gelada demais, é muito fria (GOIFMAN, 1998, p.167)

Mas há outros elementos comuns no tratamento destinado pelas novas penitenciárias a presos e agentes que são fortemente repudiados pelo segundo segmento. Um bom exemplo disso é a comida comum, costumeiramente feita pelos presos, *para presos*, como comprova o seu cheiro característico, segundo os agentes, que acabam obrigados a partilhá-la em função da distância que freqüentemente separa as penitenciárias interioranas dos centros urbanos.

Trata-se de uma das características das novas penitenciárias que também revela seu caráter ambíguo – quando decidiu situar as novas penitenciárias em áreas afastadas dos centros urbanos, o Governo Estadual priorizou a questão da segurança, tanto interna quanto externa, além de ter buscado diminuir a resistência da população local, mas prejudicou os agentes, que foram obrigados a percorrer longos trajetos para chegar ao seu local de trabalho, ficando ainda impedidos de gozar do seu horário de almoço fora da prisão.

Ainda na visão desses agentes, “para quem roubou e matou, a comida está boa demais”, mas não para trabalhadores honestos... Evidencia-se, assim uma característica de todos os discursos e práticas presentes no espaço prisional – o caráter punitivo – além de outra, mais específica, mas também muito presente, que é o caráter de disputa entre agentes e presos, reiterado, sobretudo, pelos primeiros.

Como age a instituição penitenciária frente a essas relações entre presos e agentes, que estão na base do seu próprio cotidiano? Ao que tudo indica, ela reforça tais exclusões também presentes na sociedade inclusiva, ampliando assim seu controle sobre cada um dos segmentos envolvidos, ao apostar na potencialização da oposição historicamente construída com esse objetivo, entre trabalhadores e *classes perigosas*. Como mostrou Michel Foucault (1993), trata-se de

desenvolver dentro dos muros, estratégias de controle a serem aplicadas fora deles...

Essas relações entre agentes e presos, no universo carcerário, também podem dar vazão a impulsos até então contidos. Em conversas observadas entre os agentes, percebe-se que empregar a violência quando ocorrem situações percebidas como ameaçadoras da ordem e da segurança, isto é, quando o preso *desobedece*, faz com que o agente volte para casa aliviado. O inverso se dá nas ocasiões em que *nada se faz, você volta para casa atacado*. A violência na solução de conflitos, em geral associada ao *mundo do crime*, se torna na prisão uma prática comum, cujos efeitos acabam por expandir-se, ultrapassando as muralhas não apenas quando presos são libertados, mas também com as entradas e saídas cotidianas dos agentes.

Esse esforço de impor sua autoridade a qualquer preço pode ser observado em situações como a não observância da norma de se manter barbeados, pelos presos. Aparentemente pouco relevante, esse desrespeito adquire outra dimensão para os agentes porque remete, mais uma vez, à disputa entre ambos. Ignorando o fato de que os agentes entram e saem do presídio cotidianamente, eles revoltam-se por terem que se manter barbeados, enquanto que os presos só o fazem quando saem do raio habitacional, para trabalhar, por exemplo. Novamente, nota-se que ao invés de dirigirem sua revolta à administração penitenciária pelo excesso de normas sobre eles impostas, os agentes dirigem-na aos presos.

Sobre esse comportamento que não chega a ser geral entre os agentes, mas que pode ser encontrado em todas as instituições penitenciárias, são significativas as observações de Centurião:

O fato de atitudes dessa espécie estarem em contradição com as instruções recebidas durante o período de aprendizagem formal na escola penitenciária torna-se irrelevante e sem influência alguma na medida em que esses indivíduos encontram um meio propício para a manifestação de disposições que possivelmente, ou permaneceram latentes, ou se manifestariam de forma tida como nitidamente anti-social se não ocorressem num ambiente (como o carcerário) que as tolere e prescreva. É possível ouvir, durante manhãs ou tardes inteiras, relatos de violência física e moral contra os detentos (CENTURIÃO, 1996, p.51)

Alguns novos agentes declaram *gostar* do trabalho, manifestando a esperança de *corrigir com as próprias mãos*. Logo se deparam com a inviabilidade de tal propósito, na medida em que adquirem o chamado *saber prático*, percebendo que, a despeito das regras, tudo na prisão tem que ser negociado. Isso não exclui, pelo contrário, tem como parte integrante, a incorporação da violência como

parte das relações que se estabelecem no interior das prisões. Longe de se recuperar, ou *corrigir*, na linguagem dos próprios agentes, eles compreendem que sua missão é *manter a ordem*, o que na prática pode significar abrir e fechar portões.

Outros parecem experimentar essa fase de adaptação ao novo trabalho de maneira mais dolorosa, com grande impacto sobre suas próprias vidas. Tornam-se, segundo seus companheiros, *rebeldes* ou *chapados*. Muitas vezes, isso significa tornar-se aliado dos presos, ou seja, *mudar de lado*, comprometendo a própria segurança e de todos os envolvidos no sistema prisional, uma vez que o frágil equilíbrio das relações é então alterado.

Na prática, esses agentes recebem recompensas em troca de *favores* prestados aos presos, reproduzindo práticas antigas nas instituições prisionais. Essas recompensas podem ser até carros novos, mas ninguém sai ileso dessas negociações, em função da profunda inversão à ordem por elas representada.

Isso não significa que negociações sejam práticas exclusivas dos agentes corruptos. Pelo contrário, trata-se de prática cotidiana que exige habilidade dos envolvidos. Atender pedidos e reclamações, ao longo de jornadas de 12 horas é sempre exaustivo. A capacidade de selecionar os pedidos a serem atendidos e apresentar justificativas para os outros, solucionar problemas, dar esperanças para o futuro... é habilidade fundamental. *Pagar uma simpatia de vez em quando*, segundo a *gíria da cadeia*, garante também compromissos assumidos pelos presos com os agentes.

Cotidianamente, tais habilidades acabam por garantir a tranquilidade das cadeias, embora não sejam aspectos divulgados pelos agentes, uma vez que, neste caso, o *perigo* residiria muito mais em passar por *babá* ou *empregado* de preso, comprometendo a imagem heróica que procuram divulgar. Os aspectos mais freqüentemente comentados por eles costumam dizer respeito a situações que envolvam perigo, o que também contribui para que possíveis desvios de conduta possam ser justificados.

Assim podemos perceber confluências entre as representações sociais construídas pela mídia acerca dos presídios e aquelas divulgadas pelos agentes penitenciários, seja formalmente, em entrevistas, por exemplo, seja em suas conversas com amigos, vizinhos, etc; ainda que as razões de cada um deles sejam diferentes. Considerando-se as representações sociais "como saberes sociais construídos em relação a um objeto social, que elas também ajudam a formar" (JOVCHELOVITCH, 2000, p.32), tais confluências tornam-se ainda mais significativas.

Chama atenção ainda a fragilidade que caracteriza tal equilíbrio estabelecido entre presos e agentes, no qual baseia-se a própria ordem carcerária em última instância. A reciprocidade garante *acordos*, em que o preso assume a obrigação de contar *se há algum bochicho*, alguma ameaça eminente. Esses acordos exigem verdadeiros

malabarismos dos presos, para cumprirem sua parte e, ao mesmo tempo, evitar comprometer-se com os *companheiros*. Além disso, e talvez por esses próprios limites, trata-se de uma tentativa ilusória de manutenção do controle, uma vez que nem sempre o agente consegue evitar, por exemplo, a ocorrência dos temidos motins:

E, dessa maneira, se estabelece um nivelamento, entre superiores e inferiores, em termos de controle de situação, o que afeta os princípios formais de uma instituição que, teoricamente, é marcada pelos estatutos do poder totalitário. E, diante destas considerações torna-se claro que o fundo de poder mantido pelo agente é sempre sujeito a mecanismos de negociação. O poder e as influências são negociadas de maneira a estabelecerem o 'modus vivendi' que é a marca característica da instituição prisional. (CENTURIÃO, 1996, p.49)

Segundo depoimentos iniciais de funcionários em funções diversas, envolvidos na instalação de novas penitenciárias, a introdução dessas práticas perversas típicas das antigas e *já viciadas* instituições prisionais, parece inimaginável numa nova e ainda *pura* penitenciária. Dentro de poucos anos, no entanto, os boatos sobre agentes corruptos começam a espalhar-se, confirmando as alarmantes conclusões de Molina acerca das penitenciárias espanholas: "A prisão marginaliza a todos que se põem em contato com ela" (MOLINA, 1997, p.89).

Referências Bibliográficas:

CENTURIÃO, Luiz Ricardo M. O agente penitenciário e seu contexto. **Revista do Conselho Nacional de Política Penitenciária**. Brasília, 1(8), p. 42-55, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 11.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

GOIFMAN, Kiko. **Valetes em siow motion – a morte do tempo na prisão**: imagens e texto. Campinas: Ed. Unicamp, 1998.

IMBERT, Gerard. **Los escenarios de la violencia**. Barcelona: Icaria Ed., 1992.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Representações sociais e a esfera pública**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MOLINA, Jesús Valverde. **La carcel y sus consecuencias**: la intervencion sobre la conducta desadaptada. Espanha: Editorial Popular, 1997.

AS PRAÇAS PÚBLICAS DE PRESIDENTE PRUDENTE/SP: DINÂMICA SÓCIO-ESPACIAL E CARACTERIZAÇÃO DA VEGETAÇÃO¹

Marcos Antônio Silvestre Gomes²

Margarete Cristiane de Costa Trindade Amorim³

Resumo: A cidade de Presidente Prudente-SP, com cerca de 190 mil habitantes no ano 2000, apresenta contraditoriamente um grande número de espaços vazios destinados à área verde e um número reduzido de praças públicas para o lazer da população, ambos dispersos aleatoriamente no espaço urbano. Nesse contexto, o estudo buscou verificar a distribuição sócio-espacial desses importantes equipamentos públicos na malha urbana e caracterizar a vegetação presente; pois com o cenário urbano que nos deparamos atualmente, a praça já não deve ser apenas um simples local de lazer, mas, sobretudo, uma área verde; contribuindo eficazmente na regulação do clima urbano.

Palavras-chave: praças públicas, lazer, áreas verdes, qualidade de vida, Presidente Prudente.

Public squares in Presidente Prudente-SP, Brazil: social-spatial dynamics and vegetation characterization.

Abstract: Presidente Prudente city, which had around 190.000 inhabitants in 2000, it presents a fundamental contradiction. If by a side there are a great number of empty spaces destined to be green areas, there are also a little number of public squares destined to leisure, randomly dispersed ones in urban space. In this context, our study looked for to verify the social- spatial distribution of these important equipments in the urban net, but we looked for to characterize the present vegetation too. So, in this situation, the public square mustn't be a simply leisure place and it must be a green area, contributing effectively in the regulation of the urban climate.

Key-Words: public square, leisure, green areas, life quality, Presidente Prudente

¹ Estudo realizado com apoio financeiro da FAPESP (IC)

² Graduando do curso de Geografia da FCT-UNESP – Presidente Prudente. E-mail: silvester@bol.com.br

³ Profa. Dra. do Departamento de Geografia da FCT-UNESP – Presidente Prudente. E-mail: mccta@prudente.unesp.br

1 – Introdução

A praça como espaço público se constitui, desde os seus primórdios, num referencial urbano marcado pela convivência humana em comunidade. É, portanto, um importante equipamento histórico e cultural urbano que marca o surgimento e o desenvolvimento das cidades, especialmente no nosso país.

A importância de uma cidade, avaliada pela sua dimensão social e humana, é proporcional aos atributos urbanos de suas praças e aos predicados arquitetônicos das edificações que a delimitam (CASÉ, 2000, p.56)

É bastante comum no Brasil associar o centro de uma cidade à presença da principal praça assim como da igreja católica. Assim, esses dois elementos se tornam referenciais urbanos da área central de uma cidade. Esse fato tanto pode ser constatado em pequenas cidades quanto em grandes centros urbanos. A exemplos, pode-se citar a Praça da Sé em São Paulo/SP, a Praça da República em Belém/PA, a Praça XV de Novembro em Ribeirão Preto/SP ou até mesmo a Praça Nove de Julho em Presidente Prudente/SP.

Este espaço público, de acordo com Casé (2000, p.56), é síntese da cultura urbana de uma comunidade e se constitui num legado pleno de ensinamentos. Assim, exerce a insubstituível função de aglutinador do encontro e da convivência. Essa função é acrescida hoje, da necessidade de as praças servirem como áreas verdes urbanas, desempenhando importante papel na qualidade ambiental das cidades.

Como referências de algumas cidades e sociedades que remontam a períodos históricos, algumas praças guardam no seu bojo a magnitude de um tempo e de um povo. Tidas como monumentos consagrados, o arquiteto Paulo Casé faz referências à Praça San Marco em Veneza, à Praça Mayor em Madri e à Praça Vermelha em Moscou.

A substituição da praça como meio de informação da sociedade pela televisão conforme a tese do francês Paul Virilio, é contrariada por Casé quando afirma que a praça não se reduz a um local para troca de informações. Sua existência se deve principalmente ao poder de invocar o espírito gregário arraigado no inconsciente do homem urbano (Casé, 2000, p.63).

Estudos da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) mostram que a padronização de praças no Recife é responsável pela "banalização da paisagem", pois o uso repetitivo do mesmo tipo de cerca, banco, luminária, cores e floreiras põe em risco a conservação e sustentabilidade das praças. Uma vez que a população não se identifica mais com o lugar, gradativamente deixa de frequentá-lo e isso leva à deterioração do espaço público. Em suma, o estudo realizado em doze praças constatou que cada uma delas tem uso diferenciado e origem

distinta. Por isso, o planejador deve considerar principalmente o aspecto cultural que cada praça representa para então efetivar suas intervenções (Jornal do Comércio, 07/01/2001).

Dadas as possibilidades de lazer oferecidas pela tecnologia à sociedade contemporânea, espaços públicos como as praças se tornam pouco frequentados uma vez que as grandes cidades não garantem a segurança da população. Deste modo, para que a praça atraia o homem moderno, seduzido pelo mundo da informação tecnológica e por novas opções de lazer,

ela precisa incorporar a musicalidade de antigos coretos e resgatar a alegria das festas ancestrais, reinterpretando-as com equipamentos de lazer ativo que reproduzam a mesma animação, intensidade e vibração percebidas na televisão (CASÉ, 2000, p. 63)

É verdade que a praça perdeu seu poder de ser informativa, mas manteve seu poder aglutinador conforme destaca Casé. Contudo, não se deve perder de vista que a praça continua sendo, por excelência, o único espaço livre e público comum que pode servir de lazer à toda a sociedade e que, portanto, merece ser preservada.

2 – Caracterização da área de estudo

A cidade de Presidente Prudente, objeto deste estudo, está localizada no planalto ocidental paulista, a cerca de 560km da capital do estado; mais especificamente na região da Alta Sorocabana, oeste de São Paulo. De acordo com o IBGE (censo 2000), sua população é de 189.104 moradores, sendo mais de 97% habitando a zona urbana.

Amorim (1993) coloca que a urbanização de Presidente Prudente foi muito diversificada, fruto de uma expansão urbana maior que o crescimento da economia local e da instalação de infra-estrutura básica necessária. Esses fatos favoreceram a proliferação de áreas periféricas desprovidas de saneamento básico e com sub-habitações e fomentou um processo de valorização de algumas áreas que foram privilegiadas através de investimentos públicos e privados.

O município, que ora se aborda, apresenta em seu perímetro urbano problemas ambientais causados pelo seu crescimento desordenado e, sobretudo, pelo impulso que este crescimento sofreu com a expulsão de inúmeras famílias do campo e a emigração da população das pequenas cidades da região para Presidente Prudente em busca de oportunidades de trabalho e, conseqüentemente melhores condições de vida. É sabido que este processo ocorreu em grande parte das cidades brasileiras de médio e grande porte e que hoje apresentam problemas ambientais semelhantes aos encontrados na cidade supracitada.

Nessa perspectiva, a cidade chega ao ano 2000 com uma população urbana de mais de 187 mil habitantes (aproximadamente 18 mil em 1940), assumindo hegemonia econômica e cultural na região que polariza. Presidente Prudente se destaca ainda entre as cidades de médio porte paulistas por ser sede da 10ª região administrativa do Estado. Assim, esta cidade é considerada importante centro agropecuário e entreposto comercial para o norte do Paraná e a porção sul de Mato Grosso do Sul, pois está a cerca de 80 km da fronteira com os dois Estados.

Segundo Amorim (1995) a cidade conta com 147 áreas verdes que na sua maioria não desempenham papel nenhum na malha urbana, pois não foram implantados vegetação ou equipamentos de lazer. Na verdade, grande parte destes locais se encontra vazios e abandonados, pois se localizam em zonas periféricas da cidade onde as condições socioeconômicas da população são precárias. Além de parques e jardins, as praças também constituem áreas verdes importantes no espaço urbano devido às funções que desempenham. Destas 147 áreas verdes registradas, 36 são praças públicas, sendo que seus aspectos físico-sanitários variam entre bom (28) e satisfatório (07); apenas 01 foi classificada como ruim. Ainda, de acordo com esse estudo, as praças representam 24,5% do total de áreas verdes existentes em Presidente Prudente, ocupando uma área total de 186.450.100m² distribuídas na cidade. Embora o município disponha de Lei (nº 2.110/80, artigo 6º, inciso V) que estabelece critérios quanto à topografia das áreas destinadas a sistemas de lazer e a usos institucionais, não podendo ocupar fundo de vale ou área de superfície erodida, na prática o que se observa é o não cumprimento da legislação em vigor, pois das 36 praças registradas pela autora, 05 ocupavam fundos de vales, 10 se localizavam em áreas de vertentes e 21, em terrenos de superfície horizontal.

Quanto à vegetação existente nestas 36 praças, Amorim (1995) classificou o tipo arbóreo presente e constatou que 09 destas praças são dotadas de vegetação nativa, 18 de vegetação exótica, 08 de vegetação nativa e exótica e, 01 sem vegetação. Desta forma, verifica-se que a vegetação exótica predomina sobre a nativa. Isso se dá, principalmente, com as espécies que estão sendo implantadas nas diversas áreas verdes da cidade, inclusive nas praças, é o caso do Chapéu-de-sol (*Terminalia catappa*) e do Flamboyant (*Delonix regia*).

Dentro desse contexto, o estudo teve o objetivo de elaborar uma caracterização das praças públicas de Presidente Prudente a fim de detectar a dinâmica sócio-espacial que as mesmas assumem ao longo da malha urbana. Ainda, procurou-se traçar o perfil da vegetação nas referidas praças com o intuito de quantificar e qualificar a vegetação existente, principalmente no tocante a densidade de arborização.

Para alcançar tais objetivos, fez-se necessário realizar os seguintes procedimentos metodológicos:

- Consulta à Secretaria Municipal de Planejamento que forneceu o mapeamento de 1994;
- Consulta e análise da lista de praças de 1995 cedida pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente;
- Levantamento em campo por toda a malha urbana.

No trabalho de campo, registrou-se, em cada praça, dados referentes ao porte, densidade e condições da vegetação; equipamentos de lazer; altitude e localização. O mapeamento realizado teve como principal informação esses dados obtidos em campo.

Para determinar as condições da vegetação foram considerados aspectos como poda da vegetação, espaço para as copas e raízes das árvores, existência visível de pragas, aparência da vegetação e, limpeza do local onde se encontra. Dessa forma, a classificação dada foi a seguinte:

- Ótima: vegetação em perfeitas condições (harmonia e presença de árvores);
- Boa: condições satisfatórias;
- Regular: pouca vegetação ou apresentando sinais de maus tratos, bem como falta de espaço;
- Ruim: carência de vegetação arbórea e embelezamento e sinais de pragas;
- Péssima: ausência de vegetação, principalmente arbórea, e/ou árvores em péssimo estado.

3 – Caracterização das praças públicas de Presidente Prudente-SP

Tendo em vista os dados coletados em campo, pode-se afirmar que existem em Presidente Prudente 56 praças destinadas ao lazer da população, embora estas se diferenciem entre si em suas características ambientais, infra-estruturais e funcionais.

As rotatórias das vias públicas da cidade não foram consideradas como praças por constituírem apenas espaços públicos de área muito pequena, mas, sobretudo por não apresentarem condições de servir como local de lazer para a população. Muitas delas são dotadas de beleza paisagística, mas seguramente não são acessíveis ao trânsito de pedestres, exatamente por sua localização estratégica e sua função de servir como cruzamento de vias públicas.

As principais avenidas que dão acesso ao centro da cidade como a *Coronel José Soares Marcondes* e *Manoel Goulart*, além de outras vias importantes, apresentam rotatórias dotadas de vegetação exótica; principalmente, gramados, arbustos e palmeiras. Essa combinação de elementos paisagísticos naturais é significativa no meio urbano pela função estética que desempenham, pois a inserção do verde através desse tipo de vegetação ajuda a realçar o ambiente urbano repleto de elementos artificiais.

Embora os espaços dessa natureza estejam inseridos em bairros comerciais ou ocupados em geral pela população de médio e alto poder aquisitivo, apresentam significados positivos para todo o conjunto urbano uma vez que se encontram em avenidas que funcionam como eixo de ligação entre a periferia e o centro da cidade.

O Parque do Povo constitui uma grande área de lazer de 590.000,00m² localizada na região central da cidade. Tendo início na Avenida Brasil, este complexo de lazer se estende ao longo do Córrego do Veado (canalizado), entre as avenidas Onze de maio e Quatorze de setembro, até a Avenida Manoel Goulart. Assim, apresenta um complexo esportivo de boa infra-estrutura e parque infantil, além de algumas áreas bastante arborizadas e de extensos gramados. Enfim, o Parque do Povo exerce o papel de uma imensa praça que atende moradores de diferentes bairros de Presidente Prudente.

O mapa a seguir (figura 01) mostra a distribuição das praças no contexto da malha urbana de Presidente Prudente. Nota-se que além da área central as porções nordeste e leste são as mais bem servidas de praças da cidade. A zona sul apresenta algumas praças com aspectos muito bons, como a *Brigadeiro Eduardo Gomes* do Jardim Pinheiros e a *Mário Eugênio* do Jardim Bongiovani, além de ser servida pelo Parque do Povo.

A distribuição de praças em Presidente Prudente ocorre, portanto, de maneira irregular. Enquanto alguns bairros dispõem de mais de uma praça, outros são completamente carentes, como é o caso do Jardim Regina e Jardim Humberto Salvador, respectivamente. A extensão e a qualidade dessas praças também variam muito, o que compromete de certo modo a função que desempenham. Assim, à medida que determinadas praças chegam a medir 29.000,00m² (Praça das Andorinhas), outras medem apenas 210,00m² (Praça Jardim Paulista). Esse fato por si só já constitui um sério agravante que não pode ser desconsiderado.

A disposição e qualidade dos equipamentos e vegetação constituem um outro agravante das praças prudentinas visto que há diferenciação no padrão de distribuição desses elementos que aparecem de forma significativa em alguns desses espaços.

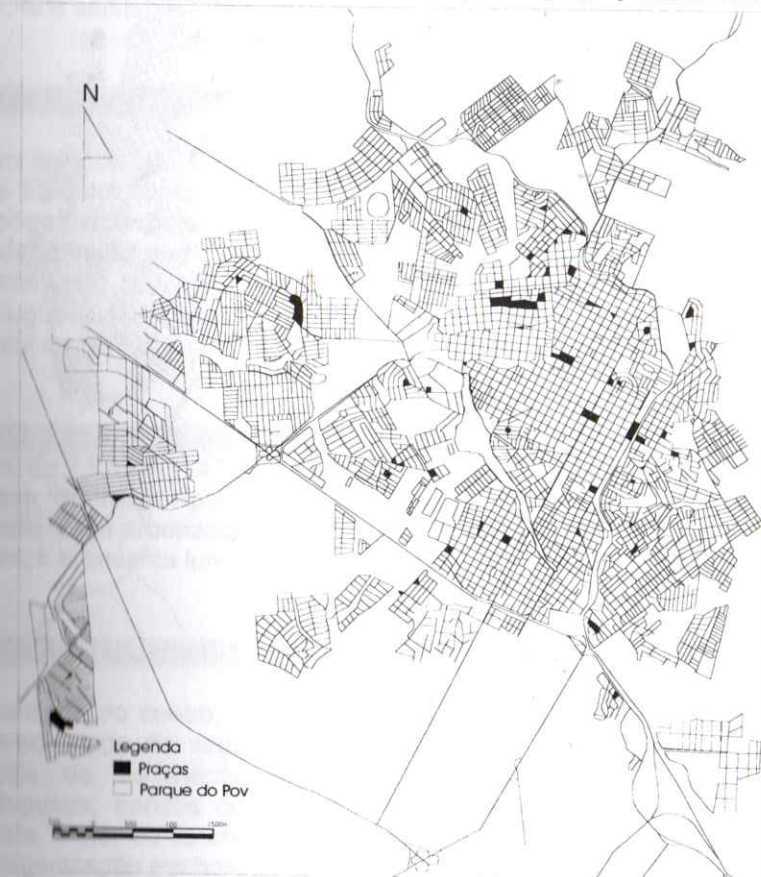
Estudo realizado por Araújo e Cesário (1998) mostra que as praças públicas aparecem como as áreas de lazer que estão entre as mais solicitadas pela população de Presidente Prudente. Tais autores enumeraram treze praças que apresentam, na sua concepção, melhor infra-estrutura:

- Praça Nove de Julho;
- Praça Raposo Tavares;
- Praça Dóbio Zaina;
- Praça Texaco;
- Praça Vila Furquim;
- Praça do Bacarim;
- Praça Jardim Colina;

- Praça Shopping;
- Praça das Andorinhas;
- Praça da Bandeira;
- Praça do Ginásio de Esportes;
- Praça Miquilina Sabino Fellito;
- Praça Antônio Fontes Tito;

A maioria dessas praças de fato apresenta boa infra-estrutura, inclusive paisagística; no entanto, as praças *Vila Furquim*, *Shopping* e do *Ginásio de esportes* não exercem tanta representatividade pelo fato de terem extensão muito pequena e carência de elementos que as caracterizem como praças de boa qualidade. Seus conteúdos são muito pobres se comparados com as demais praças supracitadas, restringindo-se a um parque infantil cercado, dois pórticos e uma extensa calçada, respectivamente. Além destas, a praça *Texaco* apresenta carências, principalmente de vegetação.

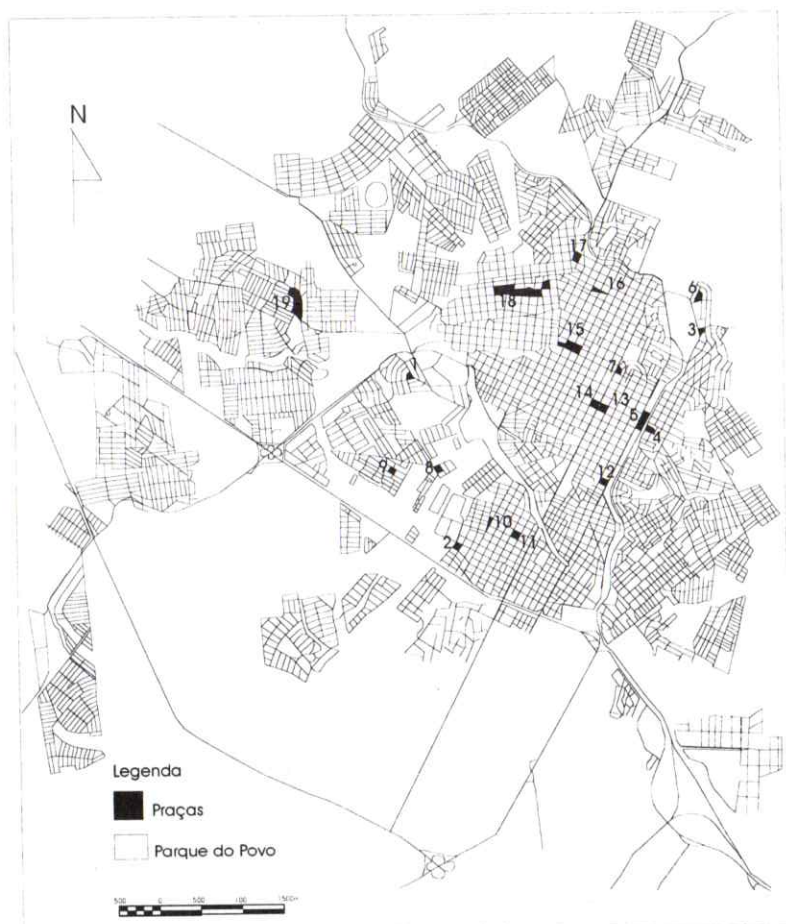
Figura 01: Presidente Prudente - Localização das praças públicas - 2001



Fonte: Secretaria Mun. De Planejamento e Pesquisa de Camp
Eng. Marcos Antônio Silvestre Gomes

Na figura 02, pode-se localizar as praças públicas de Presidente Prudente que se encontram em melhores condições e apresentam melhor infra-estrutura, dados a sua extensão, equipamentos e vegetação. Assim, efetuou-se uma caracterização desses locais com base nos atributos de infra-estrutura urbana e características paisagísticas.

Figura 02 - Presidente Prudente: Localização das praças de melhor infra-estrutura



Fonte: Secretaria Mun. De Planejamento e Pesquisa de Campo
Org. Marcos Antônio Silvestre Gomes

Praça dos Imigrantes (01)

Com área de 3.910m² está localizada, à 440m de altitude, no Jardim das Rosas – bairro habitado pela população de médio poder aquisitivo. A praça se apresenta muito bem arborizada, com árvores de vários portes além de arbustos e extenso gramado. Contém piso de pedra mineira, bancos de concreto, postes galvanizados e monumentos de barras de concreto.

Praça Brigadeiro Eduardo Gomes (02)

Com área de 7.300m² e à 435m de altitude, localiza-se no Jardim Pinheiros – bairro habitado em geral pela população de médio poder aquisitivo. Esta praça apresenta excelente quantidade de vegetação com a presença de árvores de vários portes, arbustos e gramado. Contém ainda calçamento e bancos em concreto, postes galvanizados, trailer de lanche e sanitários.

Praça Coronel Raul Furquim (03)

Com área de 865,00m², esta praça se encontra à 475m de altitude na Vila Furquim. Estendida de frente à Faculdade Toledo, é freqüentada principalmente pelos estudantes, além da população do bairro que é de médio e baixo poder aquisitivo. Apresenta vegetação de ótima qualidade combinando árvores, arbustos, flores e gramado. Há piso de pedra portuguesa e iluminação de postes, além de bancos em concreto e banca de revista.

Praça Padre Anchieta (04)

Área de 7.873m² e 475m de altitude, está localizada ao lado da igreja de Nossa Senhora Aparecida – Vila Marcondes – na região central da cidade. Bem arborizada e com presença de arbustos, flores e gramado, a praça apresenta luminárias, coreto, sanitários e bancos em concreto.

Praça da Bandeira (05)

Localizada no centro, à 475m de altitude, apresenta a combinação dos diversos tipos de vegetação em bom estado. Além disso, esta praça dispõe de iluminação em postes galvanizados, piso em pedra portuguesa, bancos de madeira e concreto, parque infantil, banca de revista, trailer de lanches, sanitários e comércio de ambulantes em fase de organização em boxes por parte da prefeitura.

Praça Miquilina Sabino Fellito (06)

Localizada no Parque Furquim à 475m de altitude, se estende por uma área de 6.800m². A vegetação está em boas condições, mas há carência de árvores de médio e grande porte que proporcionem sombra, já que há a predominância de arbustos e gramado. A praça contém calçadas em concreto, teatro de arena, campo de futebol de areia, mesas com banquetas, bancos em concreto e postes galvanizados.

Praça Dóbio Zaina (07)

Área de 3.600m², localizada na região central da cidade no bairro do Bosque, à 445m de altitude. Há predomínio de árvores de pequeno porte, arbustos, flores e gramado. Contém piso em bloquete, espelho d'água com fonte, teatro de arena, sanitários, postes galvanizados e em concreto com refletores, bancos em concreto, banca de revista e um prédio com a Secretaria Municipal de Cultura. Um agravante nesta praça é o uso abusivo de concreto e a carência de vegetação arbórea de médio porte.

Praça das Cerejeiras (08)

Localiza-se no Jardim Esplanada e ocupa uma área de 6.602m², à 455m de altitude. Em geral é freqüentada por estudantes do Colégio Anglo e Moradores do bairro que são em sua maioria de médio poder aquisitivo. A vegetação se apresenta em ótimas condições com o predomínio de todos os portes, inclusive gramado extenso. Seu conteúdo se restringe à iluminação e bancos e piso em concreto.

Praça Jardim Colina (09)

Com área de 8.700m² e altitude de 435m, esta praça se localiza no Jardim Colina cuja população é, em geral, de médio poder aquisitivo. Apresenta carência de vegetação arbórea, com predominância de árvores de pequeno porte, arbustos e gramado. Há campo de futebol e vôlei de areia, teatro de arena, postes galvanizados, calçadas, bancos e mesas com banquetas em concreto.

Praça Antônio Fontes Tite (10)

Localizada na Cidade Universitária, ocupa área de 2.400m² e se encontra à 475m de altitude. Apresenta harmonia entre os portes da vegetação, mas carece de árvores mais frondosas que proporcionem

sombra. Há quiosques e barras para exercícios, além de bancos e calçadas em concreto.

Praça Mário Eugênio (11)

Ocupa área de 7.000m² e está à 475m de altitude no Jardim Bongiovani, habitado pela população de médio e alto poder aquisitivo. A vegetação se encontra em perfeitas condições e há o predomínio de vegetação arbórea de vários portes. A praça é dotada de calçadas e bancos em concreto, postes galvanizados, busto e trailers de lanches.

Praça dos Pioneiros (12)

Localiza-se junto ao Terminal Rodoviário na Vila São Jorge a uma altitude de 485m. A combinação da vegetação é harmoniosa, sobretudo pela boa quantidade de árvores. Contém piso em pedra portuguesa, calçadas e bancos em concreto, além de trailers de lanches.

Praça Nove de Julho (13)

Ocupa área de 7.744m² e constitui a principal praça da cidade, pois está localizada no centro, em frente a catedral, a 460m de altitude. É dotada de vegetação arbórea, arbustiva, flores e gramado, proporcionando à população o contato com um arranjo paisagístico que ameniza o ambiente hostil causado pelo caos que o centro da cidade provoca. Constata-se a presença de uma fonte luminosa, teatro de arena, iluminação através de postes galvanizados e refletores, monumento japonês, busto, bancos em concreto, piso em pedra portuguesa, sanitários, banca de revistas, posto policial, trailers de lanches e comércio de ambulantes. Em geral, a praça apresenta boa infraestrutura, mas necessita de parte do seu espaço ocupado por vendedores ambulantes.

Praça Monsenhor Sarrion (14)

Localiza-se no pátio da catedral São Sebastião no centro da cidade, à 460m de altitude. É notória e muito importante a presença de árvores de grande porte que produzem bastante sombra, mas também outros elementos completam o arranjo da vegetação como arbustos, flores e gramado. Apresenta piso em asfalto, bancos em concreto, postes galvanizados, refletores, busto, trailers de lanches e comércio de ambulantes. Esta praça constitui basicamente a continuidade da Nove de Julho.

Praça do Bacarim (15)

Localizada na Vila Dubus, ocupa área de 4.800m² num fundo de vale à 425m de altitude. A população ao entorno da praça é, na sua maioria, de médio poder aquisitivo, sendo os idosos e as crianças seus principais freqüentadores. A vegetação está em boas condições, com predomínio de árvores de grande e pequeno porte de um lado e, arbustos, flores e gramado do outro. Esta praça é equipada com floreiras, tanque de areia, postes galvanizados, calçadas e bancos em concreto e lajotas sextavadas. Como a área se encontra dividida por duas ruas paralelas, há na parte mais voltada para oeste, após a rua Doze de Outubro, uma quadra poliesportiva, árvores e gramado, mas se torna um lugar perigoso à noite por está cercado de residências e ter pouca iluminação.

Praça Rotary Internacional (16)

Ocupa área de 2.032m² em bairro de classe média e alta – Jardim Aviação – à 495m de altitude. A vegetação é de boa qualidade, mas há carência de árvores mais frondosas e flores. Há iluminação, calçadas e bancos em concreto e trailer de lanches.

Praça Orlando Cassimiro da Motta (17)

Com 2.519m² de área e altitude de 485m, está localizada no Jardim Estoril com população, em sua maioria, de médio poder aquisitivo. A vegetação está em perfeitas condições, com presença de árvores de vários portes, além de arbustos, flores e gramado. Seu conteúdo consta de vários postes e bancos em concreto, mesas com banquetas em concreto, postes galvanizados, banca de revistas e trailer de lanches.

Praça Raposo Tavares (18)

Constitui um imenso fundo de vale de 16.150m² à 455m de altitude no Jardim Duque de Caxias. Este bairro é habitado principalmente pela população de baixo e médio poder aquisitivo. Apresenta harmonia entre os portes da vegetação sendo em geral bem arborizada. Há bancos e calçadas em concreto, postes galvanizados, teatro de arena, campo de futebol e parque infantil. É um local que necessita de bastante iluminação à noite.

Praça das Andorinhas (19)

Constitui um pequeno parque de 29.000m² com parque infantil, lagos, sanitários, quadras de esportes, campo de futebol de areia, pista de cooper, calçadas e bancos em concreto, iluminação, parque infantil, lanchonete e casa do zelador. Apresenta-se bem arborizada e limpa, constituindo a única praça cercada com grades da cidade.

3.1 – Distribuição dos Equipamentos e Qualidade da Vegetação

De modo geral, as praças públicas de Presidente Prudente apresentam infra-estrutura razoável, pois em sua maioria são dotadas dos elementos básicos: iluminação, calçada e bancos. Do total das praças, 86% apresentaram iluminação e bancos e, 95% calçadas. Na verdade, por constituírem infra-estrutura básica, estes itens devem constar em todo e qualquer espaço de lazer dessa natureza.

Quanto aos demais itens pesquisados, constatou-se que apenas 11% das praças possuem parque infantil e banca de revista. Por sua vez, 14% apresentam sanitários e 12% equipamentos esportivos. Por outro lado, atividades econômicas ganham espaço nesses locais, pois além das bancas de revistas, há trailers de lanches em 27% das praças e vendedores ambulantes em 7%. Outros equipamentos como coretos, escultura e monumentos constam em 9% das praças.

Os dados acima mostram que as praças públicas da cidade precisam ser reestruturadas e dotadas de mais equipamentos do tipo esportivo e infantil, assim como sanitários nas principais praças para que proporcionem o bem-estar físico e mental dos seus freqüentadores. Infra-estrutura desse tipo apresenta grande vantagem ao atrair crianças, jovens e adultos para as praças.

É possível afirmar que todas as praças da cidade dispõem de algum tipo de vegetação, inclusive arbórea, com exceção da "praça do São Mateus" cujo conteúdo paisagístico está reduzido ao gramado que muitas vezes se apresenta misturado com capim.

De acordo com o porte das árvores, pode-se dizer que grande parte das praças é dotada de árvores de pequeno porte (77%), enquanto as de médio porte representam 66% e as de grande porte, 55%. Ainda 25% das praças dispõem de árvores de todos os portes. O grande número de espécies de pequeno porte está relacionado à extensão da praça que muitas vezes é reduzida, e ao fato de tornarem o ambiente mais aberto. Isso repercute na deficiência de sombra visto que as árvores mais frondosas proporcionam uma maior quantidade de espaços sombreados.

Embora a vegetação arbórea se constitua como de maior relevância nesta pesquisa, quantificou-se e qualificou-se também vegetação de outros tipos como rasteira e arbustiva. Assim, a maioria das praças (95%) apresenta gramado em grande parte da sua extensão,

sendo os arbustos também encontrados em quantidade significativa de praça (80%).

Quanto à presença de flores, todas as praças apresentaram carência, apesar de se entender que é um tipo de vegetação que requer mais cuidado, mas nem por isso deixa de ser relevante. No geral, foram encontradas 24 praças com algum tipo de flor, o que representa 43% do total de praças da cidade.

Apenas a quantificação da vegetação nas praças da cidade não é suficiente para se entender sua representatividade no espaço urbano e, em especial em áreas de lazer. Assim sendo, considera-se necessário traçar um perfil e fazer uma análise das condições em que esta vegetação se encontra.

Do total de praças de Presidente Prudente, 32% apresenta vegetação em ótimas condições, pois há harmonia entre os diversos tipos e porte, bem como quantidade suficiente de árvores.

A classificação boa, dada a 39% das praças, indica que a vegetação apresenta condições satisfatórias; porém, precisando ser melhorada.

As praças onde se observou pouca vegetação, ou esta apresentando sinais de maltrato assim como falta de espaço para as árvores, foram classificadas como regular, representando 18% do total.

Com carência total de vegetação se encontravam 7% das praças classificadas como ruim e, 4% em péssimas condições. Estas praças apresentavam, respectivamente, carência de embelezamento e sinais de pragas assim como ausência de vegetação arbórea ou árvores em péssimo estado.

4 – Considerações finais

De maneira geral, pode-se afirmar que as praças públicas de Presidente Prudente sofrem de algum tipo de carência vegetal (árvores, arbustos, flores ou gramados). Contudo, mais relevante e menos grave nestas praças é a arborização, cujas funções são de suma importância no meio urbano.

No Estado de São Paulo, de acordo com estudos realizados pelo DAEE (Departamento de Água e Energia Elétrica - SP) sobre espaços verdes, observou-se que de um total de 976 praças que ocupam 5,8 milhões de m², 11% não são arborizadas, 31,5% não apresentam plantas rasteiras e somente 13% dispõem de parque infantil ou tanque de areia. Ainda, 68% dessas praças não são dotadas de sanitários públicos (NUCCI, 2000, p. 80).

Hauser (1965, p. 195) enfatiza os efeitos estéticos que uma bela paisagem proporciona, essencialmente no meio urbano, quando afirma que

a vida em um quadro sem beleza tem uma influência nefasta no equilíbrio psíquico do homem; árvores verdes e gramado têm um efeito repousante para o espírito e desenvolvem no homem o gosto pelo belo. As emoções sentidas ante uma bela paisagem, de linhas bonitas, áreas verdes e água, estão entre as experiências mais fortes e mais enriquecedoras da personalidade.

Considera-se o verde elemento vital nas praças públicas, sobretudo, de extrema importância na composição destes locais tanto pelo contato visual que propicia à população quanto pelas funções biológico-climáticas que desempenham. Contudo, a boa qualidade da vegetação deve vir acompanhada da existência de equipamentos e condições voltadas ao lazer para que essa combinação venha garantir o bem-estar humano.

Com a precariedade dos sistemas de lazer na maior parte das cidades brasileiras e a crescente dificuldade de acesso por parte de grande parcela da população, torna-se fundamental a conservação do verde nos diversos espaços públicos urbanos, pois somente desta forma se conseguiria garantir o mínimo de qualidade de vida à população.

Ao analisar a grande São Paulo, Lombardo (1985) observou que o acesso às áreas verdes da cidade aparece de forma diferenciada, favorecendo a uma minoria privilegiada socialmente, enquanto que as outras camadas sociais, principalmente as mais carentes, têm difícil acesso aos parques e jardins públicos. Assim sendo, nos bairros de alto padrão social, o verde nos espaços públicos desempenha função mais ornamental e de valorização do solo, ao passo que nos bairros de periferia deveria ser voltado, entre outros, ao oferecimento do lazer.

A arborização cada vez mais contribui como um resíduo de vida em meio às diversas transformações que o ambiente sofre devido à ação do homem na construção dos grandes centros urbanos, especialmente de nosso país.

Estudo da Universidade de Campinas (UNICAMP) comprovou que algumas espécies arbóreas utilizadas na arborização urbana reduzem bastante os efeitos da radiação solar e oferecem conforto térmico ao ambiente. Cinco espécies se destacam por atenuar significativamente a radiação solar: a sibipiruna (*Caesalpinia peltophoroides*) com 88,5% de atenuação, a chuva-de-ouro (*Cassia fistula*) e o jatobá (*Hymenaea courbaril*) com 87,2%, a magnólia (*Michelia champaca*) com 82,4% e, o ipê-roxo (*Tabebuia impetiginosa*) com 75,6%. Por outro lado, mediu-se também a atenuação em áreas verdes de lazer na região central de Campinas e foi constatado que um bosque antigo atenuou quase totalmente a radiação (99,06%) e uma praça recém-criada, com vegetação pouco densa, atenuou 88,24% (FIORI, 2001, p. 29). Algumas das espécies descritas podem ser encontradas em Presidente Prudente, principalmente na arborização de ruas, como é o caso do ipê-roxo e da sibipiruna.

Constatou-se que, no caso de Presidente Prudente, as melhores e mais equipadas praças se encontram em bairros de classe média e alta onde a população pouco freqüenta este tipo de ambiente, pois privilegia outros lugares na cidade que lhes proporciona outras opções de lazer mais sofisticadas como os clubes aquáticos. A população que ocupa as partes periféricas da cidade, por sua vez, é a que mais freqüenta as praças; apesar destas áreas apresentarem as piores condições sanitárias e cobertura arbórea precária.

É possível verificar que em Presidente Prudente a prática de espaços públicos privilegiados com a maior densidade de árvores está associada a padrões socioeconômicos diferenciados, visto que as áreas mais arborizadas da cidade são exatamente aquelas onde se concentram as médias e altas camadas sociais. Ainda, a disposição de praças na cidade é outro indicador dessa disparidade à medida que se destina o terreno e não se efetiva o sistema de área verde e lazer.

Verificada a atual situação das praças públicas da cidade, pode-se afirmar que Presidente Prudente dispõe de áreas suficientes para a implantação desse sistema de lazer principalmente nas áreas periféricas da cidade, onde as praças constituem o mais importante sistema de recreação e lazer. A prática da arborização deve ser uma constante nestes locais, pois as espécies de médio e grande porte podem desempenhar papel essencial no meio como a ventilação e o sombreamento. Nesta prática, devem estar empenhados o poder público, setores privados e sociedade em geral, pois o envolvimento de toda a comunidade repercutirá numa ação conjunta tanto na implementação dessa infra-estrutura quanto na conservação de todo o "complexo de lazer" devido à participação efetiva de todas as esferas sociais.

As praças públicas devem ser dotadas de infra-estrutura básica como parque infantil, bancos com encosto, calçadas e iluminação eficientes. Devem ainda ocupar espaço significativo como o de uma quadra (10.000m²) e não apenas alguns poucos metros quadrados. Conseqüentemente, podem abrigar espécies arbóreas de médio e grande porte como o ipê-roxo (*Tabebuia impetiginosa*) e a sibipiruna (*Caesalpinia peltophoroides*), além do pau-d'alho (*Galesia integrilolia*) e do flamboyant (*Delonix regia*). Todas essas espécies são encontradas em algumas praças de Presidente Prudente e reduzem eficientemente a radiação solar devido ao sombreamento que provocam.

Se o conceito de qualidade de vida é evidenciado como a realização pessoal do homem no sentido psíquico, social e espiritual, fica claro que a prática do lazer deve vir acompanhada de elementos ligados à natureza para que estes três componentes possam interagir na melhoria da vida do homem urbano. Afinal, qualidade de vida e meio ambiente não podem ser visto separadamente.

5 - Bibliografia Básica

ABREU, D. S. **Formação histórica de uma cidade pioneira paulista: Presidente Prudente**. Presidente Prudente: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1972.

AMORIM, M. C. C. T. **Análise ambiental e qualidade de vida na cidade de Presidente Prudente/SP**. Presidente Prudente: UNESP, 1993 (Dissertação de Mestrado).

AMORIM, M. C. C. T. Estudo das áreas verdes de Presidente Prudente/SP. In: SPOSITO, Maria Encarnação B. (Org). **Textos e contextos para a leitura geográfica de uma cidade média**. Presidente Prudente: Programa de Pós-Graduação em Geografia, GASPERR, FCT/UNESP, 2001.

ARAÚJO, M. M. O e CESÁRIO, S. R. O. **Lazer em Presidente Prudente - reflexões sobre qualidade de vida**. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 1998.

CASE, P. **A cidade desvendada: reflexões e polêmicas sobre o espaço urbano: seus mistérios e fascínios**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000.

FIORI, A. M. Um método para medir a sombra, In: **Revista Fapesp Pesquisa**, São Paulo, n.61, p.26-29, jan/fev de 2001.

GOMES, M. A. S. **As praças e a qualidade de vida na cidade de Presidente Prudente/SP**. (Relatório de Pesquisa - PAE). FCT/UNESP - Presidente Prudente. 2001.

HAUSER, P. M. **Manual de pesquisa social nas zonas urbanas**. São Paulo: Pioneira, 1978. Unesco.

HOEHNE, F. C. **Arborização urbana**. São Paulo: Editora Instituto de Botânica de São Paulo, 1944.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE (BRASIL - censo 2000). Site: <www.ibge.com.br>

JORNAL DO COMMERCIO. Estudo da UFPE: Urbanistas questionam padronização de praças. Recife, 07/01/2001.

LOMBARDO, M. A. **Ilha de calor nas metrópoles: o exemplo de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1985.

NUCCI, J. C. **Qualidade ambiental e adensamento urbano**. São Paulo: Ed. Humanistas/FFLCH-SP, 2001.

A AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE ÁLVARES MACHADO - SP¹.

Wagner Miralha²

Rosângela Ap. de Medeiros Hespanhol³

Resumo: O presente artigo tem como objetivo principal analisar a dinâmica das unidades produtivas familiares existentes no Município de Álvares Machado, no período que se estende entre 1970 e 2002. O Município de Álvares Machado localiza-se no sudoeste paulista, fazendo parte da Microrregião Geográfica de Presidente Prudente. Esse Município foi colonizado essencialmente por imigrantes japoneses, que se estabeleceram com base em pequenas propriedades e desenvolvendo a policultura. Mais recentemente, essas unidades produtivas têm adotado como estratégias de reprodução social, o desenvolvimento da horticultura e da produção de leite. Dessa maneira, torna-se importante analisar a dinâmica dessas unidades produtivas no município de Álvares Machado, como forma de compreender o desenvolvimento de estratégias de reprodução social, a organização interna dos seus elementos componentes e as relações estabelecidas com instituições e agentes do poder local.

Palavras-chaves: produção familiar, reprodução social, estratégias de reprodução familiar.

FAMILY AGRICULTURE IN THE CITY OF THE ÁLVARES MACHADO - SP

Abstract: The present article has as main objective to analyze the dynamics of productive units based on the family work in the city of Álvares Machado in the period between 1970 and 2002. The city of Álvares Machado is located at the Southwest region of São Paulo, being part of the Geographical Micro-region of Presidente Prudente. That city was colonized essentially by Japanese immigrants, who settled down with base in small properties and mixed farming. More recently, those productive units have been adopting as strategies of social reproduction

¹ Pesquisa desenvolvida com apoio financeiro da FAPESP, na modalidade de Iniciação Científica.

² Aluno do 4º ano de Graduação em Geografia na FCT/UNESP e membro do GEDRA (Grupo de Estudos Sobre Agropecuária e Dinâmica Regional). End. Rua Roberto Simonsen, 305, Centro Educacional. CEP: 19 060-900 - Caixa Postal: 467. Presidente Prudente, SP. E-mail: wagnermiralha@bol.com.br.

³ Orientadora do Projeto de Pesquisa e docente dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP e Coordenadora do GEDRA (Grupo de Estudos Sobre Agropecuária e Dinâmica Regional). End. Rua Roberto Simonsen, 305, Centro Educacional. CEP: 19 060-900 - Caixa Postal: 467. Presidente Prudente, SP. E-mail: hespanhol@stetnet.com.br.

the development of horticulture and production of milk. This way, it becomes important to analyze the dynamics of the family productive units in the city of Álvares Machado, as to understand the development of strategies of social reproduction; the external relationship and inner organization of the elements that compose the family productive units.

keywords: family production, social reproduction, strategies of family reproduction.

1. Introdução

A agricultura familiar constituiu-se, no decorrer da década de 1990, num dos principais eixos norteadores da questão agrária brasileira. Dentre os fatores que contribuíram para essa retomada das análises sobre a produção familiar destacou-se a divulgação de estudos comparativos internacionais, nos quais se reconhecia que em vários países e, sobretudo, nos de capitalismo avançado, essa forma de produção constitui-se no principal suporte de desenvolvimento agrário (VEIGA, 1991 e ABRAMOVAY, 1992).

No Brasil, o reconhecimento da importância econômica e social da produção familiar no âmbito institucional ocorreu com a publicação do relatório FAO/INCRA (1994). Esse relatório, com base nos dados do Censo Agropecuário de 1985, destacava o fato de que as explorações familiares englobavam aproximadamente 4,4 milhões de estabelecimentos, apesar de ocuparem apenas 22% da área total e de terem acesso a 10,7% do montante de recursos aplicados no crédito rural.

A importância assumida recentemente pela produção familiar no país se deve ao fato desta ser considerada como uma das principais formas para o desenvolvimento de pequenos municípios, como é o caso de Álvares Machado. O Município de Álvares Machado localiza-se no sudoeste paulista, fazendo parte da Microrregião Geográfica de Presidente Prudente. Esse município foi colonizado essencialmente por imigrantes japoneses, que se estabeleceram com base em pequenas propriedades e na picultura.

Nesse sentido, a pesquisa tem como objetivo geral analisar a dinâmica das unidades produtivas familiares no Município de Álvares Machado, no período que se estende entre 1970 e 2002.

Constituíram-se em objetivos específicos da pesquisa: a) analisar a organização interna dos elementos que compõem as unidades produtivas familiares, tendo em vista a disponibilidade dos meios de produção, o acesso à terra e a utilização da mão de obra; b) identificar o estabelecimento de relações externas às unidades produtivas, através da inserção ao mercado, via comercialização dos produtos, aquisição de insumos agrícolas, utilização de crédito rural, assistência técnica, etc.; c) caracterizar o desenvolvimento de estratégias de reprodução social como forma de adaptação às diferentes realidades sócio-econômicas; e,

d) desvendar as articulações da produção familiar no âmbito do poder local.

Para alcançar os objetivos propostos foi efetuado levantamento bibliográfico concernente ao desenvolvimento da agricultura brasileira em geral e, em particular, da produção familiar no Brasil.

Foi realizada também a coleta de dados de fonte secundária junto às publicações da FIBGE (Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/6 e Pesquisa Pecuária Municipal de 1996). Os dados levantados referem-se aos seguintes aspectos: utilização das terras, condição do produtor rural, pessoal ocupado por categoria, efetivo bovino e produção de leite. Além da coleta de dados, procedeu-se à sistematização, organização de tabelas e gráficos bem como à análise.

A coleta de dados e informações de fonte primária foi realizada por meio de: a) elaboração de roteiro de entrevista, que foi aplicado junto aos técnicos da Casa da Agricultura e participantes do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, da Prefeitura Municipal, das Associações de Produtores Rurais e da Federação das Associações município; e b) elaboração e aplicação de questionário junto aos produtores familiares do Município de Álvares Machado.

Apresentaremos inicialmente a abordagem sobre o campesinato, presente nos autores clássicos da questão agrária e as abordagens teóricas referentes à agricultura familiar. Posteriormente faremos um resgate histórico do Município de Álvares Machado, e, a seguir, a análise da agropecuária e da agricultura familiar no Município de Álvares Machado.

2. A abordagem do campesinato nos clássicos da questão agrária

Lênin desenvolveu, principalmente, no seu livro "Desenvolvimento do capitalismo na Rússia", a tese da diferenciação do campesinato, que se constituiu no principal eixo de suas idéias sobre o desenvolvimento do capitalismo no campo. Baseado em dados estatísticos por estabelecimentos dos *zemstvos*⁴, Lênin desenvolveu as principais idéias que constituem a tese da diferenciação do campesinato, denominado por ele de "desintegração do campesinato". Assim, conforme o referido autor,

O sistema de relações econômicas e sociais entre o campesinato (agrícola e comunitário) mostra a existência de todas as contradições próprias de qualquer economia mercantil, o açambarcamento da terra (comprada ou arrendada), a concentração da produção por uma minoria, a

⁴ Os *zemstvos* eram formas de auto-administração local sob a égide da nobreza nas províncias da Rússia czarista e foram criados em 1864.

proletarização da maioria e a sua espoliação pela minoria que detém o capital comercial e emprega operários agrícolas (...). O conjunto das contradições existentes no interior do campesinato constitui o que denominamos de desintegração do campesinato (LÊNIN, 1985, p.113).

Portanto, para Lênin, com o desenvolvimento do capitalismo e sua "penetração" no meio rural, o campesinato - que, segundo Lênin, era um "resto" feudal, ou seja, um resquício do feudalismo - sofreria uma diferenciação social, sendo que, por um lado, uma minoria dos camponeses conseguiria enriquecer, tornando-se camponeses ricos e, assim, seguindo o caminho do "aburguesamento". Por outro lado, estaria a maioria dos camponeses, que não conseguiriam resistir ao mercado, tornando-se assim, camponeses pobres, que fatalmente se proletariariam, passando a ser vendedores de sua mão-de-obra nas grandes propriedades.

Além de Lênin, outro autor da questão agrária que defendia a tese do desaparecimento do campesinato, no entanto, com uma visão diferenciada, foi Karl Kautsky em sua obra "A Questão Agrária".

Segundo este autor,

O modo de produção capitalista se desenvolve, via de regra, (exceto em certas colônias) primeiramente nas cidades, e na indústria em primeiro. Habitualmente a agricultura permanece intocada por muito tempo e longe da influência da cidade. No entanto, o desenvolvimento industrial já conseguiu modificar o caráter da produção agrícola (KAUTSKY, 1986, p.17).

Kautsky via o camponês como um sujeito miserável, com pouca inteligência e sem racionalidade econômica, o que o tornava frágil à expansão da indústria no campo. Assim, apesar do camponês ter uma pequena propriedade, ele não tinha condições de participar do mercado capitalista, de forma a obter lucros favoráveis a seu desenvolvimento, pois não possuía, na visão de Kautsky, uma racionalidade econômica e, também, porque o pequeno estabelecimento não conseguia incorporar as inovações técnicas e, desta maneira, estava impossibilitado de se integrar à indústria. Assim, conforme esse autor, é o grande estabelecimento capitalista, baseado no trabalho assalariado, que conseguiria se manter, com a industrialização do campo, se integrando à indústria.

Contrário à tese do desaparecimento do campesinato, formulada por Lênin e Kautsky, está Alexander V. Chayanov, que através da sua obra, "La organización de la unidad económica campesina", desenvolveu um corpo teórico demonstrando que, através da organização interna, o campesinato não estava fadado ao desaparecimento, mas, ao contrário, devido a uma lógica interna de

organização, o campesinato conseguiria se adaptar as novas realidades de funcionamento do mercado, buscando formas alternativas estratégicas para a sobrevivência da família.

3. As abordagens teóricas da produção familiar

Diferentemente do que previam Lênin e Kautsky, a forma de produção familiar predomina, até hoje, no mundo inteiro, mostrando ser um segmento social que possui uma grande organização interna, conforme demonstrado por Chayanov (1974), para resistir ao mercado capitalista. No entanto, devido ao desenvolvimento do capitalismo na agricultura e às novas realidades econômicas como, a ampliação do mercado internacional, provocado pelo processo de mundialização da economia, muitas unidades de produção familiar, de característica camponesa, foram sofrendo mudanças, tanto de ordem social como econômica, devido à maior integração ao mercado, utilizando de técnicas modernas de produção, ficando assim, dependentes de indústrias que lhes fornecem insumos e maquinários agrícolas, e de agroindústrias, que vão absorver sua produção. Apesar disso, o trabalho predominante nessas unidades de produção é, essencialmente, familiar, ou seja, de membros da família.

É importante destacar que, as análises conceituais sobre a agricultura familiar, possuem divergências teórico-metodológicas, conforme destaca Hespanhol (2000, p.82).

[...] se por um lado, evidenciam as limitações dessa categoria de análise para englobar uma grande diversidade de formas de produção estruturadas sobre o referido tripé (trabalho - terra - família), por outro, representam um certo avanço teórico em relação às usualmente utilizadas tais como produção de subsistência, pequena produção ou campesinato. Isso porque, ao enfocarem essas unidades produtivas, procuram valorizar a capacidade e o potencial dessa categoria de produtores - ou de uma parcela destes - seja no desenvolvimento de estratégias produtivas e não produtivas, seja no âmbito do poder local e do desenvolvimento sustentável.

Ainda, com referência às diferentes posturas teórico-metodológicas da agricultura familiar, Hespanhol (2000) ressalta que

[...] tendo como referência algumas das principais contribuições realizadas até meados dos anos 1990 sobre a agricultura familiar, essas diferentes posturas teórico-metodológicas foram agregadas em dois grupos, nos quais esta categoria de análise é

enfocada: a) como uma forma de produção camponesa e, b) como o resultado do processo de modernização da agricultura (HESPANHOL, 2000, p.82).

Na primeira linha teórica encontram-se os autores que entendem a agricultura familiar como uma forma de produção camponesa⁵. Nessa perspectiva, entendem que a agricultura familiar contemporânea é uma continuação de formas de produção familiar anteriores, como o campesinato e/ou a agricultura de subsistência.

Na segunda linha teórica, os autores entendem a agricultura familiar como resultado de processo de modernização da agricultura, o qual provocou uma ruptura entre formas de produção familiar tradicionais, como o campesinato, dando origem ao que é chamado de agricultura familiar, que na visão deles, não possui nenhum resquício do campesinato⁶. Esses teóricos consideram a agricultura familiar como o principal elemento do desenvolvimento rural e sócio – econômico, desde que, apoiado pelo poder público.

4. Alternativas de fortalecimento e desenvolvimento da agricultura familiar: a reforma agrária, o associativismo e a pluriatividade.

A agricultura familiar no Brasil vem passando por sérias dificuldades com relação à produção agropecuária, como por exemplo: os altos preços dos insumos agrícolas; os baixos preços obtidos com a comercialização dos produtos agropecuários; a falta de assistência técnica do governo; a atuação de intermediários, que rebaixam a renda obtida com a produção; a falta de terras; a descapitalização dos produtores, entre outros.

Essas dificuldades enfrentadas pelos produtores familiares ocasionam sérias conseqüências sociais. Uma dessas conseqüências refere-se ao baixo nível de qualidade de vida das famílias, pois com todos os problemas citados acima, a maioria desses produtores obtém uma renda muito baixa com a atividade agropecuária, sendo suficiente, apenas para a sobrevivência da família, inexistindo assim, em muitas regiões, a assistência médica hospitalar, o lazer, a educação, que são direitos básicos do cidadão.

Esse baixo nível de vida que caracteriza parcela dos agricultores familiares traz outras conseqüências, como a desistência do produtor em continuar no campo, migrando para a cidade, ou a ausência de sucessores para dar continuidade às atividades agrícolas desenvolvidas pelos progenitores.

⁵ Dentre os principais autores desta linha teórica destacam-se Lamarche (1993) e Wanderley (1996).

⁶ Dentre os principais autores desta linha teórica destacam-se Veiga (1991) e Abramovay (1992).

No caso do Brasil, além dos problemas citados, a agricultura familiar tem sérias dificuldades para desenvolver-se devido também à grande concentração fundiária, de herança colonial, existente no país.

Dessa maneira, milhares de produtores, baseados no trabalho familiar, lutam para permanecer no campo produzindo, de maneira subordinada às grandes fazendas e/ou às agroindústrias, como parceiros, arrendatários, meeiros e minifundistas em pequena área de terra, enquanto que os grandes produtores e latifundiários, que são em termos numéricos minoria, possuem a imensa maioria das terras, deixando-as, muitas vezes, improdutiva, ou explorando-as, com base numa agricultura moderna que, além de gerar sérios impactos no meio ambiente, ocasiona uma intensa exploração da força de trabalho dos assalariados rurais.

A primeira dificuldade que impede o desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil é a grande concentração fundiária, que é uma injustiça muito grande num país que ocupa o quinto lugar em termos de extensão territorial. Assim, a concentração fundiária só pode ser compreendida no plano político. Isso porque o governo brasileiro tem atuado no sentido de favorecer os grandes fazendeiros, já que a estrutura fundiária do país não foi alterada em nenhum momento da história brasileira.

Nesse sentido, para o desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil é necessário a superação da extrema desigualdade na estrutura fundiária, por meio de uma política de reforma agrária (acompanhada de crédito para custeio e investimento e assistência técnica), que forneça terra para os parceiros e os arrendatários subordinados às grandes fazendas e que torne os minifundistas produtores com maior acesso a terra.

Mas, apenas a reforma agrária não resolve o problema da agricultura familiar, pois no atual estágio do capitalismo, que é altamente competitivo, e no caso da agricultura, dominado pelas indústrias (tanto à montante quanto à jusante do processo produtivo), a inserção dos produtores de forma individual no mercado, torna-os inviáveis ao longo prazo, visto que não podem concorrer com os grandes produtores. Desse modo, é necessário que os produtores familiares se unam em organizações coletivas, tais como as associações de produtores, para que possam discutir e encaminhar aos órgãos competentes (prefeitura municipal, Casa da Agricultura etc.) as suas demandas e interesses.

Nesse contexto de dificuldades, a pluriatividade vem constituindo-se em vários países como uma importante estratégia de reprodução social das unidades produtivas baseadas no trabalho familiar, tornando-se uma alternativa de desenvolvimento dessa forma de produção.

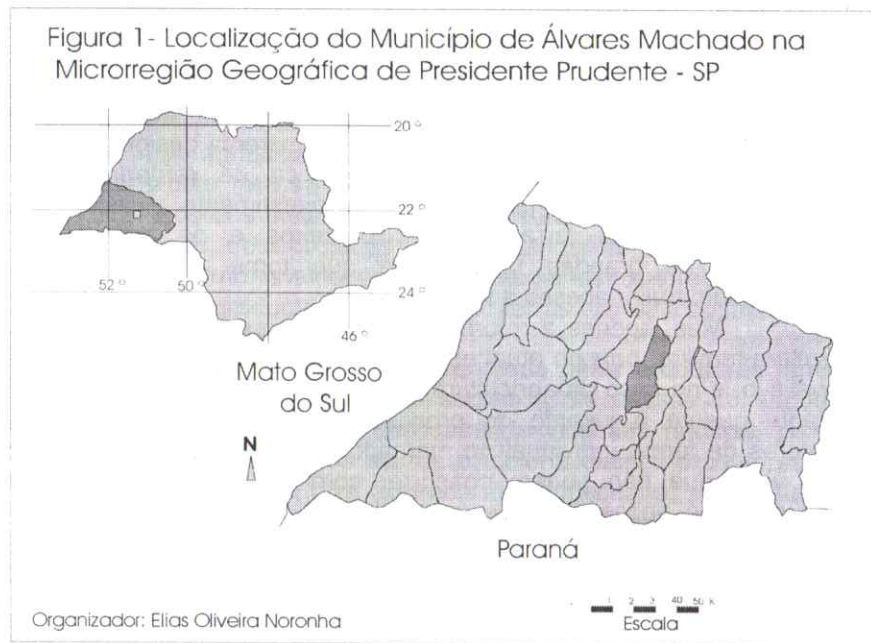
As diferentes formas de abordagem da agricultura familiar, comentadas anteriormente, mostram um avanço nessa linha de estudo, enriquecendo cada vez mais o seu arcabouço teórico. É neste sentido, que os estudos de caso, de caráter regional e local, contribuem para o

entendimento das diferentes realidades de ocorrência das unidades produtivas familiares.

5. Histórico da formação do Município de Álvares Machado

De acordo com a Figura 1, o Município de Álvares Machado localiza-se no sudoeste paulista, fazendo parte da Microrregião Geográfica de Presidente Prudente.

O Município de Álvares Machado teve seu processo de ocupação iniciado no final da década de 1910. Nessa época, muitos agricultores (imigrantes, ex-colonos etc.) conseguiram comprar pequenas propriedades, porque nesta região "os especuladores vão promover um sistema de vendas mais dinâmico: o loteamento. Retalhavam suas terras em pequenas propriedades e as vendiam a prazo" (ABREU, 1972, p.37). Entre os imigrantes que vieram colonizar a Alta Sorocabana destacaram-se, entre outros, os japoneses.



Assim, a Estrada de Ferro Sorocabana, continuava seu caminho de expansão pela região e, nas suas proximidades, foram formando povoados, que deram origem à maioria das cidades da região. Esse é o caso de Álvares Machado, área objeto desta pesquisa.

Dessa maneira, em 1919 os trilhos da Estrada de Ferro Sorocabana chegaram ao local onde atualmente se localiza a cidade de Álvares Machado.

No entanto, vale lembrar que essa região foi desbravada por mineiros na segunda metade do século XIX, tendo-se dedicado, principalmente, à atividade de pastoreio nas pastagens naturais da região.

Dessa forma, em 1916 Manuel Francisco de Oliveira, mineiro de Alfenas, adquiriu terras num lugar denominado Brejão (atual Município de Álvares Machado) - na então Fazenda Pirapó-Santo Anastácio, Município de Presidente Prudente, de propriedade da viúva de Manuel Pereira Goulart - e para lá se fixou. A partir daí vieram outros colonizadores, principalmente imigrantes japoneses, e assim o povoado foi crescendo, pois, conforme observa Monbeig (1984, p. 203), na Alta Sorocabana, "antes e depois, os loteadores de terra formaram vários 'núcleos colonizadores', por exemplo, em [...] Álvares Machado com japoneses".

Com a Estrada de Ferro Sorocabana chegando ao bairro Brejão por volta de 1919, ocorreu um novo e acentuado surto de crescimento populacional. Em 1921, o senhor Manuel Francisco de Oliveira iniciou um loteamento dando-lhe o nome de Patrimônio "São Luiz". Neste mesmo ano, o governo do estado mudou a designação do patrimônio para Álvares Machado, em homenagem ao senhor Francisco Álvares Machado e Vasconcelos, um dos pioneiros do município.

No entanto, na década de 1930, o café começou a entrar em decadência por motivos pedológicos (perda de fertilidade do solo) e por fatores econômicos internacionais, como a superprodução e a crise de 1929. Assim, o café perdeu importância econômica na região e também no Município de Álvares Machado.

A II Guerra Mundial provocou o aparecimento de novos produtos agrícolas na região, como a menta, a mamona, o rami e a amoreira. Dentre esses produtos, o principal foi a menta, sendo que Álvares Machado foi um dos principais produtores ao lado do Município de Presidente Prudente (LEITE, 1972).

Depois da menta, outro produto agrícola a ter destaque no Município de Álvares Machado foi o amendoim, que teve grande produção na região durante as décadas de 1950/60. O amendoim foi beneficiado pela decadência do algodão⁷ na região, pois as agroindústrias produtoras de óleo de caroço de algodão se adaptaram para produzir óleo de amendoim, provocando um surto de crescimento desta lavoura na região.

No entanto, a partir da década de 1970, a produção agrícola começou a diminuir em um ritmo muito acelerado no município, devido a vários fatores, tais como: baixos preços pagos pelos produtos agrícolas; diminuição da fertilidade natural dos solos; ausência de crédito agrícola para os produtores familiares; etc.

⁷ Cultura que teve grande destaque na região durante as décadas de 1930, 1940 e a primeira metade da década de 1950.

Isso provocou uma expansão das pastagens, com o desenvolvimento da pecuária bovina de corte entre os grandes proprietários de terras e a produção de leite entre os agricultores familiares. No setor agrícola, devido a sua retração, restaram poucos produtores, sendo que a maioria da população rural migrou para as cidades.

Enfim, como pode ser constatado no processo de formação sócio-econômica do Município de Álvares Machado, - que foi baseado na colonização de imigrantes japoneses em pequenas propriedades praticando a policultura - a agricultura familiar assume uma grande importância econômica e social no município. Dessa maneira, conforme o Censo Agropecuário de 1995/6, o Município de Álvares Machado apresentava 74,0% dos estabelecimentos agropecuários conduzidos por responsáveis e membros não remunerados da família, sendo que 90,4% destes eram absorvidos por estabelecimentos com área de até 100 hectares.

6. A dinâmica agropecuária do Município de Álvares Machado

Com base em dados coletados junto à FIBGE (Censos Agropecuários de 1970 a 1995/6 e Produção Pecuária Municipal 1996) foi efetuada a análise da dinâmica agropecuária do Município de Álvares Machado no período 1970 - 1995/6.

O município apresentava em 1970 apenas 151 hectares cultivados com lavouras permanentes, representando apenas 0,5% da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários. No entanto, nos anos subsequentes esse tipo de lavoura apresentou um considerável crescimento, o que é um caso particular do município, pois na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente, a área utilizada com culturas permanentes diminuiu. Dessa maneira, a área utilizada com lavouras permanentes no Município de Álvares Machado aumentou em 1995/6 para 573 hectares, representando 2,0% do total da área dos estabelecimentos agropecuários. Esse aumento da área ocupada com lavouras permanentes no Município de Álvares Machado deveu-se, nesse período de 1970 a 1995/6, à expansão da fruticultura, com destaque para as culturas de manga, laranja e uva. Esse desenvolvimento da fruticultura mostra a importância da agricultura familiar nesse município, pois essas lavouras são cultivadas em pequenas áreas e conduzidas, essencialmente, por essa categoria de produtores.

Com relação às terras utilizadas com lavouras temporárias no Município de Álvares Machado, ocorreu o contrário das lavouras permanentes, ou seja, houve, no período analisado, uma grande redução da área ocupada. Dessa forma, a área ocupada com lavouras temporárias no município em 1970 que era de 14.507 hectares,

representando 45,9% do total, diminuiu para 3.111 hectares (10,7%) em 1995/6.

Essa redução das lavouras temporárias deveu-se ao aumento das áreas com pastagens plantadas nesse período. Vários são os fatores que contribuíram para a redução das lavouras temporárias e o aumento das pastagens, destacando-se dentre eles: os baixos preços pagos pelos produtos agrícolas; a alta incidência de pragas nas lavouras, aumentando os gastos com defensivos agrícolas; a diminuição da fertilidade natural dos solos; e a ausência de incentivo creditício aos agricultores familiares. Isso provocou um êxodo dos agricultores, que não conseguiram se manter no meio rural, para as cidades maiores, em busca de empregos que lhes fornecessem melhores rendas e condições de vida.

Dessa maneira, houve um grande aumento das pastagens plantadas no referido período. Assim, em 1970 as terras utilizadas com pastagens plantadas já ocupavam quase a metade da área total do município, com 13.792 hectares (43,5%); em 1975 aumentou para 20.166 hectares (58,4%), já em 1980 diminuiu a área para 19.491 hectares, voltando a aumentar em 1985 para 20.291 hectares (61,2%) e, em 1995/6 para 23.075 hectares, ocupando 79,8% do total das terras utilizadas pelos estabelecimentos agropecuários.

A categoria dos responsáveis e membros não remunerados da família vem sofrendo uma redução em seu número desde 1970, no município de Álvares Machado. Apesar disso, ainda representa a maior parte em relação ao total do pessoal ocupado. Assim, em 1970, essa categoria totalizava 5.084 pessoas (91,9%), mas a partir desse ano, houve uma constante redução do número de pessoas dessa categoria, diminuindo para: 4.612 em 1975; 2.809 em 1980; 2.575 em 1985; e 1.674 em 1995/6.

Com relação aos empregados temporários em Álvares Machado, estes apresentam uma variação considerável, aumentando em um censo e decaindo no censo seguinte para um número quase insignificante. Desse modo, tendo uma soma de 187 pessoas em 1970, a categoria de empregados temporários aumentou consideravelmente para 2.033 pessoas em 1975. Em 1980, há um decréscimo para apenas 94 pessoas, voltando a crescer para 603 pessoas em 1985, diminuindo novamente em 1995/6 para 171 pessoas.

A produção agrícola sempre foi, ao lado da pecuária bovina, uma das principais atividades econômicas da Microrregião de Presidente Prudente e do Município de Álvares Machado. No entanto, a partir da segunda metade do século XX, vem diminuindo cada vez mais sua importância na economia regional, devido aos seguintes fatores: diminuição da fertilidade natural dos solos, forçando os agricultores a aumentarem o custo da produção na compra de fertilizantes; aumento de pragas nas lavouras, provocando mais gastos na compra de defensivos químicos para as plantas; diminuição de um mercado local para a compra de produtos agrícolas, o que faz rebaixar o preço da produção;

distância em relação ao grande mercado consumidor; etc. Esses problemas aliados à falta de uma política agrícola para os pequenos produtores, provocou uma certa estagnação do setor agrícola, tendo diminuído a área das lavouras em decorrência do aumento das pastagens, o que causou um forte êxodo rural, principalmente dos arrendatários e parceiros.

A pecuária bovina, desde a fase de ocupação, sempre foi a principal atividade econômica da região de Presidente Prudente, pois, conforme salienta Leite (1972),

A história da Alta Sorocabana está intimamente ligada à engorda de gado bovino [...]. Contudo o gado aguardaria a retirada da mata, a instalação dos trilhos da estrada de ferro e a decadência do café, para então, expandir-se à vontade em todas as direções (LEITE, 1972, p.103).

No entanto, de acordo com o mesmo autor,

O aumento das áreas de engorda, na década de 1940/50, foi ainda moderado. Eis que, no decênio seguinte, instalaram-se os frigoríficos em Presidente Prudente. Tal fato iria acentuar o interesse pela engorda de bovinos na Alta Sorocabana (LEITE, 1972, p.103).

Foram vários os fatores que contribuíram para o aumento das pastagens e a consolidação da pecuária bovina na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente. Dentre eles, os principais foram: a crise do café na década de 1930; a perda gradual da fertilidade natural dos solos; a crise do algodão na década de 1940; os preços insuficientes dos produtos agrícolas; o aumento do mercado consumidor de carnes, principalmente, Rio de Janeiro e São Paulo; a instalação de frigoríficos na região; e, os menores gastos com mão-de-obra (LEITE, 1972).

No caso da produção de leite em Álvares Machado, que é conduzida predominantemente por produtores familiares, houve, também, um grande aumento, tanto em relação ao número de vacas ordenhadas como em relação à quantidade de leite produzido.

Dessa forma, o município tinha em 1970, 1.301 vacas ordenhadas produzindo 862 mil litros de leite; aumentando em 1975 para 3.614 vacas ordenhadas, produzindo 3.307 mil litros de leite. Em 1980 eram 3.668 vacas ordenhadas, produzindo 3.901 mil litros de leite, ampliando-se para 5.421 vacas ordenhadas em 1985, produzindo 5.263 mil litros de leite, sofrendo uma pequena diminuição em 1996, quando passou a ter 4.500 vacas produzindo 4.284 litros de leite⁸. Esse aumento

da produção de leite no período 1970 - 1985, demonstra que a pecuária leiteira no Município de Álvares Machado vem se constituindo em uma importante atividade alternativa para a reprodução social dos agricultores familiares. Pois, com a decadência das lavouras tradicionais, os agricultores familiares que ainda persistem no meio rural, procuram atividades estratégicas e alternativas, para a reprodução social, como a pecuária leiteira e o cultivo de produtos hortifrutigrangeiros, atividades que vem aumentando de produção nos últimos anos.

A horticultura vem se constituindo em uma atividade importante para os produtores familiares do Município de Álvares Machado, pois estes produtos são cultivados em sua maioria, em propriedades com menos de 100 ha.

Dessa maneira, em 1995/6 a horticultura no Município de Álvares Machado, apresentou uma produção de 3.771 toneladas, correspondendo a 41,9% do total produzido na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente que foi de 9.008 toneladas.

Alguns produtos se destacaram na horticultura do município, como por exemplo o quiabo, que contou com uma produção de 1957 toneladas em 1995/6, tendo uma participação de 96,1% da produção regional de quiabo, e também o repolho, que teve em 1995/6 uma produção de 605 toneladas, correspondendo a 52,0% da produção regional de repolho.

O desenvolvimento da horticultura foi favorecido pela presença da CEASA⁹, através de um entreposto da CEAGESP¹⁰ no Município de Presidente Prudente, distando 4 Km do Município de Álvares Machado, comercializando a produção regional, principalmente para a cidade de São Paulo.

Desse modo, a horticultura vem se constituindo em uma atividade estratégica para a reprodução social dos agricultores familiares do Município de Álvares Machado.

7. A agricultura familiar no Município de Álvares Machado

Realizaremos neste item uma análise mais aprofundada da agricultura familiar no Município de Álvares Machado, por meio de: levantamento dos dados de fonte secundária junto ao INCRA/SADE (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/Banco de Dados da Agricultura Familiar); dados de fonte primária, obtidas através de entrevistas com técnicos da Prefeitura Municipal, da Casa da Agricultura, e responsáveis pelo Conselho de Desenvolvimento Rural, pelas Associações de Produtores Rurais e pela Federação das Associações de Produtores Rurais e, principalmente, pela realização de trabalho de

⁸ Cabe ressaltar que o Município de Álvares Machado conta hoje com um laticínio (Laticínio Irmãos Carlussi) que beneficia a maior parte do leite produzida no município.

⁹ Central de Abastecimento.

¹⁰ Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais do Estado de São Paulo.

campo no Município de Álvares Machado, que constituiu-se na aplicação de questionários junto aos produtores familiares.

Procedemos, dessa forma, primeiro a uma análise geral da agricultura familiar no Município, através dos dados de fonte secundária e, posteriormente, analisaremos os dados coletados no trabalho de campo.

7.1. Realidade econômica e social da agricultura familiar no Município de Álvares Machado

De acordo com a Tabela 1, nota-se que o Município de Álvares Machado é composto por um total de 742 estabelecimentos agropecuários, sendo que 599 estabelecimentos agropecuários, ou seja, 80,7%, são ocupados por produtores familiares, reafirmando a importância da agricultura familiar no município. Porém, quando se analisa a categoria familiar por tipo de renda, observa-se que os de maior renda são a minoria, contando apenas com 88 estabelecimentos, representando 11,9% do total. Já o grupo dos quase sem renda são, em termos numéricos, bastante expressivos, visto que representam 35,8% do total. Estes dados demonstram que a maioria dos agricultores familiares do município sofre sérios problemas com relação à reprodução familiar, visto que a maioria está descapitalizado e com renda baixa ou quase sem renda. Isso reflete na qualidade de vida das famílias, que nessas condições possuem um baixo nível de vida.

TABELA 1: NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS, ÁREA E VALOR DA PRODUÇÃO DAS CATEGORIAS FAMILIAR E PATRONAL, POR QUANTIDADE DE RENDA OBTIDA, NO MUNICÍPIO DE ÁLVARES MACHADO – 1995/96.

| Categorias | Estabelecimentos | | Área total | | Valor bruto da produção | |
|-----------------|------------------|-------|------------|-------|-------------------------|-------|
| | Nº | % | Ha | % | 1000 Reais | % |
| TOTAL | 742 | 100,0 | 28.928 | 100,0 | 6.770 | 100,0 |
| Total familiar | 599 | 80,7 | 15.983 | 55,3 | 4.243 | 62,7 |
| Maiores rendas | 88 | 11,9 | 4.416 | 15,3 | 2.253 | 33,3 |
| Renda média | 135 | 18,2 | 4.003 | 13,8 | 975 | 14,4 |
| Renda baixa | 110 | 14,8 | 2.348 | 8,1 | 387 | 5,7 |
| Quase sem renda | 266 | 35,8 | 5.214 | 18,0 | 628 | 9,3 |
| Patronal | 143 | 19,3 | 12.945 | 44,7 | 2.527 | 37,3 |

Fonte: INCRA/SADE, 2002.

Em termos de área ocupada, a produção familiar tem uma importância um pouco menor, atingindo 55,3% da área total, frente a 44,7 % do setor patronal. Este fato reflete de certa forma a concentração fundiária, que embora no município não seja tão elevada quanto em outros municípios da própria região, tais como Teodoro Sampaio e Mirante do Paranapanema, é preocupante.

No que se refere ao valor da produção, a categoria familiar detém 62,7% do total, o que contabiliza 4.243 mil Reais. Mas analisando-se esta categoria pelo tipo de renda, percebe-se que os

estabelecimentos de maiores rendas, que em termos numéricos são minoria, contribuem com a maior parte do valor da produção, ou seja, representam 33,3% do total. Já o grupo dos quase sem rendas, que são a maioria em número de estabelecimentos, detêm apenas 9,3% do valor da produção. Isso ocorre porque os produtores familiares com maiores rendas possuem melhores condições de adquirir insumos agrícolas e tecnologias para aumentar a produtividade das lavouras cultivadas.

7.2. Caracterização sócio-econômica dos produtores familiares entrevistados no Município de Álvares Machado.

Para a realização do trabalho de campo foi considerada previamente uma amostra de 10% do total de produtores familiares estabelecidos no município para a aplicação dos questionários. Deste modo, considerando que o número total de estabelecimentos agropecuários classificados como familiares no município corresponde, segundo o INCRA/SADE (2002), a um total de 599, foram aplicados 60 questionários representando 10% do total.

Dessa maneira, por meio da coleta e sistematização de dados e informações de fonte primária e secundária, procedeu-se à análise e caracterização sócio-econômica dos produtores familiares do Município de Álvares Machado.

Um dos primeiros aspectos a serem considerados na identificação do produtor diz respeito à faixa etária. Observa-se, na Tabela 2, que 58,4% dos produtores entrevistados possuem idade entre 41 e 60 anos, enquanto que 23,4% possuem mais de 60 anos e apenas 18,4% possuem idade de 20 a 40 anos.

TABELA 2: IDADE DOS PRODUTORES

| Idade | Nº | % |
|-----------------|----|------|
| 20 a 40 anos | 11 | 18,4 |
| 41 a 60 anos | 35 | 58,4 |
| Mais de 60 anos | 14 | 23,4 |

Fonte: Trabalho de Campo (Julho e Agosto/2002).

Este fato demonstra que grande parte dos produtores familiares apresenta-se em faixa etária relativamente alta devido principalmente à não continuidade da maioria dos filhos na mesma atividade do pai, ou seja, como agricultor. Isto ocorre devido, principalmente, à baixa renda gerada pelas atividades agropecuárias, fazendo com que os filhos prefiram tentar arranjar um emprego no meio urbano. Outro motivo que leva os jovens a irem para a cidade refere-se à preocupação os pais para que os filhos tenham maior grau de escolarização, fato este que pode ajudá-los na busca de emprego; outro motivo é a procura de diversão, pois o sítio raramente possui atividades de esporte e lazer. Desse modo, isto faz com que o meio rural seja cada vez mais ocupado com população predominantemente idosa, que em

muitos casos, não dispõem mais de condições físicas para o trabalho rural.

Este fato constitui-se em grave problema para a agricultura no município, pois acaba pondo em risco a sucessão hereditária das unidades produtivas.

Com relação aos impasses da sucessão hereditária na agricultura familiar, Silvestro (2001, p.20-1) salienta que

Sob o ângulo econômico, a ausência de sucessores significa o encontro, por parte dos filhos que deixaram o negócio familiar, de oportunidades mais promissoras de geração de renda, na esmagadora maioria dos casos fora do meio rural.

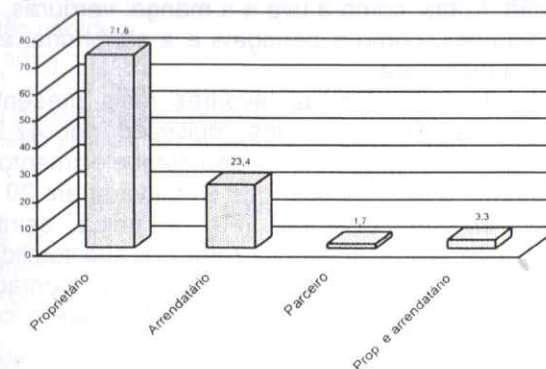
Silvestro (2001, p.27) ressalta também a importância dos processos de sucessão hereditária afirmando que

Enquanto os processos sucessórios não forem objeto de discussões organizadas pelos próprios movimentos sociais no campo, será difícil organizar a política fundiária específica às regiões de predomínio da agricultura familiar.

Com relação ao número de filhos, verificou-se que as famílias não são muito grandes. Assim, constatou-se que a maioria das famílias possui 2 filhos (31,7%) ou 3 (23,4%), sendo que a média verificada é de 3,1 filhos por família. O número de filhos que as famílias possuem é importante, com respeito ao aspecto econômico, pois significará mais mão-de-obra para trabalhar na unidade produtiva, ajudando na realização das tarefas cotidianas, e, sobretudo nos tratos da lavoura e da criação.

Quanto à condição de produtor, constatou-se, conforme o Gráfico 1, que 71,8% dos estabelecimentos familiares são constituídos por proprietários, enquanto que 23,4% são arrendatários e apenas 1,7% são parceiros. O fato de o produtor ser proprietário do estabelecimento agropecuário é muito importante, pois este não precisa pagar a renda da terra em dinheiro ou com parte da produção, como os arrendatários e os parceiros, podendo investir na unidade produtiva e/ou tratos culturais, além de poder ter melhores condições sócio-econômicas. Deve-se considerar também que devido ao reduzido tamanho das unidades produtivas, 3,3% dos constituem-se em proprietários e arrendatários de terras.

Gráfico 01 - Condição do produtor familiar (%)



Fonte: Trabalho de Campo (Julho e Agosto/2002).

Na pesquisa de campo, verificamos que do total de produtores entrevistados, 58,45% utilizam nas unidades produtivas somente a mão-de-obra familiar, enquanto que 41,75% complementam a mão-de-obra da família com o trabalho assalariado. No entanto, este recurso só é utilizado nas emergências, em decorrência de uma plantação ou colheita, sendo que muitas vezes, como foi constatado no trabalho de campo, os empregados temporários são na verdade produtores familiares vizinhos que se sujeitam a este serviço para aumentar a renda familiar.

O serviço externo é uma importante estratégia para a reprodução familiar no Município de Álvares Machado, pois em 31,7% das unidades abordadas há algum membro da família que realiza serviços externos à unidade produtiva para auxiliar no aumento da renda, visto que a renda obtida com a agropecuária é, na maioria dos casos, baixa.

Os empregos externos podem ser no próprio meio rural, como no caso do trabalho assalariado em outras unidades produtivas ou mesmo em outras atividades, como em pedreiras¹¹ localizadas no Bairro Santa Luzia. Pode ser também no meio urbano, como por exemplo, na maioria dos casos constatados na pesquisa, com o emprego de: vendedor; segurança; agente penitenciário e funcionário público. Esses empregos são praticados principalmente pelos filhos.

Com relação à produção agropecuária, verificou-se na pesquisa de campo que 23,4% dos produtores familiares entrevistados praticam somente a pecuária, enquanto que 36,7% desenvolvem somente a atividade agrícola, e já 40,1% desenvolvem tanto a pecuária como a agricultura.

¹¹ Destinadas à extração de material de rocha sedimentar para ser misturado com sementes de grama ou capim para vender.

Verificou-se na pesquisa de campo uma grande diversidade de produtos cultivados pelos agricultores familiares, que inclui: cereais, como o milho e o feijão; frutas, como a uva e a manga; verduras, como o repolho e a alface; legumes, como a beringela e a abobrinha; e raízes, como a batata-doce e a mandioca.

Assim, verificou-se que as lavouras mais presentes nos estabelecimentos visitados foram: o milho, cultivado por 47,8% dos produtores; o feijão, que aparece em 38,4% dos estabelecimentos; e em terceiro lugar, destacou-se a batata-doce, que é cultivada em 20,1% das unidades produtivas. Dessas três culturas, a única estritamente comercial é a batata-doce que é comercializada em sua totalidade, ao contrário do milho, utilizado em grande parte para a alimentação dos animais de criação, e do feijão, utilizado em boa parte para o consumo da família.

Com relação à criação de bovinos, que é a principal atividade pecuária do município e da região, constatou-se que o gado misto exerce predominância no município, visto que comparece em 31,7% das unidades familiares visitadas, alcançando 95% de venda ao mercado, seja em forma de carne ou de leite.

Já a criação de bovino leiteiro foi verificada em 16,7% dos estabelecimentos pesquisados e, neste caso, possui uma grande importância no consumo da família, servindo de alimentação através do próprio leite ou de seus derivados, como queijos, doces, etc. Neste sentido, dos estabelecimentos que produzem leite, foi verificado que em 67,5% destes comercializam a produção, enquanto que em 32,5% destinam a produção ao consumo familiar.

A criação de bovino de corte foi constatada em 10,0% das unidades familiares, alcançando 83,4% de comercialização. No entanto, o número de cabeças de bovinos de corte verificado nos estabelecimentos era pequeno, tendo uma média de 22,1 cabeças entre os produtores que criam.

No que se refere à assistência técnica constatou-se que apenas 20,0% dos produtores utilizam-na em seus estabelecimentos, sendo que 5,0% recorrem à Casa da Agricultura, enquanto que 13,4% utilizam apenas da Cooperativa Sul-Brasil e 1,7% utilizam tanto da Casa da Agricultura como da Cooperativa Sul Brasil.

Neste sentido, observa-se que a utilização de assistência técnica é muito baixa entre os produtores entrevistados, sendo isto um problema sério, já que sem orientação técnica no processo produtivo, podem plantar lavouras em solos impróprios, utilizar quantidades exageradas de defensivos nas lavouras, entre várias outras coisas.

De acordo com a Tabela 3, observa-se que 66,7% dos produtores fazem parte de organizações coletivas, sendo que 48,4% estão filiados às associações e 18,3% à Cooperativa Sul Brasil, localizada na cidade de Álvares Machado.

TABELA 3: PARTICIPAÇÃO DOS PRODUTORES FAMILIARES ENTREVISTADOS EM ORGANIZAÇÕES COLETIVAS.

| | Nº | % |
|--|----|------|
| Não participa | 20 | 33,3 |
| Participa | 40 | 66,7 |
| Participa de cooperativa de produtores | 11 | 18,3 |
| Participa de associações de produtores | 29 | 48,4 |

Fonte: Trabalho de Campo (Julho e Agosto/2002).

Esta grande presença de produtores filiados às associações deve-se ao fato da intervenção do poder público municipal em 1997 conscientizando os produtores da necessidade destes se reunirem para discutir seus problemas e apontaram soluções.

Entendemos desse modo, que esta grande participação dos produtores em associações é extremamente positivo, pois é uma alternativa de desenvolvimento para a agricultura familiar, visto que é através da associação que os produtores, unidos, podem discutir e procurar maneiras de superar as dificuldades e também, reivindicar seus direitos junto ao poder público.

Com relação à avaliação dos produtores abordados sobre a política agrícola do Governo Federal, apenas 11,7% aprovam a atual política agrícola, avaliando que é boa e 11,7% disseram que é regular. No entanto, a grande maioria dos produtores desaprova esta política, visto que 21,7% disseram que a mesma é ruim e 46,8% salientaram que é péssima. Dos produtores entrevistados, 8,3% decidiram não opinar.

Esse descontentamento dos produtores familiares em relação à política agrícola do Governo Federal decorre do fato de que os programas que deveriam atender às demandas dessa categoria, como o PRONAF, não conseguem chegar até ele, em virtude da burocracia.

Interrogados sobre o que o governo poderia realizar para melhorar a situação do pequeno produtor rural no Brasil constatou-se que as principais sugestões foram as seguintes:

- melhorar o preço dos produtos agrícolas e diminuir o dos insumos;
- incentivar melhor o pequeno produtor;
- melhorar o sistema de financiamento, através de juros mais baixos e de longo prazo;
- dar maior incentivo à agricultura;
- promover a reforma agrária; e
- acabar com o intermediário.

Sobre as principais dificuldades enfrentadas pelos produtores familiares, verificou-se que para 48,4% dos agricultores entrevistados o principal problema é o preço alto dos insumos e o baixo valor obtido com a comercialização da produção agropecuária, enquanto que 21,7% encontram dificuldades com relação ao clima (geadas, secas, tempestades, chuvas de granizo, etc.) e 10,0% encontram sérias dificuldades na comercialização. Esses foram os principais problemas apontados pelos produtores entrevistados, no entanto, é óbvio que

existem uma série de problemas que dificultam o desenvolvimento da agricultura familiar no município.

8. Considerações Finais

Diferentemente do que previam Lênin e Kautsky no final do século XIX, que acreditavam que a forma familiar de produção teria como destino o desaparecimento, dividindo-se nas duas classes sociais do sistema capitalista, quais sejam, a burguesia e o proletariado, a produção familiar persiste até os dias de hoje devido à sua organização interna e ao desenvolvimento de estratégias de reprodução sócio-econômicas, conforme demonstrado por Chayanov.

No entanto, a forma familiar de produção, designada de campesinato pelos autores clássicos da questão agrária, passou por mudanças, durante o século XX, com a sua integração ao mercado, pois passou a adquirir insumos e maquinários modernos e comercializando sua produção para as agroindústrias, à qual está subordinado. Assim, os produtores passam a ter um caráter de produção mais profissional do que de subsistência, como ocorria com o campesinato.

É nesse contexto que na década de 1990, vários autores passam a designar essa forma de produção, de agricultura familiar. Assim, a partir desta década, a agricultura familiar se constituiu num dos principais eixos norteadores da questão agrária brasileira, devido ao seu reconhecimento como uma importante forma de produção capaz de gerar desenvolvimento nas áreas rurais.

A produção familiar sempre teve importância na região de Presidente Prudente e, em particular, no Município de Álvares Machado. Desde o início da ocupação da região de Presidente Prudente, o trabalho familiar realizado através do sistema de colonato, do arrendatário, do parceiro, dos pequenos proprietários de terras, etc., sempre foi a forma de trabalho predominante na organização das atividades agropecuárias.

O Município de Álvares Machado assume um caráter mais específico na região, pois foi colonizado, predominantemente, por colonos japoneses, que provieram de outras regiões produtoras de café do Estado de São Paulo, praticando no município, o cultivo da policultura em pequenas propriedades.

No entanto, com a crise agrícola no município e na região, agravada a partir da década de 1950, os produtores familiares começaram a encontrar dificuldades para se reproduzirem, devido à baixa rentabilidade das lavouras. Essa realidade acabou forçando os produtores, principalmente os arrendatários e os parceiros, a migrarem para as cidades em busca de melhores condições de vida. Os produtores familiares que persistem em continuar no campo buscam estratégias para continuarem produzindo e se reproduzindo socialmente.

9 - Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec; Campinas: Unicamp, 1992. 275 p.

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e uso da terra. In: **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.11, n.2, 1997, p. 73-78.

ABREU, Dióres Santos. **Formação histórica de uma cidade pioneira paulista: Presidente Prudente**. Presidente Prudente: FFCL, 1972. 339 p.

CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Vision, 1974.

FIBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – **Censos Agropecuários do Estado de São Paulo de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/6**. Rio de Janeiro: FIBGE (vários anos).

GIACOMINI, Rose Leine Bertaco. **“Modernização Agrícola”. Uma alternativa para os viticultores do extremo sudoeste paulista: o caso do Município de Álvares Machado – SP**. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 1996. 138 p. (Dissertação de Mestrado).

HESPANHOL, Rosângela Ap. de M. **Produção familiar: Perspectiva de análise e inserção na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente – SP**. Rio Claro, 2000. 354 p. Tese (Doutorado em geografia) – Instituto de Geociências Exatas/UNESP, campus de Rio Claro.

INCRA/SADE – **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/Banco de Dados da Agricultura Familiar**. Brasília: INCRA. <http://www.incra.gov.br/sade>. 31/08/2002.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

LAMARCHE, Hughes (coord.). **A agricultura familiar: comparação internacional**. Trad. Angela N. M. Tijiwa. Campinas: Ed. Unicamp, 1993. 336 p. (Coleção Repertórios).

LEITE, José Ferrari. **A Alta Sorocaba e o espaço polarizado de Presidente Prudente**. Presidente Prudente: FFCL, 1972. 249 p.

LÊNIN, Vladimir H. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. Trad. Ary França e Raul de Andrade e Silva. São Paulo: Hucitec/Polis, 1984. 392 p. (1ª ed.: 1952).

SILVEIRA, Fátima Rotundo. **A recriação capitalista do campesinato (Os camponeses na região de Presidente Prudente)**. São Paulo, 1990. 349 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

SILVESTRO, Milton Luiz et al. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis: Epagri; Brasília: NEAD, Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001.

VEIGA, José Eli da. **O desenvolvimento agrícola**: uma visão histórica. São Paulo: EDUSP/Hucitec, 1981. 219 p. (Estudos Rurais 11).

CONTRIBUIÇÃO PARA A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO E RESGATE DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NO BAIXO PARANAPANEMA PAULISTA: o estudo do Sítio Arqueológico Lagoa Seca¹

Emanuel Martins dos Reis²
Neide Barrocá Faccio³

Resumo: O presente artigo busca contribuir com as pesquisas arqueológicas realizadas na Bacia do Rio Paranapanema, margem paulista, por meio do estudo da cerâmica guarani proveniente do Sítio Arqueológico Lagoa Seca, localizado na Mesorregião da Capivara, Município de Iepê, São Paulo. Com a realização desta investigação estamos aprofundando conhecimentos teóricos e metodológicos sobre elementos da cultura material de ocupações guaranis e ampliando os conhecimentos que se têm a respeito do período pré-colonial dos índios que habitaram a área do Vale do rio Paranapanema, lado paulista.

Palavras-chaves: Projeto Paranapanema, indústria cerâmica, Tradição Tupiguarani.

CONTRIBUTION FOR THE CONSTRUCTION OF KNOWLEDGE AND RESCUE OF THE ARCHEOLOGICAL PATRIMONY IN LOW SÃO PAULO PARANAPANEMA: study of the Lagoa Seca Archeological Site.

Abstract: The present article aims to contribute with archeological researches carried out at accomplished at the Rio Paranapanema Basin, at São Paulo side, through the study of guarani ceramic pieces found at from at Lagoa Seca Archeological Site, located in the Mes-Region of Capivara, in the city of Iepê, São Paulo. With the accomplishment of this investigation we are deepening theoretical and methodological knowledge on elements of the Guarani material culture of occupations and enhancing the knowledge regarding the Indian pré-colonial period who inhabited the area of the valley of the river Paranapanema, São Paulo side.

¹ Pesquisa de Iniciação Científica, com o apoio financeiro do Programa Pibic/CNPq/Unesp, período de agosto de 2001 a julho de 2002.

² Aluno do Curso de Graduação em geografia da FCT – Unesp, Campus de Presidente Prudente-SP. End. Rua Roberto Simonsen, 305. Centro Educacional. CEP: 19060-900 Caixa Postal: 467. Presidente Prudente/SP. E-mail: manelau@bol.com.br

³ Docente do Curso de Graduação em Geografia da FCT-UNESP, Campus de Presidente Prudente-SP. End. Rua Roberto Simonsen, 305. Centro Educacional. CEP: 19060-900 Caixa Postal: 467. Presidente Prudente/SP. E-mail: faccio@stetnet.com.br

Keywords: Project Paranapanema, ceramic industry, Tupiguarani tradition.

1- INTRODUÇÃO

A presente pesquisa, mostra os resultados da análise dos elementos técnico-tipológicos e estilísticos do material cerâmico, originário do Sítio Arqueológico Lagoa Seca, localizado na Mesorregião da Capivara, com o intuito de compreender a cultura material do grupo ceramista guarani que o confeccionou.

Assim, concordamos com Scatamacchia (1990) que a escavação e o resgate da cultura material, assim como sua classificação, é uma etapa, um meio para evidenciar um tipo de documentação que representa testemunho do modo de vida de um determinado grupo. A importância do artefato, ou de qualquer outro vestígio material de ocupação humana, está na possibilidade de a partir de sua análise, reconstruir o sistema sócio-cultural que o construiu.

Para La Salvia & Brochado (1989):

A confecção de um artefato é o início de um processo de produção que concluído continua em uma fase de utilização e, ao quebrar-se, encerra uma seqüência de funções não específicas, mas presentes dentro de um contexto cultural que ao arqueólogo cabe explicar através da análise de seus fragmentos. É todo um ciclo, visível de se tentar refazer o sistema invisível se observar apenas seus feitos e representações (p. 180).

No Sítio Arqueológico Lagoa Seca, foram coletados 1943 fragmentos cerâmicos, pertencentes à tradição Tupiguarani. Destas 1943 peças, 24 foram agrupadas em 9 conjuntos. Devido ao estado de conservação e dispersão dos fragmentos cerâmicos pela área do sítio não foi possível montar peças inteiras a partir dos fragmentos.

O material cerâmico foi limpo, inventariado, registrado e quando possível reconstruída graficamente a forma do vaso a partir do fragmento de borda. Para as vasilhas reconstruídas graficamente, foi levantada a forma, classificado o tipo de lábio, o tipo de borda, e tomada às medidas da altura e do diâmetro da boca. A análise seguiu parâmetros técnicos e metodológicos utilizados em reconhecidas instituições que desenvolvem pesquisas arqueológicas (USP, UFG, UFRS), com as adaptações consideradas necessárias.

O presente artigo está estruturado em tópicos além da introdução, considerações finais e bibliografias. O segundo tópico mostra a importância do Sítio Arqueológico Lagoa Seca dentro da área do Projeto Paranapanema.

O terceiro tópico aborda o desenvolvimento das análises e reconstrução dos vasos cerâmicos. O quarto tópico apresenta a comparação e correlação existente entre o material cerâmico do Sítio Lagoa Seca e o material proveniente de outros sítios da área do Baixo Paranapanema, lado paulista.

2 - O Sítio Arqueológico Lagoa Seca no Contexto do PROJPAR (PROJETO PARANAPANEMA)

A história do Projeto Paranapanema tem mais de três décadas. Foi idealizado em 1968, no âmbito do Museu Paulista da USP, pela arqueóloga Dra. Luciana Pallestrini, sua coordenadora até 1987. Neste período, o objetivo estratégico do programa consistia no desenvolvimento de métodos e técnicas de campo para o estudo de sítios arqueológicos do interior paulista. Esta postura privilegiou o exercício da práxis arqueológica intra-sítio, com forte dose interdisciplinar. Assim, o Projeto Paranapanema proporcionou grande avanço na interiorização da Arqueologia Paulista, praticamente restrita, até aquela época, às investigações dos sambaquis do litoral. Pela primeira vez foram levantados e estudados grandes assentamentos de comunidades indígenas pré-coloniais, especialmente os agricultores que compõem o Sistema Regional de Povoamento Guarani, por meio da evidênciação e cartografiação dos conjuntos de núcleos de solo antropogênico correspondentes às aldeias indígenas antigas, além de urnas funerárias de cerâmica (MORAIS 2000).

Segundo Morais (2000) entre 1987 e 1992, inauguram-se os grandes levantamentos arqueológicos e ambientais por toda a extensão da bacia do Paranapanema paulista, culminando com a implementação de vários projetos especiais de salvamento arqueológico nas áreas impactadas por empreendimentos hidrelétricos. O objetivo estratégico inicial foi ampliado para contemplar as ligações possíveis entre a Arqueologia e as questões ambientais e paisagísticas. A nova postura além de fomentar o enfoque das relações inter-sítios, privilegiou o reconhecimento e a análise das estratégias de exploração, conservação e degradação do meio ambiente pelas comunidades indígenas pré-coloniais, no decorrer dos diversos ciclos de desenvolvimento sócio-econômico, cultural e tecnológico. Por outro lado, para a consecução dos novos objetivos estratégicos, foram importantes as parcerias firmadas com a UNESP (Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente) e com a CESP (empresa estatal empreendedora dos programas energéticos). Além disso, consolidaram-se as relações com os governos locais, especialmente as Prefeituras do Município de Piraju e Iepê.

A partir de 1993, o ProjPar começa definir formalmente a sua missão, enquanto programa multi-interdisciplinar e interinstitucional. Aos objetivos estratégicos anteriores somaram-se outros que ampliaram

o seu aspecto temático e temporal. Consolidaram-se os enfoques interdisciplinares referentes ao tema território, desenvolvimento & meio ambiente. Vêm sendo estudados e caracterizados os diferentes cenários sócio-econômicos e culturais decorrentes dos sistemas regionais de povoamento. As ações do ProjPar, preferencialmente embasadas nas evidências materiais da cultura, abrangem, hoje, momentos que vão da pré-história à atualidade, englobando assuntos que variam entre as estratégias de sobrevivência das populações indígenas e as formas de urbanização. Os subprogramas definidos assumem como principal objeto de enfoque, as coisas relativas ao patrimônio cultural da bacia do Rio Paranapanema, englobando o patrimônio arqueológico, o patrimônio arquitetônico e urbanístico e o patrimônio ambiental e paisagístico.

Assim o ProjPar pretende estudar generalidades e particularidades do meio ambiente físico-biótipo e do meio ambiente sócio-econômico das comunidades locais e regionais, de forma interligada. Resumindo o ProjPar atua por meio de um conjunto de ações que têm por objetivo a definição, análise e síntese dos cenários da ocupação humana da Bacia do Rio Paranapanema nos respectivos contextos ambientais.

Para melhor compreender a inserção do projeto de pesquisa ora proposto na arquitetura do ProjPar, convém também revisar sua missão, instrumentos objetivos estratégicos e linhas de pesquisa. A missão do ProjPar está definida em criar condições favoráveis para o estudo e a proteção do patrimônio arqueológico, do patrimônio arquitetônico e urbanístico e do patrimônio ambiental e paisagístico, enquanto bens de uso comum do povo, colaborando para o desenvolvimento social das comunidades da bacia do Rio Paranapanema, pelo incentivo à participação coletiva (MORAIS, 2000).

O projeto compreende 114 municípios, quase 43.300 Km². Para viabilizar as pesquisas arqueológicas na área do ProjPar a Bacia do Paranapanema foi dividida em três regiões: 1- Bacia Superior (21.263 Km²), 2- Bacia Média (14.423 Km²) e Bacia Inferior (11.789 Km²). A Bacia Inferior foi dividida em três mesorregiões, sendo estas: Capivara, Taquaraçu e Rosana.

O Sítio Arqueológico Lagoa Seca, objeto do presente trabalho está localizado no baixo curso do Rio Paranapanema, na margem direita. O Sítio possui coordenadas geográficas de 22° 46'22" 24 "Sul e 51° 07'32" 56" Oeste, e a coordenada UTM de Leste igual a 7.481.574.340 metros, e a Norte igual a 48.709.952 metros.

O nome foi atribuído Lagoa Seca, por encontrar-se a 500 metros de uma lagoa de caráter temporário (FACCIO, 1998).

A área do sítio possui o solo roxo, originário da decomposição do basalto, esse resultante do derrame de lavas que ocorreram naquela região no período jurássico da era secundária. Este tipo de solo tem como característica sua alta fertilidade. As características climáticas da área são constituídas pela influência direta da massa Polar Atlântica que se origina na Argentina.

No inverno esta massa polar é responsável pelas baixas temperaturas, e no outono e primavera provoca chuvas frontais. A temperatura varia de 10°C a 32°C. Nos meses de novembro a fevereiro a precipitação é superior a 100 milímetros mensais, com média mensal de 120 milímetros nos últimos quatro meses do ano.

O Sítio Arqueológico Lagoa Seca foi levantado em janeiro de 1997 com o auxílio de Olavo Santilli, proprietário da fazenda onde está localizado, o assentamento indígena pré-colonial em estudo. No período da prospecção o sítio estava quase todo submerso⁴ pelas águas da UHE da Capivara.

Nesta ocasião, durante a realização dos trabalhos arqueológicos nas margens do lago da Usina Hidrelétrica da Capivara foi verificada a existência de peças arqueológicas dispersas numa faixa de 500 metros, onde a água do lago espalhava, misturadas a deposições sedimentares quaternárias que compreendem areias inconsolidadas de granulação variável, argila e seixos mascarados por depósitos coluviais. Nesta faixa de 500 metros, ao longo da margem, sob a água espalhada, foram evidenciadas peças nos primeiros e nos últimos 100 metros. Desta forma, entre os 100 metros, observou-se uma área de margem de 300 metros onde não foi encontrado material arqueológico. Todas as peças encontravam-se visivelmente fora da posição original, sendo que algumas estavam submersas e outras em local onde ora estavam submersas, ora estavam emergidas. Nesta ocasião coletou-se desta faixa, 26 fragmentos de cerâmica, 52 líticos lascados e 1 fragmento de lítico polido. A uma distância que variou entre 1,5 a 3 metros da lâmina d'água do lago da Usina Hidrelétrica de Capivara, tinha-se uma ruptura de declive medida em 2,20 metros (FACCIO, 2001).

Em novembro de 1998 uma seca anormal assolou o Estado de São Paulo, reduzindo o nível d'água do lago da Usina Hidrelétrica a índices nunca antes registrados. Este fato reduziu o nível d'água local deixando emergido o Sítio Arqueológico Lagoa Seca.

Peças lascadas, polidas, e cerâmica decorada da tradição Tupiguarani, pertencente a grupo indígena pré-colonial guarani, expostas na superfície, aguçaram a curiosidade de moradores locais. Infelizmente houve saques das peças mais bonitas (FACCIO, 2001).

A área foi fechada para visitação com o apoio dos proprietários da fazenda, Roberto Ekmam Simões e Olavo Santilli, pois havia uma grande preocupação de preservar os vestígios do sítio arqueológico. Iniciado o trabalho de escavação do sítio a área foi reaberta para visitação com o monitoramento da equipe de arqueologia da FCT-UNESP coordenada pela Profa. Dra. Neide Barroca Faccio. Apesar da

⁴ Sítio submerso é aquele que está sujeito a um tipo de perturbação natural induzida pela ação antrópica. Não se sabe exatamente o que acontecerá com os sítios arqueológicos afogados pelo enchimento de reservatório de usinas hidrelétricas. Correntes de fundo, ao mudar o novo leito, dispersarão evidências arqueológicas, depositando-as em outros locais. Ou ainda, o assoreamento poderá soterrá-las sob espessas camadas de lama. A avaliação do impacto é, hoje altamente especulativa (MORAIS, 1995).

distância entre o local do assentamento guarani e a cidade de Iepê, as visitas foram constantes. Este procedimento impediu o saque das peças mais bonitas e estimulou a devolução daquelas que haviam sido retiradas do local.

A realização dos trabalhos de escavação, na área do sítio tiveram início ainda no mês de novembro e paralelamente organizou-se uma campanha na cidade de Iepê para que as peças retiradas do sítio por visitantes fossem doadas para constituírem o acervo de um Museu, que em 30 de julho de 2000 foi inaugurado no Município de Iepê, Estado de São Paulo (FACCIO, 2001). Assim o Sítio Lagoa Seca entre outros localizados no Município de Iepê, provocou no poder municipal e na população, o desejo de criar o Museu do Índio no Município de Iepê, que recebeu as peças arqueológicas que estavam em posse de particulares e que está recebendo aos poucos, após registro e análise as peças regatadas durante os trabalhos de escavação na área do Sítio Lagoa Seca.

Durante os trabalhos arqueológicos no Sítio Lagoa Seca foram realizadas intervenções, no sentido de delimitar o contexto arqueológico, que compreende a verificação da localização das ocorrências arqueológicas de superfície e coleta sistemática de vestígios, além da escavação de cortes de verificação, quadriculamento e subquadriculamento da área do sítio, limpeza superficial das áreas de decapagens e de perfis e documentação visual. Dessa maneira a seqüência operacional adequada à realidade do assentamento, aliado a um enfoque interdisciplinar, possibilitou uma compreensão dos contextos arqueológicos presentes no sítio.

Na delimitação da área do Sítio Arqueológico Lagoa Seca foram empregadas duas técnicas: verificação das ocorrências arqueológicas de superfície, e escavação de cortes de verificação. Foi realizada a varredura de superfície a partir de caminhamentos nos sentidos Norte-Sul, com espaçamento de 2 metros. A varredura de superfície mostrou que os vestígios arqueológicos estavam espalhados por uma superfície de 190 por 250 metros. Analisando a disposição das peças pela área do sítio pode-se perceber que a maior concentração de material arqueológico ocorreu próximo à ruptura de declive, sendo que o número de materiais arqueológicos diminui paulatinamente até chegar às margens do lago.

Em condições submersas foram recuperadas duas concentrações de materiais arqueológicos: uma com 73 fragmentos de cerâmica, 2 líticos lascados e 1 lítico polido (cerca de 10 metros da margem) e outra com 39 fragmentos de cerâmica e 2 líticos lascados (cerca de 40 metros da margem). Na delimitação do sítio e coleta do material arqueológico, primeiramente foram marcados os pontos de concentração de material arqueológico com piquetes de 40 centímetros de altura, pintados de branco, para que posteriormente pudessem ser encontrados com facilidade e para que permitissem a compreensão da distribuição do material arqueológico na área.

Ao término desta etapa do trabalho arqueológico de localização das concentrações de materiais arqueológicos foi determinado um ponto zero para o sítio na quadra 15/17, respeitando-se a localização das ocorrências arqueológicas de superfície.

A partir deste ponto, foram demarcados alinhamentos nos sentidos Norte-Sul e Leste-Oeste. Nos alinhamentos, foram marcados pontos com piquetes de 10 em 10 metros. Desta forma, o sítio possui quadras de 10 metros quadrados e, quando foi necessário, dividiu-se estas quadras em quadriculas de 1 metro quadrado. A finalidade deste trabalho foi a de localizar e situar os vestígios no contexto do sítio arqueológico.

Analisando a distribuição do material arqueológico em superfície nota-se que este se apresenta de maneira diferente daquela observada antes do recuo das águas do lago da UHE da Capivara. Tem-se uma área muito maior exposta. Seguindo no sentido Norte-Sul avista-se uma área do sítio de 190 metros. Seguindo, no sentido Leste-Oeste encontrou-se material arqueológico por uma área de 250 metros contínua e no início do ano de 1998 o material estava distribuído por uma área descontínua de 500 metros ao longo da margem do lago (FACCIO, 2001).

Segundo Morais (1995) seria imprevisível o que aconteceria com os sítios arqueológicos afogados pelo enchimento de reservatório de usinas hidrelétricas, mas pelo observado nos anos de 1997 e 1998 as peças do sítio foram arrancadas de suas posições originais e dispersas pela área do assentamento, fora de suas posições originais. Tendo este quadro passou-se para implementação dos cortes de verificação no intuito de regatar alguma estrutura de atividade enterrada. Após todo o trabalho de quadriculamento da área, foi realizada coleta de superfície. Foram coletadas 1942 peças arqueológicas do Sítio Lagoa Seca. Destas 104 são líticos lascados, 35 são líticos polidos e 1943 são fragmentos de cerâmicos.

A coleta de superfície foi realizada em todos os locais em que o material arqueológico estava visivelmente fora da posição original. Após o trabalho de coleta de superfície da área foram escavados 15 cortes de verificação no alinhamento Norte-Sul, com espaçamento de 10 metros entre um e outro e 28 cortes de verificação no alinhamento Leste-Oeste. O material arqueológico foi encontrado exclusivamente em superfície e, por isso, a varredura de superfície, nesse caso, foi o elemento definidor dos limites da área da ocupação. A falta de vestígios em profundidade mostra que correntes de fundo erodiram as camadas estratigráficas do sítio que continham os vestígios arqueológicos.

3 - Análise Tecno-Tipológica do Material Cerâmico do Sítio Arqueológico Lagoa Seca

A cerâmica é um dos testemunhos arqueológicos mais resistentes, tornando-se assim uma fonte de informação extremamente valiosa (MARANCA, 1985).

Entre os indígenas do Brasil, a fabricação da louça de barro está ligada à área doméstica, constituindo-se em domínio quase exclusivamente feminino (LIMA, 1987).

Na arqueologia brasileira, a maior parte do material cerâmico é coletada em forma de fragmentos, diante disso a formação de conjuntos de partes de um mesmo vaso é indispensável na análise do sítio arqueológico. As peças inteiras ou que permitam restauração contribuam para a compreensão da indústria ceramista, pois um vaso inteiro ou restaurado proporciona uma gama muito grande de informações sobre a cultura material do grupo indígena estudado.

Como no Sítio Arqueológico Lagoa Seca foi encontrada apenas uma vasilha cerâmica inteira, o primeiro passo da análise foi a formação de conjuntos de fragmentos de um mesmo vaso. Do total dos fragmentos cerâmicos do Sítio Arqueológico Lagoa Seca, 24 pertencem a 9 conjuntos de fragmentos de um mesmo vaso (Tabela 1).

TABELA 1: CONJUNTOS DE FRAGMENTOS COLETADOS NO SÍTIO ARQUEOLÓGICO LAGOA SECA

| CONJUNTOS | QUANTIDADE DE FRAGMENTOS | QUADRÍCULAS | NIVEIS |
|-----------|--------------------------|-------------|--------|
| 01 | 03 | 18/16 | 0 |
| 02 | 02 | 18/22 | 0 |
| 03 | 03 | 14/14 | 0 |
| 04 | 02 | 14/14/13 | 0 |
| 05 | 02 | 15/22/15/20 | 0 |
| 06 | 03 | 10/16 | 0 |
| 07 | 03 | 19/14 | 0 |
| 08 | 04 | 32/ 12 | 0 |
| 09 | 02 | 7/10 | 0 |
| Total | 24 | | |

Fonte: análise em laboratório, 2002.

A tabela 1 mostra a distribuição dos conjuntos dentro das quadrículas e níveis dentro do Sítio Arqueológico Lagoa Seca.

Robrahan (1991) dá prioridade à formação de conjuntos, visto que as análises de fragmentos, denotam um não relacionamento dos atributos que, porventura, poderiam estar ligados numa vasilha. Com a obtenção de conjuntos de uma mesma vasilha, pode-se conhecer a cadeia operatória da produção dessa indústria através do relacionamento e da combinação de padrões e seqüências que se encontram no mesmo.

No conjunto três, observa-se pintura apenas na peça de número 347, as outras apresentaram apenas o engobo branco. Observando este conjunto, percebe-se que a pintura existente nas peças com engobo, hoje já não pode ser vista. Se as peças deste conjunto fossem analisadas separadamente, certamente, este atributo teria passado despercebido. Os conjuntos foram montados com 2 a 4 peças e a maior parte estavam localizadas em uma mesma quadra ou em quadras próximas. Além disso, o número de peças agrupadas em

conjunto é insignificante em relação ao número de peças que estão sendo trabalhadas. Este fato ocorre devido ao estado de conservação do sítio (submerso/área de depleção). Desta forma a montagem dos conjuntos neste sítio confirmou o mal estado de conservação do Sítio Arqueológico Lagoa Seca.

Para a análise do material cerâmico do Sítio Arqueológico Lagoa Seca serão considerados os atributos: classe, tipo, espessura do antiplástico, espessura da parede, queima, tratamento de superfície, decoração, forma do lábio e forma dos vasilhames.

As peças do Sítio Arqueológico Lagoa Seca foram classificadas nas seguintes categorias: 1765 fragmentos de parede, 1 fragmento de parede com furo de suspensão, 45 fragmentos de parede angular, 92 fragmentos de borda, 6 fragmentos de borda/parede angular, 2 fragmentos de borda com suporte para tampa, 9 fragmentos de suporte para tampa, 2 fragmentos de polidor de sulco, 20 fragmentos de base e 1 fragmento de base parede e borda.

A técnica de manufatura predominante para o corpo das vasilhas foi a de roletes. As bases foram confeccionadas por modelagem.

Para confecção das vasilhas utilizou-se o antiplástico caco moído seguido do mineral. A espessura dos grãos de antiplástico variou entre 0,1 a 1,1 centímetros.

A variação do antiplástico caco moído foi de 0,1 a 1,1 centímetros. O antiplástico mineral apresentou variação de 0,1 a 0,9 centímetro. A espessura das paredes variou de 0,5 a 3,3 centímetros.

Foram identificados 6 tipos diferentes de queima na indústria cerâmica do Sítio Arqueológico Lagoa Seca (tabela 2).

TABELA 2: TIPOS DE QUEIMA

| TIPOS DE QUEIMA | Nº DE FRAGMENTOS | FREQÜÊNCIA |
|-----------------|------------------|------------|
| QUEIMA 1 | 220 | 11,32% |
| QUEIMA 2 | 395 | 20,32% |
| QUEIMA 3 | 710 | 36,54% |
| QUEIMA 4 | 253 | 13,04% |
| QUEIMA 5 | 323 | 16,62% |
| QUEIMA 6 | 42 | 2,16% |
| TOTAL | 1943 | 100% |

Fonte: análise em laboratório, 2002.

Observa-se com base na análise da tabela 2 o predomínio do tipo de queima 3 com 36,54% dos casos. Em segundo lugar com 20,32% dos casos aparece o tipo de queima 2, representando uma variação de 16,22% entre a queima 3 e 2. A queima 5 aparece com 16,62% dos casos, apresentando uma variação de 5,3% em relação a queima que se apresenta com 11,32% dos casos. A queima 4 com 13,04% em relação à queima 6 com 2,16% apresentou uma variação de 10,88%. Do exposto nota-se que não havia na indústria do Sítio

Arqueológico Lagoa Seca controle da queima. Certamente a queima das vasilhas do sítio em estudo foi realizada em fogueiras a céu aberto.

Quanto ao tratamento de superfície todas as peças apresentaram alisamento interno e externo em suas superfícies. Apesar de alguns fragmentos apresentarem estado de conservação ruim, foi possível identificar o tratamento de superfície.

A tabela 3 apresenta as classes de ocorrência de bordas presentes entre as peças recuperadas no Sítio Arqueológico Lagoa Seca.

TABELA 3: OCORRÊNCIA DE CLASSES DE BORDAS

| CLASSES DE BORDAS | N ^o | % |
|--------------------------------|----------------|--------|
| Borda com suporte para tampa | 02 | 3,84 |
| Cambada | 01 | 1,92 |
| Carenada | 02 | 3,86 |
| Contraída | 04 | 7,69 |
| Direta inclinada interna | 09 | 17,30 |
| Direta inclinada externa | 04 | 7,69 |
| Direta vertical | 02 | 3,86 |
| Extrovertida inclinada externa | 26 | 50,00 |
| Extrovertida inclinada interna | 02 | 3,84 |
| Total | 52 | 100,00 |

Fonte: análise em laboratório, 2002.

Analisando a tabela 3 nota-se a predominância da classe de borda extrovertida inclinada externa (50%), seguida da direta inclinada interna (17,30%), contraída (7,69%), direta inclinada externa (7,69%), direta vertical (3,86%), carenada (3,86%), extrovertida inclinada externa (3,84%), com suporte para tampa (3,84%) e cambada (1,92%).

A tabela 4 apresenta tipos de lábios identificados nas vasilhas do Sítio Arqueológico Lagoa Seca.

TABELA 4: TIPOS DE LÁBIO

| Tipos de lábios | N ^o | % |
|-----------------|----------------|-------|
| Arredondado | 69 | 75,00 |
| Apontado | 16 | 17,40 |
| Plano | 07 | 7,60 |
| Total | 92 | 100 |

Fonte: análise em laboratório, 2002.

Analisando a tabela 4 nota-se a predominância da forma do lábio arredondado (75%), seguido do lábio apontado (17,40) e plano (7,60%).

A tabela 5 apresenta os tipos de base encontrados nas vasilhas Sítio Arqueológico Lagoa Seca.

TABELA 5: TIPOS DE BASE

| BASE | N ^o | % |
|---------|----------------|-----|
| CONVEXA | 18 | 90 |
| PLANA | 02 | 10 |
| Total | 20 | 100 |

Fonte: análise em laboratório, 2002.

Quanto às ocorrências de tipos de bases, nota-se de acordo com a tabela 5 o predomínio do tipo convexa (90%), seguida do tipo plana (10%).

Verificou-se na indústria ceramista do Sítio Arqueológico Lagoa Seca os tipos: liso, corrugado, corrugado/liso, unglado, pintado, escovado e entalhado (tabela 6).

TABELA 6: TIPOS DE DECORAÇÃO DA INDÚSTRIA CERÂMICA

| DECORAÇÃO | N ^o | % |
|-------------------------|----------------|-------|
| LISA | 1656 | 85,22 |
| ENGOBO BRANCO | 209 | 10,75 |
| ENGOBO BRANCO/LISO | 02 | 0,10 |
| ENGOBO VERMELHO | 07 | 0,36 |
| ENGOBO VERMELHO/ BRANCO | 02 | 0,10 |
| PINTADA | 35 | 1,80 |
| CORRUGADO | 10 | 0,51 |
| CORRUGADO/LISO | 1 | 0,05 |
| UNGLADO | 12 | 0,66 |
| ESCOVADO | 04 | 0,20 |
| ENTALHADO | 01 | 0,05 |
| NÃO IDENTIFICADO | 04 | 0,20 |
| TOTAL | 1943 | 100 |

Fonte: análise em laboratório, 2002.

Segundo Prous (1992) a decoração é dita plástica porque modifica o relevo da peça, ela é feita logo antes da queima. A indústria cerâmica do Sítio Arqueológico Lagoa Seca como pode ser observado na tabela 6 apresentou 5 tipos de decoração plástica: o corrugado, o corrugado associado ao liso, o unglado, escovado e o entalhado.

Segundo Chmys (1976) a pintura é um tipo de decoração executada antes ou depois da queima da cerâmica com pigmentos minerais ou vegetais, diretamente sobre a superfície ou sobre engobo ou banho previamente aplicado, formando padrões. Pode ser executada tanto na superfície externa como na interna, cobrindo toda ou partes da mesma.

A pintura é característica presente nos sítios da área do ProjPar, no Sítio Arqueológico Lagoa Seca a pintura esteve presente tanto na face externa como na face interna dos fragmentos analisados.

Os padrões decorativos são constituídos por desenhos complexos com elementos geométricos e composições distribuídas em zonas bem delineadas ou em toda a superfície, mas sempre de caráter abstrato. A pintura pode ser aplicada tanto na superfície externa como interna ocorrendo também a combinação de distintas técnicas na mesma vasilha, assim como a alternância de áreas decoradas com outras sem decoração (SCATAMACCHIA, 1990, p. 123).

4- O Sítio Arqueológico Lagoa Seca e a Indústria Ceramista do Baixo Paranapanema Paulista

Os sítios cerâmicos pesquisados até o momento na área do ProjPar foram: Alvim, Ragil, Ragil II, Neves, Capisa, Terra do Sol Nascente, Taquaruçu, Marambaia, Graças, Lima, Silva, Lagoa Seca, Água do Matusalém, Água do Palmitalzinho, Água das Favas, Porto Quebra-Canoa, Campinho, Lopes, Aguinha e Pernilongo.

Para comparar os dados obtidos para o Sítio Lagoa Seca com os dados apresentados por outros sítios da área do ProjPar serão consideradas as seguintes categorias de atributos da ficha de análise cerâmica elaborados por: classe, tipo de antiplástico, espessura da parede, tratamento de superfície, tipo de lábio, tipo de queima e forma do vaso.

Quanto à classe de fragmentos, apareceram os seguintes itens na área do Baixo Paranapanema: fragmentos de parede, fragmentos de borda, fragmentos de base, fragmentos de parede angular (ombro), bolotas de argila, fragmentos de parede com furo de suspensão, fragmentos de apêndices, polidores de sulço e fragmentos de borda com furo de suspensão. As espessuras variaram de 0,1 a 4,9 centímetros.

A variação identificada na medida do antiplástico desses sítios levou a definição de três categorias granulométricas, caracterizando três tipos de pasta (fina, média e grossa). Na pasta fina os grãos de antiplástico contidos nos fragmentos variam entre 0,1 a 0,2 centímetro de espessura. Na pasta média os grãos de antiplástico variam entre 0,21 a 0,4 centímetros, na pasta grossa os grãos de antiplástico variam entre 0,41 a 0,7 centímetro.

No Sítio Arqueológico Lagoa Seca, assim como na maioria dos sítios do Baixo Paranapanema, o antiplástico predominante foi o mineral associado ao caco moído. O Sítio Lagoa Seca juntamente com os Sítios Alvim, Taquaruçu, Capisa e Pernilongo apresentaram as três categorias granulométricas, ou seja, pasta fina, média e grossa. Verifica-

se desse modo, que no Baixo Paranapanema apareceram cerâmicas com pasta fina (até 0,2 centímetro), média (até 0,4 centímetro) e grossa (maior que 0,4 centímetro).

No tratamento de superfície da cerâmica do Baixo Paranapanema, observou-se o alisamento interno e externo, porém nos Sítios Alvim, Taquaruçu, Ragil II e Capisa verificou-se a presença de tratamentos adicionais. No Sítio Alvim, apareceram cerâmicas com polimento; no Sítio Taquaruçu cerâmicas com enegrecimento. No Sítio Ragil II foram identificadas peças com polimento. No Sítio Capisa identificou-se peças com entalhe sobre o lábio. No Sítio Água do Palmitalzinho e Pernilongo foram identificadas peças que apresentaram brunidura. Verifica-se, na área, do Baixo Paranapanema, que as cerâmicas podem apresentar os seguintes tratamentos de superfície: alisamento, polimento ou brunidura.

Quanto à decoração interna e externa das vasilhas, identificou-se os seguintes tipos cerâmicos no Baixo Paranapanema: liso, serrungulado, entalhado, ungulado, inciso, inciso-ponteadado, corrugado, nodulado, escovado, pinçado, espatulado, com engobo, pintado e com decoração associada. Foi possível perceber com a análise dos materiais cerâmicos dos sítios do Baixo Paranapanema que os tipos corrugado e ungulado só estiveram presentes em seis sítios no Baixo Paranapanema (Alvim, Taquaruçu, Ragil II, Porto Quebra-Canoa, Terra do Sol Nascente e Aguinha). O tipo cerâmico com engobo branco e engobo vermelho aparece nos Sítios Alvim, Taquaruçu, Ragil, Ragil II, Lima, Silva, Neves, Capisa, Marambaia, Graças, Terra do Sol Nascente, Lagoa Seca, Água do Palmitalzinho, Água do Matusalém e Pernilongo. No Sítio Arqueológico Lagoa Seca, assim como na grande maioria dos sítios do Baixo Paranapanema, evidenciou-se os tipos: engobo branco e engobo vermelho. Constata-se pela análise desta categoria que na indústria cerâmica do Baixo Paranapanema aparecem os tipos cerâmicos com engobo branco e com engobo vermelho.

Todos os sítios cerâmicos apresentaram o tipo simples, com a presença de decoração plástica, e em especial o tipo corrugado e ungulado, além destes o Sítio Lagoa Seca apresentou os tipos escovado e entalhado.

A decoração associada consiste em combinar tipos diferentes de decoração num mesmo vaso. Somente em oito sítios verificou-se a decoração associada (Sítios Aguinha, Alvim, Capisa, Lopes, Pernilongo, Ragil, Ragil II e Taquaruçu). Identificou-se as seguintes decorações associadas: escovado associado ao corrugado, inciso associado ao ponteadado, liso associado ao escovado, engobo associado a pintura, engobo vermelho associado ao engobo branco, inciso sob engobo branco, engobo branco associado ao corrugado, corrugado associado ao escovado, liso associado ao corrugado, pintura associada ao inciso, corrugado associado ao ungulado, entalhado associado ao simples, pintado associado ao simples, pinçado associado ao simples, pintado associado ao engobo branco, inciso associado ao

corrugado, inciso associado ao ungulado, inciso associado ao simples, engobo vermelho associado ao engobo preto, engobo delimitado pelo ângulo do ombro e diferentes combinações: engobo branco associado ao vermelho, liso associado engobo branco, liso associado engobo vermelho.

A tabela 7 mostra os tipos de queima encontrados nos sítios, a queima 3 predomina na maioria dos sítios. Pode-se concluir que no Baixo Paranapanema a indústria cerâmica apresenta os seis tipos de queima.

TABELA 7: TIPOS DE QUEIMA: SÍTIOS DO BAIXO PARANAPANEMA

| SÍTIOS | PREDOMINIO DE QUEIMA |
|-----------------------|-----------------------|
| Água das Favas | 4 |
| Água do Matusalém | 2 |
| Água do Palmitalzinho | Dados não disponíveis |
| Agüinha | Dados não disponíveis |
| Alvim | 3,5,6 |
| Campinho | 4 |
| Capisa | Dados não disponíveis |
| Graças | 4 |
| Lagoa Seca | 3 |
| Lima | 3 |
| Lopes | 3,5 |
| Marambaia | 5 |
| Neves | 3,5 |
| Pernilongo | 2 |

Fonte: Reis, 2002.

As formas dos lábios evidenciadas nos vasilhames dos Sítios Alvim, Taquaruçu, Capisa e Pernilongo foram: arredondado, biselado, apontado e plano. No Sítio Ragil, Lopes e Agüinha apresentaram-se os tipos de lábios: apontado, arredondado e plano. No Sítio Neves compareceram os tipos: apontado e arredondado. No Sítio Lagoa Seca apareceram os tipos de lábios: arredondado e biselado. Nos Sítios Lima, Silva, Terra do Sol Nascente, Graças, Água do Palmitalzinho apareceu o tipo de lábio arredondado. Nos sítios Campinho, Porto Quebra-Canoa, Água do Matusalém e Água das Favas as bordas não permitiram a análise da forma dos lábios. Desta forma, no Baixo Paranapanema foram identificadas as seguintes formas de lábios: arredondado, plano, apontado e biselado.

No Sítio Lagoa Seca, assim como em todos os outros sítios do Baixo Paranapanema Paulista verificou-se a presença de quatro formas de vaso. No entanto diferente da maioria dos outros sítios, a tigela rasa predominou no Sítio Lagoa Seca.

Estes dados nos permitiram uma segura relação entre o material cerâmico do Sítio Lagoa Seca e dos demais Sítios do Baixo Paranapanema.

Ao relacionar os dados dos sítios, é possível compreender o padrão da indústria ceramista do Baixo Paranapanema Paulista, além de

nos alertar sobre o atual estado de conservação dos sítios arqueológicos encontrados nesta área. O constante desenvolvimento das atividades agropastoris e o aumento das Usinas Hidroelétricas no Estado de São Paulo contribuem para o empobrecimento e destruição dos sítios arqueológicos na área do ProjPar.

A quantidade pequena de peças cerâmicas inteiras e de peças decoradas com possibilidade de identificação do motivo constituem características comuns a todos sítios arqueológicos correlacionados neste trabalho. Assim acreditamos que os dados aqui apresentados refletem o padrão de ocupação do Baixo Paranapanema Paulista, bem como o atual estado de conservação do nosso patrimônio arqueológico no Estado de São Paulo.

5- CONSIDERAÇÕES FINAIS

O período pré-colonial da área do Vale do Rio Paranapanema, lado paulista, começou a ser estudado no ano de 1968, quando constatou-se a presença de três tipos de ocupações humanas: os caçadores-coletores (cerca de 7000 anos), os ceramistas (cerca de 1000 anos) e os históricos (final do século XVI e início do século XVII).

Na área da Mesorregião da Capivara, onde está inserido o Sítio Arqueológico Lagoa Seca, até o ano de 1994, apenas um sítio havia sido prospectado. De 1990 até 2002 a equipe coordenada por Faccio prospectou 18 sítios arqueológicos e destes escavou oito. Os materiais cerâmicos destes sítios começaram a ser estudados a partir de um mesmo enfoque metodológico, no intuito de garantir comparações provenientes dos diferentes sítios. As pesquisas na área da Mesorregião da Capivara comprovam a preferência dos grupos ceramistas que ali chegaram por determinada paisagem para estabelecerem ocupações. Implantaram seus assentamentos em terraços ou meias encostas próximas as cascalheiras ou nascentes de água.

A análise do material cerâmico do Sítio Arqueológico Lagoa Seca está inserida na perspectiva de estudo de ocupações de grupos guarani, que praticaram agricultura incipiente no âmbito do ProjPar no período pré-colonial. Destas ocupações, a cerâmica é o vestígio mais significativo tanto quantitativa, quanto qualitativamente para a compreensão da cultura guarani. Através da análise cerâmica podemos nos deparar com o habitat humano pré-histórico e conhecer melhor a sociedade que confeccionou os artefatos cerâmicos.

A cerâmica do Sítio Lagoa Seca foi recuperada, em sua maioria, fragmentada devido à ação das intempéries e da ação antrópica. Houve uma grande predominância de fragmentos se comparamos com o número de peças inteiras, fato marcante em toda Mesorregião da Capivara. As medidas do antiplástico variaram de 0,1 a 1,1 centímetros com um marcante predomínio do tipo mineral associado ao caco moído. Prevaleceu a pasta fina. A espessura da parede variou

de 0,5 a 3,3 centímetros. Constatou-se que a queima 3 (caracterizada por uma seção transversal com presença de núcleo central escuro e uma camada interna e uma externa claras) foi predominante. Na maioria dos fragmentos houve alisamento externo e interno com predomínio de tratamento de superfície liso, contudo o sítio apresentou uma grande variedade de fragmentos em mau estado de conservação. Na decoração das vasilhas houve o predomínio do tipo liso, seguido do engobo branco. O tipo de lábio predominante foi o arredondado. Quanto ao tipo de base, a convexa predominou. Os recipientes são, em maior porcentagem, nas formas tigela rasa e tigela funda. Em menor quantidade aparecem recipientes nas formas vasilhame profundo e prato. O sítio não apresentou vasos inteiros.

Dessa maneira, esperamos que o estudo da cerâmica do Sítio Lagoa Seca venha contribuir para a confirmação da tese que a região do Vale do Paranapanema Paulista foi povoada pelos índios guarani e para compreensão deste sistema de povoamento.

Assim, com este artigo, espero ter contribuído para o conhecimento a respeito dos índios guarani que habitaram a Mesorregião da Capivara no período pré-colonial. Apesar dos inúmeros estudos nesta área ainda é grande a demanda por estudos para que se possa montar o mosaico de informações a respeito das ocupações guarani no Oeste Paulista.

6- BIBLIOGRAFIA

ALVES, Cláudia et all. Técnica Cerâmica Pré-Histórica. **Clio: Série Arqueologia**, Recife, n.10, 1994.

CHMYZ, Igor (Editor). Terminologia Arqueológica Brasileira para Cerâmica. In: **Manuais de Arqueologia**, 1(1), Curitiba, 1966.

FACCIO Neide Barrocá. **Estudo do Sítio Arqueológico Alvim no Contexto do Projeto Paranapanema**. Dissertação de Mestrado Apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, São Paulo, 1992.

FACCIO Neide Barrocá. **O Contexto Arqueológico da Mesorregião da Capivara**. Memorial de Qualificação (Tese de Doutorado) Apresentado a FLLCH da USP, São Paulo, 1996.

FACCIO, Neide Barrocá & CONCEIÇÃO, Everaldo Pinto. Impacto de Barragem nos Trabalhos de Prospecção e Salvamento Arqueológico. In: Anais do I Congresso Brasileiro de Análise Ambiental, 1., Rio Claro, 1994. **Anais ...** Rio Claro, UNESP, 1994.

LA SALVIA & BROCHADO, J. P., F. Cerâmica guarani. Posenato Art & Cultura. Porto Alegre, 1989.

LIMA, T. A. Cerâmica Indígena Brasileira. **Suma Etnológica Brasileira**, n.2, Tecnologia Indígena. 2.ed. Petrópolis: Vozes, Finep, 1987.

MARANCA, Sílvia. Dados Preliminares para uma Classificação do Material Cerâmico Pré-Histórico. **Revista do Museu Paulista** (Nova Série) São Paulo, v.30, p.235-250, 1985.

MAROIS, R. & SCATAMACCHIA, MC. SERRAOU, E.D. **Ensaio sobre a Composição das Decorações**. México: Instituto Panamericano de Geografia e História, 1984.

MONTÓYA, AR. R. **La conquista espiritual del Paraguai**. 3.ed. Rosário: Equipo Difusor de Estudios de História Iberoamericana, 1989.

MORAIS José Luiz. Aerofotoarqueologia: Um Estudo de Caso no Paranapanema. **Revista do Museu Paulista**, (Nova Série), São Paulo, v.30, p.99-114, 1985.

_____. A Propósito da Interdisciplinaridade em Arqueologia. **Revista do Museu Paulista** (Nova Série), São Paulo, v. 31, p.56-77, 1986.

_____. A Propósito do Estudo das Indústrias Líticas. **Revista do Museu Paulista** (Nova Série), São Paulo, v.32, p.155-184, 1987.

_____. A Utilização dos Afloramentos Litológicos pelo Homem Pré-Histórico Brasileiro: Análise do Tratamento da Matéria-Prima. Coleção Museu Paulista **Arqueologia**, São Paulo, v.7, p.212, 1983.

_____. **Projeto Paranapanema**: Organização Regional. (s.l.: s.d), São Paulo, 1991. Folheto.

PROUS, André. **Arqueologia Brasileira**. Brasília: Fundação da Universidade de Brasília/UNB, 1992.

ROBRAHN, E. M. **A ocupação pré-colonial do Vale do Ribeira de Iguazu, SP: os Grupos Ceramistas do Médio Curso**. (Dissertação de mestrado): FFLCH/USP, São Paulo, 1989.

REIS, E. M. **Estudo da cerâmica Guarani do Sítio Arqueológico Lopes: Paranapanema Paulista**. Iniciação científica financiada pelo CNPq. Unesp, Presidente Prudente, 2001.

RUIZ, P. R. **Estudo da cerâmica guarani do Sítio Arqueológico Aguiha**. Iniciação científica financiada pela Fapesp. Unesp, Presidente Prudente, 2002.

SANTOS, R. N. **O estudo da cerâmica guarani do Sítio Arqueológico Pernilongo**. Iniciação científica financiada pela Fapesp. Unesp, Presidente Prudente, 2001.

SCATAMACCHIA, M. C. M. **Tentativa de caracterização da tradição Tupiguarani**. Dissertação de Mestrado apresentada a FFCLH da USP, 1991.

____ **A Tradição policrômica no leste da América do Sul evidenciada pela ocupação Guarani e Tupinambá:** Fontes arqueológicas e etno-históricas. Tese de doutorado apresentada à FFCLH da USP, 1990.

____ Etno-história e interpretação arqueológica: a documentação textual para o estudo dos grupos Tupi e Guarani. **Revista de Arqueologia Americana**, n. 11:79-102.

____ A. L. O aproveitamento de coleções museológicas: proposta para a classificação das vasilhas cerâmicas da Tradição Tupiguarani. In: I Simp. Pré-história do Nordeste - *CLIO*, 4, Recife, 1991. **Anais ...** Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 1991.

WILLEY, G. Cerâmica. **Suma Etnológica Brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1987.

TRABALHADORES BRASILEIROS NO JAPÃO: REFLEXÕES SOBRE A COMUNIDADE EM HAMAMATSU.

Claudemira Azevedo Ito¹

Resumo: Nos últimos anos é notório o grande fluxo de brasileiros, descendentes de japoneses, que, em busca de melhores condições de vida, tem optado por migrar para o Japão. Consta-se que parte destes migrantes organiza sua vida fixando residência no Japão, protelando o retorno ao Brasil. Dentre as 47 províncias japonesas, que totalizam os cerca de 260 mil brasileiros, a Província de Shizuoka ganha destaque, concentrando cerca de 35 mil brasileiros. Destes, mais de 12 mil residem na Cidade de Hamamatsu, formando a maior colônia de brasileiros no Japão. Foram analisados dados estatísticos e relatos de trabalhadores brasileiros residentes no Japão. A partir destes depoimentos determinaram-se as trajetórias, anseios e problemas enfrentados pela comunidade brasileira em Hamamatsu. O financiamento deste trabalho ocorreu através da JICA, Japan International Cooperation Agency, que proporcionou o intercâmbio com a Tokoha Gakuen University, em Shizuoka.

Palavras chave: migração, dekasegui, migração internacional.

Abstract: In recent years it has been notorious the large flow of brazilians of japanese descent who, searching for a better life condition, have chosen to migrate to Japan. We have noticed that part of these migrants can organize their lives being residents in Japan, thus they put off their return to Brazil. Among the 47 Japanese Provinces, in Which about 260.000 brazilian now live, the Shizuoka province is remarkable, grouping around 35.000 brazilians. More than 12.000 of these reside in Hamamatsu City, forming the largest community of braziliens in Japan. Statical data and reports of brazilian works, resident in Japan, have been analyzed. From those statements, the courses, aims and problems faced by the Hamamatsu brazilian community have been established. This work's financing occurred trough JICA (Japan Internacional Cooperation Agency), which provided an interchange with Tokoha Gakuen University as well, in Shizuoka.

Key words: migration, international migration

¹ Professora do Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Unesp, Campus de presidente Prudente. claudemiraito@hotmail.com. Rua Roberto Simonsen, 305. CEP 19060-900- Presidente Prudente-SP.

Introdução

Hamamatsu com cerca de 580 mil habitantes é a maior cidade da Província de Shizuoka, ultrapassa inclusive a população da própria Capital, a Cidade de Shizuoka. Além desta população a Cidade atende uma dezena de outras cidades satélites. Segundo dados da Fundação de Comunicação e Intercâmbio de Hamamatsu (HICE) a área metropolitana engloba mais de 1,5 milhão de habitantes. A Província de Shizuoka é pontilhada de pequenas cidades, onde se misturam bairros residenciais, pequenas hortas, plantação de arroz e chá. Aliás, a Província é a maior produtora de chá do Japão.

Na Era Jômon (10.000 ac-300 dc), a região de Hamamatsu já era habitada. Nas proximidades do Lago Sanura, a oeste do centro da Cidade, existem ruínas de moradias e montes de conchas e ostras que datam de cerca de três mil anos atrás. Vestígios do homem primitivo de Mikkabi persistem ao tempo, provando a existência de civilização nos tempos antigos. No período das guerras civis, no século XVI, Hamamatsu tornou-se campo de batalha dos clãs Tokugawa, Imagawa e Takeda. Durante o Período Edo (1603-1868), quando foi proibido o Cristianismo e ocorreu o fechamento do País ao estrangeiro, Hamamatsu prosperou como ponto de parada importante na Via Tôkaido, a qual tem sido, por séculos a via de ligação entre Quioto, também Osaka, a Tóquio, antiga Edo.

A posição estratégica de Hamamatsu na comunicação interna do Japão foi reconhecida pelo Shogun Tokugawa, que designou seus aliados para o Castelo de Hamamatsu. Estes posteriormente foram alçados a ocupar cargos importantes na administração central, por isso o Castelo da Cidade é chamado "Castelo do Sucesso".

Na Reestruturação Meiji os domínios feudais foram substituídos por Províncias. Em 1871, Hamamatsu, tornou-se a capital da Província de mesmo nome. Em 1887 o governo central anunciou oficialmente a reorganização de vilas e aldeias, e conseqüentemente em 1888 foi estabelecida a Vila de Hamamatsu. Em 1911, tornou-se Município, composto de 40 vilas e uma população de 36.782 habitantes. No início do século XX, apesar da oscilação da economia, causada pela I Guerra Mundial, a Cidade prosperou sustentada pela indústria têxtil, de instrumentos musicais, de tintura entre outras.

Durante a II Guerra Mundial, Hamamatsu, foi alvo dos ataques aéreos devido às bases da força aérea e às fabricas de munição. Foram 27 ataques aéreos e navais que castigaram a Cidade durante a Guerra, que resultaram em 5.000 vítimas e 30.000 casas destruídas. O maior deles, o ataque aéreo de 18 de junho de 1945, causou grande incêndio, destruindo de uma única vez 15.160 casas e matando 1.157 pessoas. Em 1935 a Cidade contava com 147 mil habitantes, em 1945 esse número passa para 81 mil devido à II Guerra. Mas retoma seu crescimento populacional e em 1955 já totalizava 279 mil habitantes, isto é, em dez anos cresceu 350%. Em 1982 ultrapassa a

marca de 500 mil habitantes. No Japão é raro uma cidade que não é capital de Província e nem está localizada em área metropolitana, ter uma população tão numerosa. No final da década de 1990 passa a ser a 18ª Cidade mais populosa do Japão.

A produção agrícola de Hamamatsu é bastante diversificada. Em pequenos lotes são produzidos arroz, verduras, legumes e frutas. Considerando o valor da produção destacam-se: o crisântemo, o arroz, a tangerina, plantas em vaso, aipo, melão em estufa, ovos, batata-doce e cebola. Com o objetivo de aumentar a produtividade da área cultivada, é bastante comum o uso de estufas, sendo que os mais cultivados neste sistema são o melão, o morango e flores. O Lago Hamana é o centro da indústria pesqueira, destacando-se a criação de enguias como a maior de todo o Japão. Também são cultivados o camarão, o caranguejo e outros frutos do mar, além de algas marinhas. Somente de enguia são produzidas mais de mil toneladas por ano.

Hamamatsu possui importante parque industrial produzindo principalmente motocicletas, instrumentos musicais, tecidos e automóveis. Concentra grandes plantas industriais da Honda, Suzuki, Yamaha, Kawai, além de milhares de pequenas e médias indústrias onde são produzidos peças e insumos para as grandes montadoras de automóveis, motocicletas e produtos eletro-eletrônicos. 100% dos pianos do Japão são produzidos em Hamamatsu, além de vários outros tipos de instrumentos musicais dando-lhe denominação de Cidade da Música. A indústria têxtil também merece destaque, mantém-se ativa desde 1600, seus produtos são reconhecidos pelo requinte em todo o mundo, especialmente os tecidos finos de seda e algodão. No Distrito de Miyakoda, situado na região noroeste de Hamamatsu, vem se desenvolvendo a criação do Projeto Tecnópolis. Indústrias e laboratórios de pesquisas tecnológicas no campo da eletrônica óptica estão sendo instalados neste complexo.

A indústria de equipamentos de transporte, que começou no período pós-guerra com a produção de motocicletas, está agora produzindo motores de popa, jet ski e automóveis. Este crescente parque industrial emprega a maior parte do contingente de trabalhadores brasileiros residentes na Cidade.

1. A presença brasileira em Hamamatsu

No final de década de 1980 inicia-se o fluxo de trabalhadores estrangeiros para Hamamatsu. Em 1990, a Prefeitura contabilizava o registro de apenas 4.748 estrangeiros dos quais 1.457 brasileiros, perfazendo 30% do total, os coreanos eram a maioria e somavam 43%. Todas as outras nacionalidades totalizavam 26%.

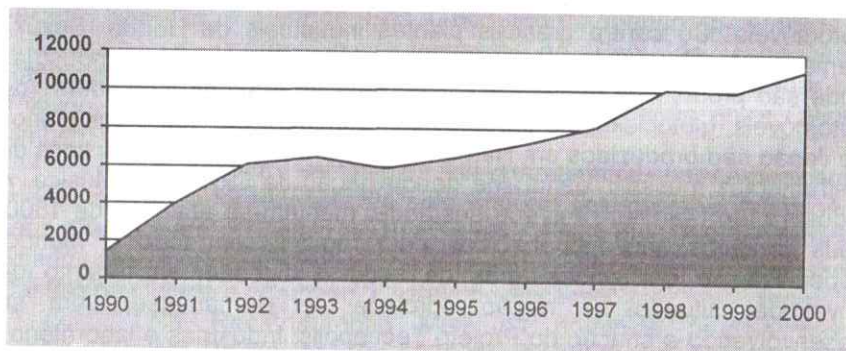
No Japão todo estrangeiro cuja permanência no país exceder 90 dias necessita registrar-se na Prefeitura local. Após alguns

dias recebe a carteira de identificação de estrangeiro, esta é de porte obrigatório. Constam neste documento, nome, nacionalidade, data de nascimento, sexo, número de passaporte, data de entrada e endereço no Japão, entre outros.

Todas às vezes em que o estrangeiro mudar de bairro ou cidade deve retificar seu registro, no prazo de 14 dias, devendo manter o seu registro atualizado. Dessa forma, todas as prefeituras dispõem de dados bastante confiáveis sobre a presença de imigrante, ficam excluídos destes dados somente os migrantes ilegais.

A partir de 1991 a presença brasileira no quadro de estrangeiros da Prefeitura de Hamamatsu, torna-se mais intensa. (Figura 1). Em apenas dois anos, de 1990 a 1992, o número de brasileiros passou de 1.457 para 6.132, ou seja, quadruplicou a população brasileira em Hamamatsu em dois anos. Em 1998 os brasileiros ultrapassam os 10.000 e terminam dezembro de 2.000 totalizando 11.121 pessoas.

Figura 1. Hamamatsu: Brasileiros Registrados 1990-2000 (Absoluto)



Fonte: Prefeitura de Hamamatsu, 2000.

O início do ano 2000 marcou pequeno decréscimo no número de brasileiros em Hamamatsu, trata-se do reflexo do grande número de brasileiros que retornaram ao Brasil, alguns para visitar seus familiares outros em definitivo. Mas sem dúvida, por força da grande propaganda e do mito que envolveu a entrada do ano 2000, inclusive, erroneamente, comemorando a passagem de século.

O crescimento da presença brasileira em Hamamatsu em números absolutos também foi acompanhado pelo aumento da proporção de brasileiros frente ao grupo de estrangeiros residentes no Município.

O grande salto de crescimento do número de brasileiros em Hamamatsu ocorreu no ano de 1990, quando houve crescimento na ordem de 1.000%, pois em 1989 os brasileiros totalizavam apenas 146 pessoas e no ano seguinte já totalizavam 1.457 cidadãos. Foi o reflexo imediato da mudança na legislação da imigração japonesa, que abriu a

possibilidade de concessão de visto para exercer função remunerada aos nikkeis brasileiros.

Em 1990 os brasileiros somavam 30% dos estrangeiros residentes em Hamamatsu, em 2000 passam a representar 60%. Este aumento ocorreu gradativamente ao longo da década de 1990, período no qual os brasileiros superam o total de todos os outros estrangeiros. A partir de 1991, quando superam a marca de 50% do total de estrangeiros esta porcentagem cresceu e estabilizou próximo aos 60%.

Em termos de comparação da evolução dos diferentes grupos de estrangeiros em Hamamatsu, pode-se observar a tendência de crescimento mantida pela colônia brasileira, da mesma forma em que aparece claramente a tendência de diminuição dos coreanos e o discreto crescimento de outras nacionalidades. Além dos países assinalados: China, Peru, Filipinas e Coréia, em Hamamatsu residem cidadãos da Indonésia, Vietnã, Estados Unidos da América, Tailândia, Paquistão e outras nacionalidades, que por representarem número muito reduzido não explicitado nas estatísticas da Prefeitura.

Entretanto, somado o crescimento do número de estrangeiros em Hamamatsu, percebe-se aumento significativo frente à população total da cidade. Em 1990 o total de estrangeiros vivendo em Hamamatsu era de 0,89% da população total, no ano seguinte passa a 1,49%. Em dezembro de 2000, este percentual passa para 3,05%, sendo que deste grupo de estrangeiros o de maior crescimento é sem dúvida o de brasileiros.

Dessa forma a administração municipal tem realizado eventos para a população de residentes estrangeiros, bem como colocado pessoal bilingüe em postos e órgãos de atendimento procurados pelos estrangeiros. Por exemplo, no setor de registro de estrangeiro há funcionário que orienta em português e inglês. No setor de educação há também uma funcionária que atende em português, espanhol e inglês.

A presença de brasileiros em Hamamatsu tornou-se tão marcante que a Prefeitura Municipal distribui folhetos informativos em português. O "Boletim Informativo de Hamamatsu" é publicado mensalmente pela Prefeitura, trás informações diversas sobre eventos, cursos, inscrições para creches, escolas, moradia e outros serviços municipais, alé de informações sobre pontos turísticos e, históricos. A tiragem é de 2500 exemplares, com distribuição gratuita na Prefeitura Municipal e outros pontos de grande circulação de brasileiros.

Alguns serviços da Prefeitura contam com folhetos informativos em português, espanhol, inglês e chinês. Por exemplo, toda a sistemática da coleta seletiva de lixo, como proceder à separação, organização e o calendário da coleta é explicado em folhetos em línguas diferentes. No momento em que o estrangeiro cadastra-se na Prefeitura recebe o folheto em sua língua e o calendário de seu bairro.

Boletins informativos são publicados pela Prefeitura, em diversas línguas, visando cada comunidade estrangeira. Além destas

publicações mensais há a divulgação de folhetos sobre impostos, procedimentos para registro de nascimento, ajuda infantil, explicam sobre a instalação de gás; instruções de proteção e primeiros socorros em eventuais ocorrências de terremotos; como funciona o sistema de transporte urbano com explicações detalhadas de roteiros, horários, forma de pagamento entre outros. Mapas e guias da cidade são distribuídos gratuitamente em português e inglês.

2. Brasileiros com destino ao Japão

Na década de 1980 iniciou-se o fluxo migratório de brasileiros para o Japão, fato este conhecido com fenômeno de kassegui. Segundo Shuwartz (1993), apesar do empobrecimento generalizado na década de 1980 no Brasil, isso se deve à destruição da classe média e conseqüentemente a diminuição da expectativa de mobilidade social. Isto é,

... Quando uma sociedade ultrapassa os limites da flexibilidade na acomodação de perdas reais de renda, ingressando em processos irreversíveis de paralegalização, o fenômeno da anonimidade das expectativas de mobilidade torna-se um elemento importante de desagregação, e pode ser considerado um fator relevante de estímulo emigratório... (SCHWARTZ, 1993, p.216).

A partir da crise econômica da década de 1980, o Brasil passa a reverter sua situação: passa de receptor de imigrantes para emissor de emigrante. "... Começamos a fugir da assim chamada 'década perdida' pelos portões de embarque dos aeroportos internacionais..." (SALES, 1999, p.14). A mesma autora afirma que somente entre 1985 e 1987 houve a evasão de cerca de 1,25 milhão de brasileiros, aproximadamente 1% da população brasileira. Os principais destinos são Estados Unidos (38%), seguidos pelo Paraguai (30%) e em terceiro o Japão com 13%.

Segundo Kawamura, o fluxo migratório de brasileiros para o Japão pode ser vinculado a fatores diversos: econômicos tecnológicos, sociais, culturais e políticos de ambos os países. "... bem como às redes de comunicação e de interação sócio-culturais historicamente neles estabelecidas..." (KAWAMURA, 1997, p. 79).

Outros fatores interferem no fluxo migratório para o Japão. Destaca-se o fato de que é notadamente uma migração étnica, isto é, a grande maioria dos trabalhadores brasileiros que migram para o Japão é filha ou neta de japoneses, ou seja, nisseis ou sanseis, respectivamente. Esta é uma questão bastante debatida entre os pesquisadores deste fluxo migratório, principalmente no que se refere à discussão da identidade social. No Brasil são chamados e tratados como japoneses, apesar de se comportarem culturalmente igual a todos os brasileiros; não

saberem a língua japonesa, não comem comida japonesa. São assim apontados como japoneses, simplesmente pela matriz dos traços físicos, isto talvez se explique pela aceitação de que a identidade nacional se fez através da miscigenação das três raças. Entretanto, no Japão são brasileiros, pois apesar do fenótipo não se portam como japoneses: seus hábitos e costumes são de brasileiros. Isto é, onde quer que estejam parece que sempre estão fora do seu lugar.

A carência de mão-de-obra não qualificada no Japão e as dificuldades de emprego no Brasil deram o impulso para a migração de trabalhadores brasileiros para o Japão. Muitos japoneses que migraram para o Brasil no pós II Guerra Mundial retornaram ao seu país.

... No início do processo de migração de brasileiros ao Japão, em meados dos anos 80, destacaram-se iniciativas dos próprios empresários na busca de trabalhadores japoneses fora do Japão, em face das dificuldades por que passavam com a falta de mão-de-obra para suas empresas de pequeno e grande porte, com o perigo de terem que encerrar suas atividades econômicas... (KAWAMURA, 1997, p.83).

Esta busca de mão-de-obra fez surgir a reativação e o estabelecimento da comunicação entre empresários japoneses e comunidades de japoneses e descendentes em diversos países, como o Brasil e Peru. Desses contatos surgiu extensa rede de recrutamento de trabalhadores no Brasil.

Inicialmente, regressaram ao Japão os próprios japoneses que haviam deixado seu país, levando consigo seus filhos, alguns sozinhos, perseguiram emprego e melhor condição de vida. Muitos não divulgavam que estavam voltando para seu país de origem para trabalhar nas fábricas, de certo modo, carregavam o sentimento de fracasso, por terem "abandonado" sua pátria num momento econômico-social difícil e retornavam, como operários para um dos países mais ricos do Mundo.

Em 1990, com a mudança na Lei de Controle de Imigração, foi facilitada a entrada de trabalhadores descendentes de japoneses nascidos em outros países, os chamados nikkey. À primeira geração, chamada de nissei, foi concedido o direito de visto para trabalho por três anos, à segunda geração, denominada sansei passou a receber o visto, igualmente para trabalho de apenas um ano. Em caso de interesse em permanecer por mais tempo os vistos podem ser renovados e podem mudar para permanente. As gerações seguintes não usufruem tratamento diferenciado.

Diante da crise econômica que assolava o Brasil no início dos anos 90, a queda do padrão de vida da classe média brasileira, a escassez de empregos, a violência cotidiana e atraídos pelos altos salários pagos no Japão, muitos não titubearam, na primeira oportunidade embarcaram rumo as fábricas japonesas. Abandonaram

empregos, fecharam pequenos negócios, arrendaram propriedades, deixaram as gravatas e as camisas de colarinho para envergar macacão, boné ou capacete. Enfrentar trabalho duro e pesado por extensas horas não importava desde que fosse bem remunerado.

Em entrevistas realizadas em Hamamatsu o senhor Akira disse "a gente tinha vergonha de dizer que vinha trabalhar no Japão, os conhecidos debochavam das condições de vida e tipo de trabalho a ser enfrentados no Japão". Este entrevistado, nissei, 55 anos, bacharel em química, é proprietário de terras no interior de São Paulo. Filho de família de sete irmãos, todos com curso universitário: médico, economista, físico nuclear, engenheiro agrônomo, administrador de empresas e sociólogo-professor universitário. Administrava a propriedade rural da família e trabalhava como corretor de imóveis, deixou a esposa e três filhos no Brasil e veio trabalhar no Japão em 1993. Chegou a trabalhar dezoito horas por dia em dois empregos diferentes, um na construção civil outro no ramo de alimentação, ganhava em torno de seis mil dólares por mês. Seu objetivo era capitalizar sua propriedade rural, comprar implementos agrícolas e gado.

Os dados e informações coletados com a população brasileira em Hamamatsu apontam para este perfil de comportamento, no final da década de 1980 e início de 1990: trabalhar a exaustão, cumprir todas as horas-extras, aceitar os postos de serviços que pagavam mais por hora trabalhada, independentemente da insalubridade ou periculosidade e economizar o máximo. Alguns trabalhavam em dois empregos, não é raro encontrar estes exemplos no trabalho de campo.

Trabalhar, economizar e retornar ao Brasil, esse era o objetivo da maioria dos trabalhadores que desembarcaram no Japão no final dos anos 80 e início dos anos 90. Enfrentavam longas jornadas de trabalho, buscavam os setores que ofereciam o maior número de horas-extras. Alguns entrevistados chegaram a contabilizar mais de 200 horas-extras por mês. Sem contar que em algumas empresas o sábado não é contabilizado como hora-extra, em outras, contabiliza-se apenas um ou dois sábados por mês.

Há relatos de trabalhadores que enfrentavam a rotina de trabalho todos os dias, sem descanso semanal, de domingo a domingo, fazendo horas-extras todos os dias, trabalhando até dezoito horas por dia. Os postos de trabalho noturno, pelo desconforto do organismo, bastante desprezados pelo trabalhador japonês, também eram e ainda são muito ocupados pelo trabalhador brasileiro. A maior parte dos trabalhadores brasileiros, homens, passou pelo menos algum tempo no trabalho noturno. É também muito presente na comunidade de trabalhadores brasileiros o trabalho em revezamento de turno semanal, isto é uma semana trabalha durante o dia, na semana seguinte durante a noite e assim sucessivamente. Segundo os trabalhadores que seguem este esquema de trabalho, é mais cansativo do que trabalhar somente à noite, isto porque o organismo tem que se adaptar ao novo horário todas as semanas.

Os trabalhos considerados sujos ou perigosos também não eram rejeitados, desde que tivesse melhor remuneração. Tampouco não procuravam melhorar seu conforto, sujeitavam-se a viver em alojamentos, dividir quartos com outros trabalhadores, comer somente a alimentação oferecida pela empresa. Pois isso significaria gastar mais e deixar de poupar. Viviam em alojamentos apertados, dividiam quartos com desconhecidos, gastavam o indispensável para a sobrevivência.

O lazer era quase nenhum, quando conseguiam uma bicicleta usada, às vezes recolhida do lixo, passear de bicicleta era o que alguns faziam nas poucas horas de folga. A televisão, também usada, a maioria recolhida no lixo, para aqueles que entendiam o idioma japonês se tornava um passatempo. Pois, além do trabalho tinham que dar conta dos trabalhos domésticos: lavar roupas e fazer faxina.

Ainda hoje, início de 2001, é comum trabalhadores brasileiros se referirem a alguns bens recolhidos no lixo. O chamado "Gomi Store" ou "Gomi Depato", numa tradução livre, "loja do lixo". Em Hamamatsu funciona o sistema seletivo de coleta de lixo. Caminhando pelas ruas da cidade é comum depararmos, com televisões, videocassetes, bicicletas, máquina de lavar roupas, enfim uma infinidade de bens na calçada à espera do recolhimento.

Em muitos casos também encontramos referências aos bens das famílias que regressaram ao Brasil. Estas vendem ou doam seus bens como móveis, eletrodomésticos, bicicletas, brinquedos e até mesmo veículos para amigos e parentes que ficam no Japão. Esta prática é bastante comum, muitos bens passam de mão em mão, já que sempre há alguém chegando e necessitando de algum item, ao mesmo tempo sempre há alguém embarcando de volta ao Brasil e tendo que dispor dos móveis e utensílios domésticos.

A maioria dos trabalhadores que migrou a trabalho para o Japão dedicava pouco ou nenhum tempo para o lazer, especialmente quando o lazer era sinônimo de gastar. O Japão oferece muitas opções de lazer. Parques ecológicos, parques temáticos, museus, pontos turísticos e históricos, alguns gratuitos e outros não. Mas com a falta de informação e de comunicação com os japoneses, os trabalhadores estrangeiros ficam alheios às oportunidades de lazer. Muitos ainda, com o objetivo de economizar nem ao menos saíam de casa.

Interessante notar que nos primeiros tempos de vida no Japão, o trabalhador insiste em comparar os preços com os de seu país de origem. Apesar de estar em outro país, outro panorama sócio-cultural, ainda tem seu orçamento pautado nos gastos que tinha no Brasil. É bastante comum nas entrevistas com aqueles de que estão a pouco tempo no Japão, referências ao custo de vida e as comparações de preço. Isso leva a crer que nos primeiros meses ou anos no Japão o trabalhador brasileiro consegue amealhar mais economias, já que suas referências de orçamento estão baseadas nos gastos do Brasil.

WATKINS relata a trajetória de Terumi Maeda Jr, nikkei brasileiro, desde sua chegada no Japão até seu julgamento e

condenação por assassinato. A autora entrevistou Sergio, o irmão de Maeda Jr, que assim descreveu sua vida de economia no Japão: "... Costumávamos passar os dias de folga em casa, para não gastar dinheiro. Sentados em frente a uma televisão que não sabíamos o que dizia...". (WATKINS, 1996, p 41). A tese usada por sua defesa no tribunal foi de grande desgaste psicológico provocado pelo modo de vida: muito trabalho, lazer inexistente e desconhecimento da língua entre outros. Eis a continuação do depoimento.

... Os problemas da vida diária, em que cada pequena dificuldade se converte em um grande problema quase insolúvel, vão te acabando psicologicamente. A pessoa crê que vai conseguir suportar tudo, com força de vontade que temos ao pensar em voltar para casa com uma economia... (WATKINS, 1996, p.41).

Com esse espírito de trabalho e poupança desembarcaram milhares de brasileiros no Japão. A Tabela 1 mostra a evolução do crescimento da comunidade brasileira. O maior crescimento ocorreu nos anos de 1991 e 1992, logo após a mudança da Lei de Imigração no Japão, a partir da qual os descendentes de japoneses de primeira e segunda geração já poderiam ter o visto de três e de um ano, respectivamente, para trabalharem legalmente. Situação bastante diferente daqueles que chegavam, anteriormente, com visto de turista, com validade de três meses e proibidos de trabalhar. Estes mudavam sua situação no Japão, pediam a mudança do tipo de visto para trabalhar legalmente. A maioria que veio depois de 1990 já embarcou com o visto de permanência para um ou três anos, conforme seu grau de descendência e com a permissão para trabalho.

Esta tabela também mostra o crescimento, em porcentagem, da comunidade brasileira no Japão em comparação com outros imigrantes. Em 1990 os brasileiros representava somente 5,2% de todos os estrangeiros, em 1991 esse número já passa para aproximadamente 10%. A partir de 1996 os brasileiros estabilizam-se na faixa de 14 a 15% do total de estrangeiros no Japão.

TABELA 1. JAPÃO: EVOLUÇÃO DO TOTAL DE ESTRANGEIROS E BRASILEIROS - 1990-1999.

| | Estrangeiros (abs) | Brasileiros (abs) | Brasileiros (%) |
|------|--------------------|-------------------|-----------------|
| 1990 | 1.075.317 | 56.429 | 5,2 |
| 1991 | 1.218.891 | 119.333 | 9,8 |
| 1992 | 1.281.644 | 147.803 | 11,5 |
| 1993 | 1.320.748 | 154.650 | 11,7 |
| 1994 | 1.354.001 | 159.619 | 11,8 |
| 1995 | 1.362.371 | 176.440 | 13,0 |
| 1996 | 1.415.136 | 201.795 | 14,3 |
| 1997 | 1.482.707 | 233.254 | 15,7 |
| 1998 | 1.512.116 | 222.217 | 14,7 |
| 1999 | 1.556.113 | 224.299 | 14,4 |

Fonte: Japan Immigration Association, 2000.

A Tabela 2 mostra a distribuição dos brasileiros registrados no Japão, por faixa de idade. É importante notar a grande concentração de brasileiros entre 20 e 39 anos. Eles representam cerca de 55% da população brasileira no Japão e certamente estão na faixa de idade mais produtiva, considerando que ocupam postos de trabalho que normalmente exigem rapidez e força física. É interessante também, que os homens estão em maioria frente às mulheres, no total eles somam 55% e em todas as faixas de idade ultrapassam o número de mulheres.

TABELA 2. JAPÃO: BRASILEIROS REGISTRADOS POR FAIXA ETÁRIA - 1999 (MIL).

| | JAPÃO | SHIZUOKA |
|--------------|----------------|---------------|
| 0~4 | 15.199 | 2.516 |
| 5~9 | 9.142 | 1.503 |
| 10~14 | 8.938 | 1.307 |
| 15~19 | 15.583 | 3.537 |
| 20~24 | 33.142 | 4.591 |
| 25~29 | 35.982 | 5.145 |
| 30~34 | 30.520 | 4.467 |
| 35~39 | 23.360 | 3.292 |
| 40~44 | 17.439 | 2.386 |
| 45~49 | 13.951 | 1.865 |
| 50~54 | 10.978 | 1.405 |
| 55~59 | 6.696 | 842 |
| 60~64 | 2.517 | 319 |
| 65~ | 963 | 106 |
| Total | 224.299 | 31.974 |

Fonte: Japan Immigration Association, 2000.

As entrevistas e as pesquisas de campo realizadas indicam que no início deste movimento migratório, já havia mais homens que mulheres. Entretanto estes eram de maior idade, entre os quarenta e os cinquenta anos. Com o passar do tempo e o aumento deste fluxo, aumentou a proporção de jovens e de mulheres, inclusive muitos jovens recém-casados.

A Tabela 2 também nos mostra a distribuição de brasileiros por faixa de idade no Japão e na Província de Shizuoka, onde se localiza Hamamatsu, onde há uma similaridade na distribuição, com maior predomínio de indivíduos na faixa dos 20 aos 39 anos.

3. Rede de Recrutamento de Trabalhadores e "Empreiteiras"

O início do processo migratório de brasileiros ao Japão, contou com a ajuda e o interesse das empresas que necessitavam de mão-de-obra em meados da década de 1980. Com a intensificação deste processo de busca de trabalhadores não-qualificados para a indústria japonesa, foram surgindo as empresas de terceirização de mão-de-obra, responsáveis pelo recrutamento, treinamento e colocação destes trabalhadores no mercado de trabalho.

Inicialmente as agências de recrutamento de trabalhadores japoneses passaram a captar os trabalhadores estrangeiros, algumas se especializaram em trabalhadores latino-americanos ou somente brasileiros. Iniciam desta forma a organização de imensa rede de recrutamento de trabalhadores no Brasil e em outros países da América Latina, envolvendo recrutadores nestes países, agências de turismo, despachantes e outros profissionais.

O funcionamento desta engrenagem começa na contratação de uma empresa de terceirização de mão-de-obra por pequena ou média empresa, que por sua vez foi contratada por outra empresa grande para fornecer peças ou produtos. A empresa de recursos humanos, conforme o contrato, passa a ser a responsável pelo recrutamento, treinamento e administração de pessoal para o trabalho em setores específicos da fábrica. Ou simplesmente fica responsável pelo recrutamento do pessoal, ficando o controle a cargo da empresa contratante. São diversos os tipos de contrato e as responsabilidades destas empresas, chamadas de "empreiteiras" pelos trabalhadores brasileiros.

No final da década de 1980 e início de 1990 as empresas de recrutamento de mão-de-obra disputavam acirradamente cada trabalhador. Hideki, que desembarcou no Japão em 1990, relatou que na chegada, ainda no aeroporto foi interpelado por funcionário de empreiteira que lhe propôs ir trabalhar com sua empresa, oferecendo mais vantagens e melhor salário.

... Ele queria que eu trocasse de empreiteira, me perguntou se tinha assinado contrato, respondi que não, mas tinha dado a palavra, já tinha combinado onde ia trabalhar. Era desse jeito, davam vantagens para a gente passar para outra empreiteira...

A remuneração do trabalhador é estipulada e paga pela "empreiteira", descontados os custos de transporte, moradia, alimentação. Segundo informações de trabalhadores brasileiros

entrevistados, as "empreiteiras" ganham hora trabalhada de cada um de seus contratados. Isto é, a empresa contratante paga 1.500 a 1.600 yens por hora trabalhada, o trabalhador ganha de 1.100 a 1.300 yens por hora e a "empreiteira" ganha de comissão de duzentos a trezentos yens por hora de cada trabalhador. Atualmente um dólar americano corresponde a 125 yens.

Esta intermediação nem sempre ocorre de forma pacífica, há muitos conflitos entre os trabalhadores e estas empresas. As reclamações vão desde o cálculo das horas trabalhadas, descontos injustificados no pagamento, omissão em casos de acidente de trabalho, demissão repentina e toda sorte de desmandos com acusações graves que chegam a imprensa: trabalho escravo e retenção de passaporte.

Muitas empresas de fato, são respeitadas e trabalham com idoneidade respeitando as práticas empresariais e a ética, outras são acusadas de abusar da boa fé dos trabalhadores.

... Se considerável parcela dessas empresas sediadas no Japão busca uma prática empresarial nos moldes de uma empresa terceirizada comum, outras, são apontadas, até por seus pares, como verdadeiras arapucas para trabalhadores estrangeiros... (KAWAMURA, 1997,p.87).

Grande parte dos trabalhadores brasileiros que desembarcaram e desembarcam no Japão tem sua viagem financiada por estes agenciadores de mão-de-obra. Primeiro são recrutados por agenciadores em suas cidades, que os encaminham para as empresas de terceirização de mão-de-obra sediadas no Japão. Nesta transação em todas as etapas existem pessoas e empresas honestas e outras não. Como resultados temos trabalhadores bem assessorados e outros simplesmente explorados por esta rede de recrutamento.

A Revista Made in Japan, editada em português e que circula no Japão e no Brasil, estampou a seguinte manchete "Fuji para não virar escravo: Contratado para trabalhar no Japão, o brasileiro Gilberto Pereira da Silva teve o passaporte apreendido pela empreiteira japonesa para que não pudesse ir embora". E a reportagem começa com o tom de alerta:

Você está pensando em ir trabalhar no Japão? Cuidado. Algumas agências de viagem e empreiteiras montaram um esquema que toma o trabalhador refém de contratos (sempre favoráveis ao patrão). O dekassegui fica preso à empresa por causa de dívidas impossíveis de serem quitadas, mesmo que ele trabalhe dia e noite. (Made in Japan, n.38, a 4, p. 49).

Em depoimentos colhidos em trabalho de campo foi comum a denúncia contra algumas empresas de terceirização de mão-de-obra.

Todos são unânimes em afirmar que é abusiva a cobrança do bilhete aéreo, cobram o valor de três mil dólares, quando a tarifa para passagem de ida, do Brasil para Japão ou vice-versa não custa mais de mil dólares. Entretanto a passagem é cobrada integralmente. A devolução que a empresa aérea faz fica nos bolsos dos que partilham desta rede de recrutamento de mão-de-obra, excluído o trabalhador. Todos os outros gastos de tradução de documentos, translados no Brasil e no Japão, alimentação, hospedagem também são descontados do salário do trabalhador, muitas vezes sem explicação ou discriminação das despesas.

Teresa, uma trabalhadora entrevistada em trabalho de campo relatou que, ela, o marido e dois filhos menores, foram enganados por uma agenciadora de mão-de-obra no Brasil. Ao desembarcarem no Japão os agenciadores recolheram seus passaportes. Foram muitas as promessas não cumpridas. Primeiro que haveria trabalho garantido para o casal, quando chegaram só havia emprego para ele. Em alguns lugares no Japão há muito poucos postos de trabalho para mulheres. O salário que o marido recebia era 50% do prometido. O apartamento confortável que foi prometido deu lugar a uma casa antiga na zona rural, longe de estação de trem ou de ponto de ônibus. Causou muito espanto e desconforto a pessoas acostumadas ao conforto da classe média brasileira, terem que morar em uma casa em que não havia vaso sanitário, o banheiro, ainda era fossa negra.

O marido trabalhava de segunda a segunda, meses a fio sem descanso. Ganhava seiscentos ienes por hora, para efeito de comparação, os homens geralmente ganham de 1.100 a 1.400 ienes por hora. Nada justifica um salário tão baixo. Mesmo assim, com poucas informações, sem possibilidade de melhorar sua situação, ele continuava trabalhando, o que fez por cerca de um ano. Teresa, inconformada, vendo sua situação piorar, tentou negociar várias vezes com o patrão do marido. No Brasil, o marido Paulo, tinha escritório de contabilidade, chegou a ter mais de vinte funcionários. Tinha casa própria, carro novo, os dois filhos estudavam em colégio particular. Por vários problemas, perderam suas posses e na primeira oportunidade não titubearam em embarcar para o Japão. Sua revolta chegou no limite, quando faltou comida para seus filhos. Pedia licença e coetava as folhas de verduras que eram descartadas no supermercado. "... *Pensava, como podia ter perdido tanto, não tinha vindo para o outro lado do mundo para passar fome...*".

Um dia sua ira explodiu em violência, sacou uma barra de ferro e foi tirar satisfação com o chefe da fábrica do marido... "*Fiquei louca, quebrei tudo que tinha no escritório dele, ameacei matar o japonês...*". Somente dessa maneira foram devolvidos os documentos e foram liberados, para trabalhar em outro lugar, mas não da dívida. Saldo da história, desembarcaram no Japão em fevereiro de 1998, em outubro de 2000, ou seja, dois anos e sete meses, ainda deviam para a empreiteira e para parente cerca de sete mil dólares.

Teresa vive visivelmente transtornada, apegou-se a devoção e aos cultos diários da Igreja Universal do Reino de Deus. Quando foi realizada a entrevista, fazia aproximadamente quarenta dias que ela freqüentava todos os dias a referida igreja. Falava sem parar de sua fé. Apesar da dificuldade financeira de sua família dava dinheiro, em pequenas quantias, todos os dias, para a igreja, prometia quantias maiores e pagar dez por cento de seu salário a título de dízimo.

Muitos trabalhadores por desconhecimento da língua japonesa e falta de informação das leis trabalhistas do Japão, permanecem em situação de exploração e sendo lesados por pessoas e empresas pouco escrupulosas por longo período.

O Consulado Geral do Brasil em Nagoya informou que há vários casos de denúncias de retenção de passaporte de cidadãos brasileiros no Japão, quando as denúncias chegam ao Consulado é emitida correspondência para a empresa alertando que tal prática consiste em crime. Afinal de contas o passaporte é de propriedade do Governo brasileiro e retê-lo é crime. Entretanto, o número de brasileiros que tiveram passaportes retidos por empresas vem aumentando. Em 1998 foram registrados 89 casos no Japão e, em setembro de 2000 este número chegava a 91.

Essa, infelizmente, é a realidade de parte dos trabalhadores que buscam conquistar seus sonhos através do trabalho nas fábricas no Japão. Seus sonhos acabam sendo frustrados por pessoas e empresas mal intencionadas. Há também denúncias de empresas que funcionam ilegalmente sem a licença para trabalhar com terceirização de mão-de-obra. Outras demitem e abandonam os trabalhadores em total desrespeito as leis trabalhistas do Japão. Muitos são os casos em que o trabalhador com problemas de saúde é demitido sem aviso prévio ou pagamento de licença-saúde. Simplesmente é levado ao hospital e deixado à própria sorte, sem qualquer assessoria da empreiteira, muitas vezes sem o domínio do idioma japonês, nem sequer entende qual o diagnóstico de seu problema de saúde. Nestes casos, sem parentes ou amigos, o trabalhador acaba dependendo da boa vontade de voluntários brasileiros e japoneses para traduzir o diagnóstico, solicitar ajuda de custo de seguro ou da Prefeitura, enfim, para tomar todas as providências que possam de alguma forma redundar em mais conforto, segurança ou informação para o paciente.

4. Perspectivas: Conflitos e permanência

A expectativa temporal de permanência no Japão da esmagadora maioria dos trabalhadores era de dois a três anos. Entretanto passados cerca de dez anos boa parte destes trabalhadores não retornaram ao Brasil e não tem plano concreto de regresso.

De fato, a maioria dos entrevistados quando questionada sobre seus objetivos iniciais de permanência expressaram períodos curtos, muitos inclusive por causa deste motivo deixaram esposas e filhos imaginando o regresso rápido. Não percebiam o perigo iminente da desagregação familiar, casos de pais de família que não suportando a vida solitária de trabalho extenuante acabaram por constituir novas famílias.

O trabalhador brasileiro no Japão, quando está sem a família tem grande mobilidade, em busca de melhor salário ou condições de trabalho. Muitos entrevistados relataram as várias mudanças de emprego e de cidade e até mesmo de província. Em todos os jornais de circulação na comunidade brasileira no Japão há a seção "Procura-se". Os motivos são diversos, familiares e cônjuges no Brasil e no Japão preocupados com o paradeiro destas pessoas, credores cobrando dívidas, transferências de carros, entre outros.

A mudança de planos do imigrante no que se refere às expectativas de retorno, aos projetos a serem executados no Brasil, a retomada da vida familiar e muitas vezes afetiva passa por vários fatores. Não convém enumera-las por grau de importância, pois cada indivíduo lhe dá valorizações diferenciadas conforme sua vivência e suas expectativas. Oferta de emprego, comodidades oferecidas pelas empreiteiras, infraestrutura de lojas de produtos e serviços, integração dos filhos ao sistema escolar japonês, adaptação do trabalhador ao sistema de trabalho, interação com a sociedade local, estes são os principais fatores que influenciam na decisão de ficar no Japão.

Da mesma forma há outros fatores que são obstáculos para o retorno ao Brasil. As notícias veiculadas na imprensa sobre a corrupção, violência, desemprego, falta de infraestrutura de saúde e educação e instabilidade econômica acabam por influenciar na decisão de protelar o retorno.

A adaptação do trabalhador ao sistema de trabalho japonês e das crianças ao sistema escolar também influenciam na decisão de permanecer no Japão, ou pelo menos na protelação do retorno ao Brasil. De toda maneira, com o passar dos anos o brasileiro vai se acostumando ao modo de vida da sociedade japonesa, mesmo aquele que nunca teve contato anterior com a cultura nipônica. A adaptação acaba sendo facilitada pela rotina.

Infelizmente quanto mais chegam notícias do Brasil, dos problemas sociais, da corrupção, do desemprego e da violência, o brasileiro que está no Japão há vários anos se assusta. Já se acostumou à tranquilidade e a segurança do Japão. Vários entrevistados que

retornaram ao Brasil a passeio confessaram o medo de andar nas ruas das cidades, chocados com a pobreza, a miséria e a sujeira das ruas.

Intermediando estas questões está a oferta de emprego e a possibilidade de manutenção do padrão de vida e de consumo no Brasil. Grande parte dos entrevistados tem conhecimento da experiência de algum colega, parente ou amigo, senão ele próprio que retornou para o Brasil com o objetivo de não sair mais e em poucos meses foi obrigado a voltar ao Japão.

Este é o maior medo, trabalhar duro, esforçar-se, poupar, investir no Brasil e perder seu capital. Relatos desta natureza se multiplicam.

Há relatos de sucesso de migrantes que retornaram ao Brasil e investiram seu dinheiro em atividades produtivas que lhes auferem boa renda e propiciam bom nível de vida e conforto. Inclusive alertam os mais otimistas e crentes no sucesso no Brasil que estes que concretizaram o sonho de voltar e montar seu próprio negócio não voltam ao Japão para falar do sucesso. Voltam para espalhar o medo, somente aqueles que tiveram decepção. Mas de todo modo, visão positiva ou negativa não importa, o fato é que estas notícias de fracasso repercutem muito na comunidade brasileira no Japão.

As mudanças de planos individuais passam pela expectativa do grupo, cada um individualmente traça seus objetivos, mas acaba compartilhando das expectativas de toda a comunidade. Percebe-se que os entrevistados sempre se espelham em experiências de conhecidos e amigos, em trajetórias de idas e vindas entre o Japão e o Brasil.

Muitos são os indícios desta mudança da expectativa temporal de permanência no Japão. A capacidade de amearhar economias é ponto fundamental para o retorno definitivo ao Brasil. Todos sem exceção planejam o retorno ao Brasil em melhor condição econômica. Os gastos em supérfluos de algumas famílias ou indivíduos contrariam a idéia de poupar para retornar.

A evolução da quantidade de remessas em dinheiro dos trabalhadores brasileiros ao Brasil, através das instituições bancárias, também reflete esta mudança na expectativa de permanência no Japão. Nos primeiros anos do fluxo migratório era comum o pai de família, que vivia sozinho no Japão, mandar remessas mensais para manutenção da família de para investimentos. Atualmente é mais comum o trabalhador trazer para junto de si a família e deixar de remeter quantias para investimento.

Em termos de investimento e de preocupação com o futuro, algumas famílias brasileiras estão buscando financiamento para a casa própria no Japão. Este fato reflete a consolidação da vontade de permanecer por longo tempo da vida no Japão. Voltar ao Brasil?... "Quem sabe um dia...". É a resposta da maioria.

Em entrevistas a alguns funcionários de instituições bancárias brasileiras no Japão, ficou evidenciada a tendência de aumento de abertura de conta poupança em dólar em detrimento das

remessas ao Brasil. Segundo estes funcionários, trata-se da protelação da data de retorno ao Brasil.

Tal fato corrobora com os dados obtidos nas entrevistas com os trabalhadores, quanto ao retorno ao Brasil. Quando falam do retorno ao Brasil sempre associam a algum marco distante ou relativo, por exemplo, terminar a formação dos filhos, a aposentadoria ou a velhice. Efetivamente, quando voltar ao Brasil é a questão que a maioria não sabe responder.

Bibliografia

- ANAI DO SIMPÓSIO "**Dekasseguis**": 10 anos de História e Perspectivas Futuras. São Paulo: CIATE. 1998.
- BASSEGIO, Luiz. (apres.). **O fenômeno migratório no limiar do terceiro milênio**: Desafios Pastorais. Petrópolis, 1998.
- FUNDAÇÃO PARA COMUNICAÇÃO E INTERCÂMBIO DE HAMAMATSU. **Um guia para facilitar sua vida em Hamamatsu**. 3ed. Hamamatsu, 1994.
- KAWAMURA, Lili K. **Trabalhadores brasileiros no Japão**: Estratégias de Formação Cultural. Campinas: Tese de livre docência, 1997.
- KIGAI NIKKEIJIN KYOKAI. **Palestras sobre a cultura japonesa**. Toquio: Book Boko. 1999.
- JAPAN IMMIGRATION ASSOSSIATION. **Estatísticas de estrangeiros registrados no Japao** (em japonês). Tóquio: 2000.
- PREFEITURA DE HAMAMATSU. **Localize-se**. Hamamatsu: s/ed. 1998.
- STATISTICS BUREAU, **Statical handbook of Japan**, Toquio, Management and Coordination Agency, Government of Japao, 1999.
- THE SHIZUOKA ASSOCIATION FOR INTERNATIONAL RELATIONS. **Uma companhia para facilitar o seu dia a dia em Shizuoka**. Shizuoka, s/d.
- WATANABE, Akio. **Governo e política no Japão Moderno**. Tóquio: International Society for Educacional Information. 1989.
- WATKINS, Montse. **Passageiros de um sonho**: A experiência recente dos brasileiros no Japão, Kamamura: Luna Books, 1996.
- _____. **El fin del sueño**: Lationoamericanos no Japão. Kamamura: Luna Books, 1999.
- Revista **Made in Japan**. Tóquio.
- Jornal **Tudo Bem**. Hamamatsu.
- Jornal **Folha Mundial**. Hamamatsu.

- Jornal **International Press**. Tóquio.
- Jornal **Nova Visão**. Hamamatsu.
- HICE News**. Hamamatsu.
- Boletim Informativo de Hamamatsu**. Prefeitura de Hamamatsu.

A RESISTÊNCIA DOS BAIRROS RURAIS NO MUNICÍPIO DE MARTINÓPOLIS - SP¹

Paulo César de Souza²
Antonio Nivaldo Hespanhol³

RESUMO: A decadência das lavouras e a expansão sistemática das pastagens em toda a Região de Presidente Prudente a partir do final da década de 1950 e início dos anos 60, levaram à intensificação do êxodo rural. A substituição das lavouras pela pecuária extensiva provocou intensas mudanças no quadro social, econômico e espacial da região, com impactos diretos sobre os bairros rurais. No caso de Martinópolis o esvaziamento populacional dos bairros rurais foi bastante intenso, reduzindo a importância dessas comunidades no contexto do município. As mudanças no padrão de exploração da agricultura e a crescente inserção dos produtores rurais ao mercado concorreram para a descaracterização das relações até então estabelecidas nos bairros rurais.

Palavras-chave: Agricultura, bairros rurais, resistência, população, relação cidade-campo.

THE RESISTANCE IN RURAL DISTRICTS IN THE MARTINÓPOLIS - SP

Abstract: The decadence of farmings and the systematic expansion of pastures in the whole Region of Presidente Prudente starting at the end of the 1950 decade and beginning of the sixties lead to the intensification of rural exodus. The substitution of farmings for the extensive cattle raising provoked intense changes in the social, economical and spatial pictures in the area, with direct impacts on the rural districts. In the case of Martinópolis the population emptying of the rural districts was quite intense, reducing the importance of those communities in the context of the city. The changes in the pattern of agriculture exploration and growing insertion of the rural producers to the market competed for the de-

¹ Texto elaborado com base na monografia de bacharelado intitulada "A estruturação agropecuária do Município de Martinópolis/SP: os casos dos distritos de Guachos e de Teçaindã" desenvolvida pelo primeiro autor sob a orientação do co-autor e apresentada ao Curso de Graduação no ano de 2001.

² Aluno do Curso de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNEP/Presidente Prudente. Rua Vicente Pelegrine, 137, Martinópolis (SP). Tel: (0xx18) 252-3461 - E-mail: paulinho@wsim.com.br

³ Professor dos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP/Presidente Prudente. Rua Roberto Simonsen, 305, Caixa Postal 467 CEP 19060-900, Presidente Prudente (SP). Tel (0xx18) 229-5375. Fax (0xx18) 221-8212. E-mail: nivaldo@prudente.unesp.br

characterization of the relationships already established in the rural districts.

Keywords: Agriculture, rural districts, resistance, population, city-rural relationship.

1. Introdução

No município de Martinópolis, um dos mais extensos da região de Presidente Prudente, há vários bairros rurais, os quais têm se mantido ao longo do tempo, a despeito do esvaziamento populacional e da perda das suas funções originais. As alterações na estrutura produtiva da agropecuária do município decorrentes, em grande parte, da substituição das lavouras pela atividade pecuária e da ampliação dos níveis de concentração fundiária, têm dificultado a reprodução social da população dos bairros rurais, especialmente dos pequenos produtores, conforme se procurará evidenciar ao longo desse texto.

2. Caracterização do Município de Martinópolis e as transformações nas relações cidade-campo

A economia de Martinópolis sempre esteve vinculada à agropecuária. Entre meados da década de 1950 e o final da década de 1960, as culturas de algodão e de amendoim se constituíram na base da economia local. A maioria da população do município residia na zona rural e encontrava-se diretamente vinculada à agricultura. Nas safras de 1948/49, e de 1968/69, o município produziu 33 mil toneladas de algodão e 500 mil sacas de amendoim (LEITE, 1972, p. 87-88), batendo recordes de produção. Nesta época, o papel dos bairros rurais na economia municipal era de tamanha importância e de sobremodo destacado, já que a maior parte da produção era realizada nas áreas dos atuais Distritos de Guachos e Teçaindá, ou seja, no norte do município e em alguns bairros localizados na porção noroeste e oeste.

Localizada no sudoeste do Estado de São Paulo, a região de Presidente Prudente durante as primeiras décadas do século XX foi palco para a implantação de inúmeros bairros rurais. Entretanto, esses bairros passaram por processos de estagnação e decadência. Porém, é observada uma resistência nessas estruturas, tanto sócio-cultural como econômica.

Nas obras de Leite (1972 e 1981), Abreu (1972) e Alegre (1981 e 1983) são realizadas análises aprofundadas sobre a organização do espaço regional. Desde a localização, coordenadas geográficas e limites político/territoriais. Observa-se a caracterização física da região e a sua organização política. Pontos fundamentais no processo histórico são evidenciados nestes estudos, visto que as fases

de colonização e povoamento, seguidos das fases de desenvolvimento formam a espinha dorsal das análises.

Os autores definem com clareza quais foram as fases históricas, evidenciando que o desenvolvimento econômico sempre esteve baseado no setor agropecuário. A história regional e municipal desenvolve-se com base na agropecuária, apresentando sucessivos ciclos econômicos.

Esses ciclos econômicos, conforme destaca Leite (1972), têm início com a instalação da Estrada de Ferro Sorocabana, e, mais adiante, o autor define estes como fases no processo econômico: café, algodão, amendoim e a pecuária de corte.

O processo de ocupação da região se deu a partir do início do século XX, com a construção da Estrada de Ferro Sorocabana (MONBEIG, 1984), a qual viabilizou a expansão da cafeicultura, intensificando a ação dos especuladores através da constituição de empresas de colonização, as quais efetuaram a venda de lotes urbanos e rurais dando início ao povoamento.

No início da ocupação, destacou-se a atividade extrativa com a retirada de madeiras. Em seguida ganharam destaque as atividades agrícolas, especialmente o cultivo de café, algodão e amendoim, as quais proporcionaram grande dinamismo ao município entre as décadas de 1940 e 1960.

A Região de Presidente Prudente é constituída por 30 municípios, entre os quais se destaca o de Martinópolis por ocupar uma extensa área (1.253 Km², o que representa 7% da superfície total da região). O município encontra-se subdividido administrativamente em três: o Distrito sede e os Distritos de Guachos e Teçaindá.

No Distrito de Teçaindá situam-se vários bairros rurais, os quais foram constituídos a partir de processos de ocupação bastante semelhantes. São os casos da "Vila Santa Luzia" (Km 25); "Vila dos Bandeirantes" (Km 30); "Bairro do Cristal" e a "Vila Martins" (Km 10). A noroeste do município encontram-se os bairros do "Matão", do "Jacarezinho" e do "Capão Bonito". Nesses bairros predominam as pequenas propriedades rurais.

A evasão populacional do campo e as reformulações nas relações de produção fizeram com que os bairros rurais de Martinópolis, que outrora representavam um conjunto social com peculiaridades próprias, se adaptassem a um novo padrão.

No entanto, alguns bairros rurais de Martinópolis não sucumbiram à capitalização do campo e os traços de resistência se manifestam na população residente. Foram constatadas, contudo, formas de organização e de adaptação às novas condições impostas pela modernidade, as quais têm implicado no abandono das formas tradicionais de vida, na crescente monetarização das relações e na inserção ao mercado.

As comunidades rurais foram intensamente atingidas por mudanças de ordem econômica, social e política, derivadas das

transformações no padrão de exploração das terras, especialmente da substituição das lavouras pelas pastagens. Embora os bairros rurais de Martinópolis tenham perdido importância relativa, eles persistiram e os seus moradores fazem questão de serem identificados como integrantes de tais comunidades.

No passado não muito distante as relações comerciais estabelecidas entre a cidade e o campo eram realizadas de maneira simples, por meio da venda do excedente da produção agrícola e da compra de uma quantidade reduzida de bens na cidade. O campo exercia importante papel no abastecimento das cidades. Na medida em que ocorreu a modernização da agricultura e a expansão da pecuária, houve a ampliação do grau de monetarização e de inserção dos produtores rurais ao mercado, intensificando-se os processos de concentração fundiária e o êxodo rural.

Assim, pode-se afirmar que a substituição das lavouras pelas pastagens, as trocas desiguais entre a agricultura e os demais setores (industrial, comercial e financeiro), a atração exercida pelos grandes centros urbanos, são os fatores responsáveis pelo esvaziamento do campo no Município de Martinópolis, atingindo profundamente os seus bairros rurais. Mais recentemente tem havido a expansão das lavouras de cana-de-açúcar no norte do município, o que tem levado à intensificação das relações de produção eminentemente capitalista, convertendo muitos antigos pequenos proprietários de terras, arrendatários e parceiros em bóias-frias e implicado em grandes transformações nas relações econômicas e sociais das comunidades rurais.

O esvaziamento do campo resulta num novo padrão espacial na região. D'Incao (1975) evidencia que na medida em que essas transformações se processam, intensifica-se a mobilidade populacional e estabelecem-se novas relações de produção. A autora enfoca duas características preponderantes do quadro regional que se configuraram a partir do final dos anos 1960, quais sejam:

a economia rural da Alta Sorocabana se caracteriza pela predominância progressiva da pecuária extensiva sobre a agricultura, fato que sugeria a existência de um acentuado êxodo rural, responsável pelo engrossamento das populações urbanas; 2. a industrialização da região é incipiente, fato que permitia prever uma precária absorção, pela economia urbana, das populações que migravam para as cidades (D'INCAO, 1975, p. 17).

A substituição das lavouras por pastagens provocou grandes alterações nas relações de trabalho e na estrutura sócio-econômica da região. As cidades da Região de Presidente Prudente não tiveram condições de absorver o excedente populacional proveniente do campo, em razão da inexpressiva base industrial e do baixo dinamismo

econômico. Em consequência disso assistiram à progressiva expansão da pobreza urbana e ao esvaziamento das suas antigas funções.

Os agentes sociais que compunham a massa trabalhadora do campo, composta pelos pequenos proprietários, arrendatários e parceiros foram as principais vítimas da desestruturação produtiva. Parte significativa dos trabalhadores rurais, muitos dos quais antigos proprietários, arrendatários, meeiros e parceiros, deixaram de ser agentes diretos da produção, para se converterem apenas em mão-de-obra barata.

Muitos antigos pequenos proprietários que dispunham de capital, resultante da venda das suas terras, passaram a se dedicar a outras atividades na área urbana dos distritos, na sede do município de Martinópolis e em outras cidades (da região e fora dela).

Os trabalhadores rurais mais pobres que se dirigiram para as cidades da região se transformaram em mão-de-obra volante, ocupando os bairros periféricos. O deslocamento para a cidade provocou profundas mudanças na forma de viver dessa população. Assim, parte dos antigos trabalhadores rurais autônomos, converteu-se em trabalhadores volantes, com baixo padrão de vida e enfrentando muitas dificuldades para se reproduzirem socialmente.

3. Dinâmica da população e do uso da terra no Município de Martinópolis

O município de Martinópolis, no ano 2000, possuía uma população de 22.346 habitantes, sendo 17.975 residente na área urbana e 4.371 residente na área rural de acordo com a Sinopse Preliminar do Censo Demográfico do IBGE.

Ao longo da segunda metade do século XX, o município sofreu um esvaziamento populacional devido, em grande parte, a substituição das lavouras pelas pastagens.

No final da década de 1960 a estrutura produtiva já encontrava-se bastante alterada, já que as lavouras temporárias começaram a entrar em decadência desde o final dos anos 1950.

A expulsão do homem do campo é notada com intensidade em toda região. Martinópolis sofre um esvaziamento do campo, bem como de sua população total. Não somente do campo para a cidade, nota-se também um esvaziamento populacional da região, cuja população se desloca em direção aos maiores centros urbanos do Estado de São Paulo (ALEGRE, 1981/83). O êxodo rural é característica local e regional, entretanto, a cidade de Martinópolis não apresentou dinamismo suficiente para gerar empregos aos trabalhadores expulsos do campo.

A análise da dinâmica demográfica do Município de Martinópolis no período de 1940 a 2000, contribui para o entendimento

do processo de evolução da população urbana e de involução da população rural.

Verifica-se na Tabela 1 que houve uma significativa redução da população rural entre 1940 e 1996. Embora entre 1940 e 1950 tenha ocorrido significativa expansão da população rural em decorrência da expansão da fronteira agrícola e, entre 1996 e 2000 em virtude da implantação de dois assentamentos rurais no município.

TABELA 1 – POPULAÇÃO TOTAL, RURAL E URBANA DO MUNICÍPIO DE MARTINÓPOLIS - 1940-2000.

| Ano | Total | Rural | Urbana | Rural/ Total - % | Urbana/ Total - % |
|------|--------|--------|--------|---------------------|----------------------|
| 1940 | 23.180 | 20.938 | 2.242 | 90,3 | 9,7 |
| 1950 | 37.032 | 31.741 | 5.291 | 86,5 | 13,5 |
| 1960 | 25.996 | 19.037 | 6.959 | 75,3 | 24,7 |
| 1970 | 23.316 | 13.588 | 9.728 | 58,3 | 41,7 |
| 1980 | 19.660 | 7032 | 12.628 | 35,7 | 64,2 |
| 1991 | 19.673 | 4.487 | 15.186 | 22,8 | 77,2 |
| 1996 | 21.361 | 4.006 | 17.336 | 18,8 | 81,1 |
| 2000 | 22.346 | 4.371 | 17.975 | 19,6 | 80,4 |

Fonte: F.I.B.G.E. Censos Demográficos dos anos de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000; Contagem Populacional de 1996.

A população total de Martinópolis no ano de 1940, era de 23.180 habitantes, dos quais 90,3% residiam na área rural. Em 1950, a população rural decresceu para 86,5% do total, decaindo em 1970 para 58,3%, em 1980 para 35,7% e em 1991, para 22,8%. Em 1996, apenas 18,8% da população total residia na zona rural. Em termos absolutos, houve redução de 79,1% da população rural do município entre 1940 e 2000

A população urbana inversamente apresenta um vertiginoso crescimento no período de 1940 e 1970, chegando a atingir 41,7% da população total do município. No ano de 1980 a população urbana perfazia 64,2% do total, em 1991, 77,2%, em 1996, 88,1% e no ano 2000, 80,4%.

Embora tenha havido grande redução da população rural e significativa ampliação da população urbana, a população total do município não apresentou grandes variações ao longo de todo o período 1940 a 2000. A população total do município no ano 2000 era menor do que nos anos de 1940, 1950, 1960 e 1970, o que denota o baixo dinamismo do município, o qual não reteve, sequer, o próprio crescimento vegetativo.

A redução da população rural do município deveu-se ao êxodo rural após os anos 1950 e a forte emigração dos jovens para as cidades maiores da região e do Estado de São Paulo em busca de melhores condições de vida e trabalho. Esta redução está associada à queda na produção agrícola, principalmente dos pequenos produtores.

Até o ano de 1970 a população rural de Martinópolis era superior à urbana, vindo a ser ultrapassada pela urbana a partir de 1980, com o encerramento dos ciclos agrícolas.

Portanto, observa-se uma inversão populacional na relação rural/urbano a partir da década de 1970 com a substituição das lavouras pelas pastagens e o êxodo rural. Comparando-se a população de 1960, entre rural e urbano verifica-se que 75,3% residiam na zona rural, enquanto que 24,7% residiam na zona urbana no ano em apreço (1960).

A partir desse momento o declínio da população rural é notado num ritmo bastante acelerado. Nos censo de 1970, 1980 e 1991, a população rural decaiu de 75,3% do total em 1960 para 19,6% do total em 2000, enquanto que a população urbana que era 24,7% da população geral do município em 1960, passa para 80,4% em 2000.

O município apresentou um esvaziamento populacional durante as cinco últimas décadas, intensificando-se, principalmente, no período do final dos anos 1970 até a década de 1990. Esse esvaziamento populacional é uma característica que se nota em toda a região (ALEGRE, 1981/83), pois, a substituição das culturas, a alteração nas formas de produzir e o baixo índice de atratividade oferecido pelas pequenas cidades favoreceram o êxodo da população regional, fazendo-se com que parte da população se deslocasse para centros maiores.

A ampliação de 13,6% no efetivo populacional de Martinópolis entre os anos de 1991 e 2000 deveu-se, em parte, a implantação de assentamentos rurais e de uma penitenciária no município⁴.

Verifica-se na Tabela 02 a utilização das terras nos estabelecimentos rurais do município de Martinópolis, entre 1960 e 1996.

Houve uma queda significativa da área ocupada pelas lavouras e um expressivo aumento na área ocupada pelas pastagens ao longo de todo o período, ou seja, houve a substituição sistemática de lavouras por pastagens, e, em consequência, do homem pelo boi.

No ano de 1960 as lavouras ocupavam 32,5% da área total dos estabelecimentos rurais do município de Martinópolis, enquanto que as pastagens ocupavam 51,4%.

Comparando-se os dados dos Censos de 1960 e 1970, detecta-se a maior queda na área ocupada com lavouras e a maior expansão da área ocupada com pastagens. Portanto, a substituição da base econômica agrícola pela pecuária se acelera durante esses anos, consolidando-se posteriormente.

⁴ De acordo com os dados obtidos no Escritório do INCRA de Martinópolis, no ano 2000 o Município possuía 151 famílias assentadas. A população carcerária de Martinópolis no mesmo ano (2000) era de 792 presos de acordo com os dados fornecidos pelos dirigentes da Penitenciária instalada no município na segunda metade dos anos 1990. De acordo com os técnicos da Agência do IBGE de Presidente Prudente, a população carcerária que cumpre pena é contabilizada como pertencente ao município em que se localiza o presídio.

TABELA 2 - UTILIZAÇÃO DAS TERRAS NOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS DO MUNICÍPIO DE MARTINÓPOLIS EM HA (1960-1996)

| ANOS | 1960 | 1970 | 1975 | 1980 | 1985 | 1996 |
|----------------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| Área Total | 83.643 | 125.450 | 109.624 | 125.824 | 126.699 | 113.170 |
| Lavouras Permanentes | 1.587 | 588 | 690 | 1.686 | 973 | 1.223 |
| Lavouras Temporárias | 25.630 | 16.408 | 10.702 | 15.674 | 17.355 | 12.048 |
| LAVOURAS – TOTAL | 27.217 | 16.996 | 11.392 | 17.360 | 18.328 | 13.271 |
| Lavouras Temporárias em Descanso | - | - | 147 | 117 | 256 | 673 |
| Pastagens Naturais | 13.951 | 27.838 | 18.186 | 6.473 | 3.213 | 6.245 |
| Pastagens Plantadas | 29.020 | 69.720 | 70.881 | 89.482 | 94.078 | 82.545 |
| Matas e Florestas Naturais | 8.964 | 4.868 | 5.829 | 8.052 | 7.039 | 7.372 |
| PASTAGENS – TOTAL | 42.971 | 97.558 | 89.067 | 95.955 | 97.291 | 88.790 |
| Matas e Florestas Plantadas | 434 | 642 | 413 | 698 | 502 | 532 |
| Produtivas não Utilizadas | 863 | 4.668 | 651 | 294 | 216 | 82 |

Fonte: FIBGE – Censo Agrícola 1960; Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1996

Em 1996 a área ocupada por pastagens plantadas representava 72,9% da área total dos estabelecimentos agropecuários do município. Entretanto, somando-se pastagens plantadas e pastagens naturais a área ocupada era de 78,5% do total, ou seja, 88.790 hectares de um total de 113.170 hectares eram ocupados por pastagens. Inverso a isso, as lavouras permanentes, temporárias e as temporárias em descanso ocupavam apenas 12,3 % da área total do município no ano de 1996, somando 13.944 hectares.

4. Os bairros rurais de Martinópolis

Os bairros rurais de Martinópolis se constituem na referência espacial desse texto. Esses bairros mesmo inseridos num novo modelo hierárquico dependente das relações que se dão em outras escalas, tanto próximas como distantes, fazem parte de um conjunto que obedece às regras do capital, as normas de inserção ou não ao mercado.

Assim, para que se conheça a formação, a configuração e as estruturas dos espaços locais na atualidade, é necessário se considerar a sua história. É nessa trajetória que se dá a afirmação da identidade, o reconhecimento do grupo, a junção cotidiana de um conjunto de elementos que se forma nas relações locais, no cotidiano, a fim de manterem seus laços de sobrevivência e permanência.

Santos (1996) ressalta que

é assim que nos é dado, a um só tempo, refazer a história, à medida que somos levados a olhar para o passado, segundo um critério coerente, mas sobretudo também nos permite descobrir a

tendência, isto é, volver-nos para o futuro e tentarmos imaginar o que se vai passar (SANTOS, 1996, p. 84).

Com a internacionalização do capital e a globalização, os lugares passaram a apresentar novas características, sendo necessário o entendimento do que é a vida nas diversas regiões e nos diversos lugares. Esse entendimento para Santos (1996) apresenta um enfoque mais complexo do que a empiricidade dos lugares, mas uma visão das relações que surgem ou que podem ser propostas no âmbito local entre o que era estabelecido e o que se estabelece como no jogo das relações, um conjunto que engloba diversas escalas, quer sejam elas na esfera político-administrativa econômica, social e cultural - de produção, administração, valores, inserção, sobrevivência, afirmação e identidade:

para isso concorrerão à história do lugar, as condições existentes no momento da internalização (quando o que é externo a uma área se torna interno) e o jogo de relações que se estabelecerá entre o que chega e o que preexiste. É esse conjunto de coisas que fará com que um mesmo processo de escala mundial tenha resultados distintos, particulares, segundo os lugares. Num estudo regional se deve tentar detalhar sua composição enquanto organização social, política, econômica e cultural, abordando-lhe os fatos concretos, (...) levando em conta o preexistente e o novo, para captar o elenco de causas e conseqüências do fenômeno (SANTOS, 1996, p. 47-48).

A análise da ordenação político-administrativa do Município de Martinópolis permitiu que fossem contextualizados os bairros rurais. Apesar do estrangulamento de todo o seu arcabouço de vida, esses têm, a duras penas, resistido às mudanças sociais, econômicas, políticas, espaciais e culturais durante as quatro últimas décadas do século XX e início do XXI. Para Coelho (1999), a forma com que o capital mina os meios de produção, transformando-os segundo as suas necessidades, influi diretamente nos grupos sociais, alterando por completo suas formas de se articularem como sociedade, desarticulando tanto seu modo de produzir como seu modo de viver.

(...) o propósito de explorar e apreender as potencialidades de grupos rurais nas suas várias formas de resistência encontra neste universo dois campos concretos de orientação: o primeiro diz respeito à ameaça de despojamento das formas tradicionais de sua existência. O outro, às alternativas de sobrevivência e permanência na terra. Produtos de avanço do capitalismo no campo,

ambos refletem dois processos simultâneos, ou seja, o de desarticulação cultural e expropriação. (COELHO, 1999, p. 7).

Queiroz (1973 e 1975) e Cândido (2000) consideram os bairros rurais como unidades fundamentais para as caracterizações sociais e produtivas. Principalmente em regiões do Estado de São Paulo, essa categoria, ao longo do século passado, promoveu o povoamento, a evolução e o desenvolvimento de diversas regiões, assim como foi responsável pela concretização da rede urbana e da força de trabalho, como do processo de acumulação e reprodução do capital que propiciou o quadro atual de industrialização e urbanização. Segundo Cândido (2000) o modo de vida rural é o que deu origem aos modos de vida urbanos atuais, principalmente na maioria das cidades do Estado. A alimentação, a linguagem, os costumes e seus modos de organização e produção forneceram componentes básicos para a formação da economia paulista e seu desenvolvimento.

Diante disso, Lefebvre (1986) afirma que em muitos lugares os bairros rurais desenvolveram-se, firmaram-se e se dissolveram, enquanto que em outros, eles se constituíram em representações de grande força para o desenvolvimento local.

Os bairros rurais são lugares caracterizados essencialmente pelo modo de vida rural (CÂNDIDO, 1964 e LEFEBVRE, 1986), no que se refere às tradições, valores, relações de vizinhança e solidariedade, ou seja, são marcados pela forma específica de sociabilidade. Existe uma cultura particular, própria. Portanto, os lugares se especificam, alterando suas estruturas e funcionalidades (SANTOS, 1997). Nesse sentido pode-se caracterizar os distritos rurais de Martinópolis e o seu entorno como componentes fundamentais para a estruturação produtiva do município, assim como a representação de força econômica-política e social para a configuração e organização atual.

Guachos e Teçaindá, - caracterizados como vilas pelo IBGE, (1996), e Vila Martins, Vila Santa Luzia, Vila dos Bandeirantes e outros bairros do município - que neste enfoque são caracterizados "como bairros de modo de vida rural" (SOUZA, 2000), são objetos de estudo importantes e que permitem a análise da nova configuração das estruturas dos bairros rurais atuais e o que representam como forças produtivas para regiões estagnadas pela dificuldade de se inserirem nos contextos produtivo e de mercado.

Ao pretender-se a caracterização dos bairros rurais do Município de Martinópolis, deu-se maior enfoque a Guachos e Teçaindá, por estes constituírem-se politicamente como distritos, ou seja, instância de poder político, administrativo e social. São nessas áreas que se dão no âmbito municipal, o foco de interesses rurais, onde se centralizam as comunidades, as relações das vilas com a cidade, as comemorações, as esferas públicas de serviço e poder, assim como o local de encontro da população.

No Distrito de Teçaindá predominam os pequenos proprietários rurais - oriundos de outras regiões do Estado de São Paulo e do Estado do Rio de Janeiro - descendentes de europeus, principalmente italianos, espanhóis, alemães e portugueses, enquanto que em Guachos, predominam os trabalhadores oriundos de correntes migratórias nordestinas, mais empobrecidos e convertidos recentemente em bóias-frias, cortadores de cana-de-açúcar.

Com a diminuição da área cultivada com lavouras, os dois distritos perderam muitos habitantes ao longo das quatro últimas décadas. Entretanto, em Teçaindá a evasão foi ainda maior. No Censo de 1960, o distrito possuía 8.201 habitantes, reduzindo-se para 1.609 no Censo Demográfico de 2000.

Analisando a tabela 3, verifica-se a evasão populacional dos distritos de Guachos e de Teçaindá, assim como o aumento da população residente no núcleo urbano em detrimento dos residentes no campo. Esse processo tem acompanhado a estagnação do modelo agrícola que outrora fizera desses bairros locais de destaque no cenário agrícola municipal. As bases econômicas estruturadas na agropecuária, principalmente na produção agrícola, foram sendo enfraquecidas pelo modelo estabelecido pelo Estado e dinamizado pelo capital industrial e financeiro. Nota-se que na medida em que decaem os índices populacionais e se percebe um direcionamento da população rumo a cidade, verifica-se também uma profunda mudança nas relações produtivas e o abandono das formas tradicionais de vida em busca de outras alternativas de sobrevivência no espaço urbano.

TABELA 3 - POPULAÇÃO TOTAL, RURAL E URBANA DOS DISTRITOS DE GUACHOS E TEÇAINDÁ - MARTINÓPOLIS - 1960-2000

| População residente (Hab.) | | 1960 | 1970 | 1980 | 1991 | 1996 | 2000 |
|----------------------------|--------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| Guachos | Rural | - | 1.659 | 417 | 270 | 235 | 233 |
| | Urbano | - | 350 | 739 | 881 | 885 | 971 |
| | Total | 1.913 | 1.909 | 1.156 | 1.151 | 1.120 | 1.184 |
| Teçaindá | Rural | - | 5.614 | 2.912 | 1.534 | 856 | 1.054 |
| | Urbano | - | 355 | 350 | 491 | 753 | 689 |
| | Total | 8.201 | 5.669 | 3.262 | 2.025 | 1.609 | 1.743 |

Fonte: F.I.B.G.E. Censos Demográficos de 1960, 1970, 1980, 1990 e 2000; Contagem Populacional de 1996

A redução da população não reflete apenas o esvaziamento do local, mas contribui para intensificar as mudanças na organização da produção no bairro rural. A perda da importância das lavouras e a não constituição de outros segmentos produtivos que pudessem dinamizar a economia local forçaram a população a deixar o campo, a abandonar suas atividades e partir para outras áreas para se reproduzirem socialmente. A migração para outras regiões do Estado de São Paulo e/ou para a cidade de Martinópolis se deu em virtude da queda da demanda de mão-de-obra no campo e da falta de perspectivas e de

condições dos pequenos proprietários e arrendatários para se capitalizarem e se inserirem no mercado.

O processo de esvaziamento foi contínuo, embora em menor proporção na atualidade do que no passado. Grande parte da população que deixou os distritos não se deslocou para a cidade de Martinópolis. Somente aqueles que dispunham de melhores condições financeiras procuraram se estabelecer na cidade.

No decorrer desse processo, os que não dispunham de condições financeiras procuraram regiões mais dinâmicas do Estado de São Paulo, sendo que desta forma confirma-se a constatação de Santos (1997) de que as pessoas com melhores condições econômicas podem permanecer nas pequenas cidades e comunidades e se deslocarem até as cidades maiores para realizarem compras e terem acesso a certos serviços. Os mais pobres, por sua vez, deslocam-se de maneira permanente para as cidades maiores em busca de melhores condições de vida.

Mesmo tendo sofrido um grande esvaziamento populacional, algumas comunidades do distrito de Teçaindã apresentam fortes resistências, conservando boa parte das relações típicas dos bairros rurais. Quanto a Guachos, onde o esvaziamento foi menor - de 1913 habitantes em 1960, para 1184 em 1996 e 1120 em 2000 (IBGE) -, as características de resistência também são percebidas, mas com menos intensidade.

Em Teçaindã, embora a população tenha decaído de 8201 habitantes em 1960 para 1609 habitantes em 2000 (FIBGE), as relações de resistência quanto a propriedade da terra e as tradições culturais como festas, quermesses, missas, feriados religiosos estão presentes. Cabe destacar que mesmo com o grande esvaziamento populacional no distrito, esse mantém, há décadas, uma articulação política importante no município, visto que a cada pleito eleitoral três ou quatro candidatos do distrito são eleitos para a câmara de vereadores.

No enfoque dado a este trabalho, as condições gerais de funcionamento das relações cidade-campo, hoje intensamente modificadas, ligam estas comunidades a um espaço global (SANTOS, 1994). Para Santos (1994), o próprio espaço configura-se no conjunto das dinâmicas que o produz e reproduz intensamente, e geograficamente este aparece como objeto básico de estudo, no qual a sociedade é o fator determinante para suas alterações. A importância do lugar como fonte de vida da sociedade local é enfatizada preservando-se, portanto, as suas raízes.

Os limites territoriais podem até apresentar pouca transformação, mas a própria formação espacial, suas relações de produção, estratos sociais e as intermediações ente si são outras.

Para Santos (1997), as relações que se dão no espaço geográfico estão relacionadas com o desenvolvimento das técnicas de produção, das necessidades de adaptabilidade das sociedades em seus territórios, e isso, conseqüentemente, advém de um processo histórico

das relações sociais. Essas relações que se manifestam no âmbito social dão a formação do espaço contraditório, ao mesmo tempo em que se contrapõem, se intensificam os laços de dependência tornando-os mais fortes.

5. Considerações Finais

As dificuldades enfrentadas pelos bairros rurais derivam da desestruturação e da baixa renda gerada pelas atividades agrícolas. Assim, uma parcela da população dos bairros rurais que ainda detém a propriedade ou o acesso a terra por meio do arrendamento, não tem conseguido obter rentabilidade que proporcione o progresso econômico e social e a outra parcela que possui como única alternativa de sobrevivência a venda da própria força de trabalho, não tem conseguido se inserir no mercado de trabalho, tanto urbano quanto rural, sendo obrigada a se deslocar para outras áreas.

Os bairros rurais de Martinópolis, formados a partir das correntes migratórias e, posteriormente, dinamizados pelos ciclos de produção agrícola, hoje passam pela territorialização dos latifúndios, das pastagens e assistem a expansão da cana-de-açúcar.

As mudanças nas formas de uso do espaço rural têm provocado intensas alterações nas relações econômicas, sociais, políticas e culturais estabelecidas nos bairros rurais. Assim, torna-se relevante estudar a dinâmica da produção do espaço no intuito de propor estratégias que propiciem a sustentação e a manutenção dos bairros rurais, no intuito de que a população residente nesses bairros consiga viver com mais dignidade nas suas próprias comunidades, sem necessitar migrar para outros locais em busca de alternativas de sobrevivência.

Os bairros rurais de Martinópolis foram apresentados nesse texto, como grupos de pessoas com sociabilidade e características que lhes são próprias. Embora tais comunidades sejam expropriadas pelo capital, elas passam a se articular e a encontrar estratégias que garantam a sua existência.

Os processos de adaptação e de resistência dessas comunidades ou bairros rurais, podem e devem ser compreendidos por meio da análise das relações sociais, políticas, econômicas e culturais estabelecidas no âmbito das comunidades e de cada uma delas com o seu entorno e com áreas mais longínquas.

6. Bibliografia

ABREU, Dióres Santos. **Formação histórica de uma cidade pioneira paulista**. Presidente Prudente: Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, 1972.

- ALEGRE, Marcos. Alta Sorocabana: população. **Caderno Prudentino de Geografia**. Pres. Prudente, AGB, n.01-05, 1981/83. p.136-144.
- BORDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 4.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- BRASIL - FIBGE. **Censos Agropecuários**. São Paulo: IBGE, 1970, 1975, 1980, 1985 e 1996.
- BRASIL - FIBGE. **Censos Demográficos**. São Paulo: IBGE, 1940, 1950, 1960, 1970, 1980 e 1991.
- BRASIL - FIBGE. **Contagem da população**. São Paulo: IBGE, 1996.
- CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**. 9.ed. São Paulo: Editora 34, Livraria Duas Cidades, 2001.
- D'INCAO, Maria Conceição. **O Bóia-Fria na Alta Sorocabana**. São Paulo: Vozes, 1975.
- DURHAM, Eunice R. **A Caminho da Cidade: a vida rural e a migração para São Paulo**. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- COELHO, Marília. **Memória, Identidade e Resistência Cultural**. Tese de Doutorado, Unesp, Araraquara, 1999.
- GONÇALVES, José S. & GONÇALVES, Carlos D. Da aldeia rural à aldeia global: uma reflexão sobre a relação entre avanço da comunicação e o desenvolvimento capitalista. In: **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, 42(2), 1995. p.17-25.
- GRAZIANO DA SILVA, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2.ed. rev. Campinas: Unicamp/IE, 1998.
- HESPANHOL, A. Nivaldo. A Atuação do Estado no Processo de Desenvolvimento Brasileiro. In: MENEGUETE JUNIOR, Messias; ALVES, Neri (Orgs.). **FCT 40 anos, perfil científico-educacional**, Presidente Prudente: UNESP/FCT, 1999, p.21-41.
- HESPANHOL, Rosângela Ap. de M. **Produção familiar: Perspectiva de análise e inserção na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente – SP**. Rio Claro, 2000. 354 p. Tese (Doutorado em geografia) – Instituto de Geociências Exatas/UNESP, Rio Claro, 2000.
- FIBGE. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agrícola de 1960**. Rio de Janeiro: FIBGE, 1960
- FIBGE. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro: FIBGE, 2000.
- FIBGE. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Contagem Populacional de 1996**. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

- LEFEBVRE, Henri. Problemas de Sociologia Rural. In: MARTINS, J. de Souza. **Introdução e Crítica a Sociologia Rural**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1986. p.144-162.
- LEFEBVRE, Henri. Perspectivas da Sociologia Rural. In: MARTINS, J. de Souza. **Introdução e Crítica a Sociologia Rural**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1986. p.163-178
- LEITE, José Ferrari. **A alta Sorocabana e o Espaço Polarizado de Presidente Prudente**. Presidente Prudente: FFCL, 1972.
- LINHARES, Maria Yedda; SILVA, F.C. Teixeira. O debate sobre as estruturas sócio-econômicas do Brasil nas décadas de 1950 a 1970. In: **História da Agricultura Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1981. p.37-72.
- MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec/Polis, 1984.
- QUEIROZ, Maria Isaura P. de. **Bairros rurais paulistas: dinâmica das relações Bairro rural-cidade**. São Paulo: Duas Cidades, 1973.
- QUEIROZ, Maria Isaura P. de. Cultura, sociedade rural e urbana no Brasil. In: QUEDA, Oriovaldo; SZMRECSÁNYI, Tamás. **Vida rural e mudança social**. São Paulo: CEN, 1975.
- QUEIROZ, Maria Isaura P. De. Dialética do Urbano e do rural no Brasil. In: **Cultura, Sociologia Rural, Sociologia Urbana no Brasil**. São Paulo: CEN, 1975. p.263-311.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e espaço, razão e emoção**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1997.
- SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SORJ, Bernardo. **Estado e Classes Sociais na Agricultura brasileira**. 2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1980.
- SOUZA, Paulo César. **A estruturação agropecuária do Município de Martinópolis/SP: os casos dos distritos de Guachos e de Teçaindá**. Presidente Prudente, FCT/Unesp, 2000. (Monografia de Bacharelado)

A DINÂMICA DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE – SP⁵

Eliás Oliveira Noronha⁶

Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol⁷

Resumo: As unidades produtivas organizadas com base na mão de obra familiar sempre tiveram uma significativa importância social e econômica no país. Nesse contexto, o presente artigo tem como objetivo principal, analisar a dinâmica destas unidades no Distrito de Montalvão localizado no Município de Presidente Prudente. Para tanto, fez-se necessário, além do levantamento bibliográfico referente à produção familiar e ao processo de ocupação e formação sócio-econômica do Município de Presidente Prudente, a coleta de dados de fonte secundária junto ao Censo Agropecuário da FIBGE de 1995/96 e, de fonte primária, através da elaboração e aplicação de questionário junto aos produtores familiares da referida área de estudo.

Palavras-chave: produção familiar, Município de Presidente Prudente, pluriatividade.

THE DYNAMIC OF FAMILY AGRICULTURE IN THE COUNTY PRESIDENTE PRUDENTE - SP

Abstract: The productive units organized with support in the family labor ever have one significant importance social and economical in the country. The present article had a central objective to analyse the dynamic this units of Montalvão District, in the county of Presidente Prudente. For so much, it was done necessary, besides bibliographical rising referring to family production the and occupation process and formation social and economical from the Presidente Prudente county, the collects of data of primary and secondary source peet next to Agricultural Census of FIBGE in the 1995/96 and, the primary sources, through of elaboration and application of questionnaire next on family producers in referred study area.

⁵ Pesquisa de Iniciação Científica, com o apoio financeiro do Programa PIBIC/CNPq/Unesp, período de março à julho de 2002

⁶ Aluno do 2º Ano do Curso de Graduação em Geografia da FCT – Unesp, Campus de Presidente Prudente-SP. Membro do GEDRA – Grupo de Estudos Dinâmica Regional e Agropecuária - End. Rua Roberto Simonsen, 305. Centro Educacional. CEP: 19 060-900, Caixa Postal: 467. Presidente Prudente/SP. E-mail: eliasoliveiranoronha@bol.com.br

⁷ Docente dos Cursos de Graduação e de Pós Graduação em Geografia da FCT-UNESP, Campus de Presidente Prudente-SP. Coordenadora do GEDRA – Grupo de Estudos Dinâmica Regional e Agropecuária. End. Rua Roberto Simonsen, 305. Centro Educacional. CEP: 19060-900, Caixa Postal: 467. Presidente Prudente/SP. E-mail: hespanhol@stetnet.com.br

Key- Words: family production, County of Presidente Prudente, pluriactivity.

INTRODUÇÃO

No âmbito da questão agrária, as unidades produtivas organizadas com base na mão de obra da família, sempre tiveram uma significativa importância, seja em termos econômicos como sociais.

Nesse contexto, o presente artigo tem como objetivo principal, analisar a dinâmica das unidades produtivas familiares no Distrito de Montalvão, localizado no município de Presidente Prudente, no período que se estende entre a década de 1970 e o início do ano 2002.

Para tanto, a metodologia utilizada para atingir o objetivo proposto, baseou-se nas seguintes etapas: a) levantamento bibliográfico referente ao desenvolvimento da agricultura brasileira no período recente e da ocupação e formação sócio-econômica do município de Presidente Prudente; b) coleta e sistematização dos dados de fonte secundária realizada nos Censos Agropecuários da FIBGE, no período que se estende de 1970 à 1995/96; c) coleta de dados de fonte primária, através da elaboração e aplicação de questionário junto à Associação dos Trabalhadores Rurais do Distrito de Montalvão e a quarenta produtores familiares.

O presente artigo encontra-se estruturado em quatro partes, além desta introdução e das considerações finais.

Na primeira parte, procurou-se abordar o contexto da produção familiar no país, enfocando diversas visões acerca desta temática.

Na segunda parte, realizou-se um breve resgate histórico do processo de ocupação e formação sócio-econômica do município de Presidente Prudente.

Na terceira parte, desenvolveu-se uma análise referente à estrutura produtiva a partir dos dados de fonte secundária coletados nos Censos Agropecuário e Demográfico da FIBGE. E, por fim, na quarta e última parte, efetuou-se uma análise dos dados de fonte primária coletados durante a realização do trabalho de campo.

1. AGRICULTURA FAMILIAR: ALGUMAS CONCEITUAÇÕES

No âmbito da questão agrária, as unidades produtivas organizadas com base na mão de obra familiar, sempre tiveram uma significativa importância, seja em termos econômicos como sociais. Contudo,

As discussões acerca da importância e abrangência da produção familiar ganharam um novo impulso a partir da década de 1990, resultando tanto no reconhecimento da sua viabilidade econômica e social, como na atribuição de um papel estratégico na resolução de vários problemas que afetam a sociedade brasileira, tais como o desemprego, a fome, a violência urbana, a questão da moradia, etc. (HESPANHOL, 2000, p.9)

Diversas denominações já foram utilizadas para designar os produtores familiares. Anteriormente, eram denominados de pequenos produtores, camponeses, agricultores de subsistência, colonos, etc. E, "de forma geral, pode-se afirmar que o emprego dessas denominações era feito de maneira indistinta e imprecisa, sendo que por vezes, eram utilizadas como sinônimos" (HESPANHOL, 2000, p.9)

Acerca desse debate sobre a definição de agricultura familiar, Lamarche (1993, p.15) afirma que esta é "uma unidade de produção agrícola onde a propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família".

Guanzioli (2001, p.113) destaca que "o elemento-chave mais importante para definir os produtores familiares é produzir com base na mão de obra familiar".

Para Gasson e Errington (1993) apud Abramovay (1997) seis características básicas, definem a agricultura familiar:

- a gestão é feita pelos proprietários;
- os responsáveis pelo empreendimento estão ligados entre si por laços de parentesco;
- o trabalho é fundamentalmente familiar;
- o capital pertence à família;
- o patrimônio e os ativos são objetos de transferência intergeracional no interior da família;
- os membros da família vivem na unidade familiar.

Hespanhol (2000, p.94) nos lembra que:

O reconhecimento da importância da agricultura familiar no âmbito institucional ocorreu com a publicação do relatório da FAO/INCRA (1994), que muito contribuiu não apenas para a apreensão da diversidade dessas explorações, como também serviu de base para a elaboração de um dos principais programas direcionados para esse segmento produtivo, o PRONAF.

1.1 Estratégias e Alternativas da Agricultura Familiar

Paralelamente às transformações ocorridas no campo brasileiro a partir da década de 1960, o gradativo crescimento dos grandes centros urbanos trouxe também suas conseqüências para o cenário agrário nacional, no qual os pequenos produtores foram os mais afetados.

O crescimento desordenado dos grandes centros urbanos é uma das conseqüências desse processo modernizante pelo qual a agricultura brasileira passou nas últimas décadas.

Nesse sentido, uma das características essenciais dessas unidades produtivas é a busca de estratégias e alternativas de rendas desenvolvidas no interior da unidade familiar, as quais possibilita aos mesmos se manterem no campo frente ao intenso processo expropriador que vigora no espaço rural.

Como observam Brumer & Wanderley (1993, p.205), as "estratégias familiares são respostas dadas por cada família a fim de assegurar ao mesmo tempo a sua própria reprodução e a de sua exploração".

Acerca desse processo, destacam-se como estratégias familiares: a busca de rendas não agrícolas como o emprego urbano e/ou rural e a pluriatividade. Contudo, ao implementar essas estratégias, a estrutura produtiva familiar é afetada, pois grande parte das pessoas que passam a desenvolver essas atividades como forma de complementar a renda da família, são os filhos mais jovens que, na maioria das vezes, deixam a propriedade rural para trabalhar nas cidades.

1.2 Agricultura Familiar e Pluriatividade

Acerca desse cenário de mudanças no meio rural brasileiro, destaca-se a expansão das atividades não agrícolas. Pois, o crescente processo de industrialização e urbanização ocorrido intensamente na segunda metade do século XX,

(...) levou ao aparecimento de espaços que não são tipicamente rurais e também urbanos. Este novo espaço pode ser designado como periurbano exatamente porque representa uma situação intermediária ao rural e ao urbano e, sobretudo, porque nele aparece emergir um tipo próprio e característico de relação de trabalho que se baseia na pluriatividade das famílias de trabalhadores. (SCHNEIDER, 1999, p.169)

Schneider (1999, p.171) enfoca que "a pluriatividade ocorre através das múltiplas formas de trabalho, sobretudo com a combinação das atividades agrícolas com os empregos fora da propriedade rural".

Para Kageyama (1999, p.35) a "pluriatividade é a combinação de atividades agrícolas com atividades em outros setores da economia".

Graziano da Silva (1999) observa que o espaço rural ganhou outras funções e características, nas quais um novo ator social se configura, as famílias pluriativas. Para o referido autor, estas famílias têm como principal característica a diversificação e a combinação de atividades agrícolas e não agrícolas, realizadas dentro ou fora de seu estabelecimento familiar. Isso porque,

A pluriatividade potencializa essa diversidade social e espacial, pois ela é um dos principais atributos dos espaços periurbanos porque cria uma estrutura social e econômica que permite ao habitante deste espaço manter um pé no campo e outro na cidade. (SCHNEIDER, 1999, p.171)

A diversificação das fontes de renda e a combinação de atividades agrícolas e não agrícolas, tem possibilitado à população do meio rural, elevar seu poder aquisitivo, "passando a demandar uma variada gama de bens de consumo" (SCHNEIDER, 1999, p.174).

Para o referido autor, outra característica bem presente nas unidades produtivas que buscam essas estratégias é o vínculo direto com a cidade e a busca do estilo de consumo e de vida urbanos.

Dentre as principais mudanças ocorridas a partir da introdução dessas múltiplas fontes de renda, destacam-se:

- a maior utilização de insumos e equipamentos agrícolas;
- o crescimento dos empregos e serviços não agrícolas
- o crescimento de atividades emergentes, como a criação de animais exóticos e plantas ornamentais;
- e, o uso da aposentadoria rural como fonte complementar de renda.

2. LOCALIZAÇÃO E PROCESSO DE OCUPAÇÃO E FORMAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE-SP

2.1 Localização

O município de Presidente Prudente está localizado no sudoeste do Estado de São Paulo, abrangendo uma área de 55.400 ha (Figura 1). Distanciando aproximadamente 560 Km da capital paulista, o município está situado em média a 460 m de altitude, entre as coordenadas 22° 07' de latitude sul e 51° 23' de longitude oeste. Ao sul do município localizam-se os municípios de Pirapozinho e Anhumas; a leste, Caiabu, Martinópolis e Regente Feijó; a oeste, Santo Expedito, Alfredo Marcondes e Álvares Machado; e, ao norte, Flórida Paulista e Flora Rica.

Figura 1- Localização do Município de Presidente Prudente na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente - SP



Localizada em uma região de topografia simples e de ondulações suaves, a Microrregião Geográfica de Presidente Prudente, também denominada de Alta Sorocabana, devido à presença da Estrada de Ferro Sorocabana, construída no início do século passado, situa-se, segundo Leite (1972), em solos resultantes da decomposição do arenito mezozóico, os quais, "perdem, poucos anos após a retirada da vegetação original, boa parte de sua fertilidade" (LEITE, 1972, p. 23).

Nas proximidades do limite do território municipal, estão localizados dois importantes rios regionais: ao sul, o Rio Santo Anastácio, e ao norte o Rio do Peixe, ambos direcionados ao Rio Paraná.

Segundo Leite (1972, p. 23) a distribuição de culturas variadas é comum e estão de uma forma fortemente ligada às condições climáticas da região e também à distribuição de chuvas, apresentando-se como "uma região de relativas conturbações climáticas, sofrendo rápidas variações de influências quanto às massas de ar dominantes".

2.2 Formação histórica e sócio-econômica do município de Presidente Prudente

A formação histórica do município de Presidente Prudente está intrinsecamente relacionada com a ocupação do sudoeste paulista, iniciada em meados da segunda metade do século XIX. Dentre os fatores que podem ser destacados como fundamentais para esta ocupação estão a construção da Estrada de Ferro Sorocabana no início do século XX e a expansão da cultura do café para esta região.

O fator fundamental para o desenvolvimento da cultura cafeeira e a ocupação do oeste paulista foi a construção das estradas de ferro, com destaque para a Sorocabana, possibilitando desta forma o

escoamento do café até o Porto de Santos. "A ferrovia (...) favoreceu a penetração, os loteamentos, a ocupação e o aproveitamento do solo. Ao longo das ferrovias multiplicaram-se os núcleos urbanos". (ABREU, 1972, p.38)

A Estrada de Ferro Sorocabana foi inaugurada em Presidente Prudente em 19 de janeiro de 1919, o que propiciou, além da procura e valorização dos solos, intensas transformações no espaço até então inexplorado. Dessa forma, iniciou-se na região, uma nova e próspera fase de desenvolvimento econômico, com a abertura de vários estabelecimentos comerciais e de vias de acesso.

A cidade de Presidente Prudente nasceu da união de dois núcleos urbanos construídos no início do século XX com a finalidade de "ampararem as vendas de terras feitas pelo Coronel Francisco de Paula Goulart e Coronel José Soares Marcondes, que foram os responsáveis por sua fundação e sistemática colonização, respectivamente" (ABREU, 1972, p.45).

Como ressalta Leite (1972, p.154), tanto o Coronel Marcondes como o Coronel Goulart,

(...) cuidaram justamente da fixação do colono comprador de suas terras (...) a rivalidade que fatalmente acabou surgindo entre a Vila Goulart e a Vila Marcondes tornou-se benéfica ao povoado. Cada uma delas procurava oferecer melhores serviços para atrair moradores.

Tanto a Vila Goulart como a Vila Marcondes promoveram o povoamento e fixação de colonos urbanos e rurais por intermédio de loteamentos de pequenas e grandes áreas, sendo que enquanto a primeira desenvolveu-se por um empreendimento individual e sem planificação, a segunda processou-se de forma empresarial. No entanto, "ambos aproveitaram a maré alta dos negócios que a marcha do café pelos espigões proporcionava" (ABREU, 1972, p.80).

No tocante à formação sócio-econômica do município de Presidente Prudente, deve-se destacar que o café foi a primeira cultura introduzida comercialmente e, na década de 1930, constituía-se no principal produto cultivado em áreas da Alta Sorocabana. No entanto, em virtude da perda de fertilidade do solo e a falta de mercados consumidores devido à crise de 1929, o café teve uma intensa redução das áreas cultivadas. Nesse contexto, o que se viu foi um grande incentivo ao cultivo da lavoura do algodão ou a substituição dos cafezais pelas pastagens.

No entanto, em consequência do preço baixo e a concorrência direta com outras culturas e, principalmente, com a produção de fibras sintéticas, o algodão conheceu, a partir de 1953, bruscas quedas de produção (LEITE, 1972).

Com a redução das áreas destinadas ao plantio de café na década de 1940 e do algodão no início da década de 1950, incentivou-se

na região o plantio do amendoim. O "seu plantio foi incentivado, certamente pelas indústrias de extração do óleo de algodão, cujas prensas de moagem mantinham-se em período ocioso nas entre-safras deste produto" (LEITE, 1972, p.84).

Com a crescente redução na produção das lavouras em fins da década de 1940 em virtude da acentuada queda de fertilidade dos solos, os preços pouco compensadores aos produtores, os maiores gastos com insumos e a ausência de apoio político à produção agrícola, muitas áreas foram sendo substituídas pelas pastagens. Essa prática geralmente foi realizada por grandes fazendeiros que viam na criação bovina uma forma de aumentar suas riquezas.

O marco para o incentivo da engorda de bovinos na Alta Sorocabana e, em especial no município de Presidente Prudente, foi a instalação de frigoríficos em meados da década de 1950.

Com a gradual substituição das áreas destinadas às lavouras pelas pastagens, intensificada na década de 1950, verificou-se, na década de 1960, um crescente despovoamento das áreas rurais da região e, em especial, do município de Presidente Prudente. Assim, em 1970, a população rural do referido município representava 12,3% do total de habitantes. Contudo, em 1980, esse número decaiu para 5,3% do total; para 3,2% em 1991; e para 2,1% em 2000.

Em geral, o destino das pessoas que foram expulsas do campo foi dirigir-se para os grandes centros urbanos como São Paulo ou para outros estados da fronteira agrícola como Mato Grosso, Rondônia etc.

3. A ESTRUTURA PRODUTIVA DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE

Como vimos anteriormente, o município de Presidente Prudente nasceu da união ou mesmo da rivalidade existente entre dois núcleos urbanos criados para a fixação de colonos; a Vila Goulart e a Vila Marcondes. Nesse sentido, vale ressaltar que,

A estrutura agrária do município de Presidente Prudente, organizou-se não só em função da pequena propriedade resultante da política de venda de terras de Marcondes e Goulart, mas também em função de grandes latifúndios. (ABREU, 1972, p. 97)

Nesse contexto, a partir dos dados coletados nos Censos Agropecuários da FIBGE, verificou-se que em 1995/96, os estabelecimentos com área até 50 hectares correspondiam a 79,9% do número total, embora ocupassem apenas 29,7% da área total dos estabelecimentos. Com relação aos estabelecimentos com área entre 50 e 100 hectares detectou-se que estes correspondiam a 11,3% do número total de estabelecimentos. No que se refere à área ocupada

pelos mesmos, verificou-se que estes ocupavam 17,2% da área total dos estabelecimentos. Os estabelecimentos com área entre 100 e 500 hectares, constatou-se que os mesmos representavam 7,9% do número total de estabelecimentos e 29,5% da área total ocupada. Com relação aos estabelecimentos com área superior a 500 hectares, detectou-se que os mesmos correspondiam a 0,9% do total de estabelecimentos e 23,6% da área ocupada, demonstrando, dessa forma, uma acentuada concentração fundiária no município.

Esta significativa concentração da estrutura fundiária, condicionada historicamente no Município de Presidente Prudente, intensificou-se devido à consolidação da pecuária extensiva de corte como principal atividade agropecuária e a expansão da cana-de-açúcar.

Nesta perspectiva, vale ressaltar que a utilização das terras em Presidente Prudente está intrinsecamente relacionada com a principal atividade agropecuária desenvolvida no município, ou seja, a pecuária de corte.

Deste modo, a partir dos dados do Censo Agropecuário de 1995/96, verificou-se que 88,6% das terras utilizadas eram ocupadas com pastagens; 9,1% eram cultivadas com atividades de lavouras; 2,2% eram ocupadas com matas e florestas; e, 0,1% correspondiam a terras produtivas não utilizadas.

No tocante à produção agrícola, Leite (1981, p.82) ressalta que "a região sempre esteve pronta para responder, ao apelo da época". Vale destacar que "a instalação de uma indústria ligada a produção de tomates, no início dos anos 70, fez surgir inúmeras culturas tomateiras, antes sem nenhuma tradição nesse ramo agrícola" (LEITE, 1981, p.82).

Nesse sentido, a cultura do tomate rasteiro estimulou uma nova atividade agrícola na região de Presidente Prudente. Isso porque, propiciou aos pequenos e médios produtores uma expressiva renda. No entanto, com o fechamento da indústria no início da década de 1980, a área cultivada com essa lavoura foi gradualmente sendo reduzida no município.

Dentre as lavouras temporárias cultivadas no município em 1995/96, destacaram-se, em termos de área: a cultura da cana de açúcar (459 ha), o milho (843 ha) e a batata-doce (300 ha). Vale destacar que a expansão da cultura de batata-doce na década de 1990 deveu-se à freqüente busca de alternativas de renda pelos pequenos produtores para a substituição de outras culturas, como o algodão, o amendoim e o tomate rasteiro. O caráter produtivo e comercial atingido pela batata-doce se deve ao fato desta ser uma cultura que não necessita de altos custos de investimento para o seu cultivo.

No que se refere ao cultivo de lavouras permanentes, em 1995/96 destacaram-se, em termos de área cultivada: a cultura da manga (82 ha); da banana (17 ha); e, do café em coco (78 ha).

Com relação ao pessoal ocupado, verificou-se que a categoria dos responsáveis e membros não remunerados da família representou a principal forma de organização do trabalho no campo.

Desta forma, ressalte-se a importância das unidades produtivas familiares na produção agropecuária do município, isso porque, em 1995/96, 70,7% do pessoal ocupado em atividades rurais eram responsáveis e membros não remunerados da família; 23,3% eram empregados permanentes; 2,7% eram empregados temporários; 0,4% eram parceiros; e, 2,9% apresentavam-se em outra condição.

Vale ressaltar que historicamente o município sofreu uma acentuada diminuição do pessoal ocupado no campo. Um dos fatores que pode ser destacado para este fato é a substituição de áreas anteriormente destinadas às lavouras pelas pastagens, a qual "trouxe reflexos negativos para o município de Presidente Prudente, onde a atividade extensiva representou um fechamento sem precedentes no mercado de trabalho e nas ocupações do campo" (PAULINO, 1997, p.146)

4. CARACTERIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO DISTRITO DE MONTALVÃO

Para o desenvolvimento e consecução da pesquisa de campo foi delimitada como área de estudo, a porção rural do Distrito de Montalvão, localizado no norte do município de Presidente Prudente.

A escolha desta área de estudo, se deve ao fato de concentrar um grande número de pequenas e médias propriedades rurais, as quais desenvolvem, além das atividades agropecuárias - sobretudo, horticultura, fruticultura e pecuária de corte e leite - atividades não agrícolas, como forma de complementar a renda da família.

A partir da escolha da área de realização da pesquisa de campo, procedeu-se à definição do número de propriedades a serem visitadas. Nesse sentido, foram aplicados 40 questionários, sendo que para a escolha das propriedades a serem visitadas foram considerados dois critérios:

- as propriedades deveriam ter área inferior a 100 hectares;
- a mão-de-obra utilizada deveria ser essencialmente familiar.

A tabela 1 apresenta os dados referentes ao tamanho das propriedades visitadas.

Tabela 1 : Tamanho das propriedades

| Tamanho das propriedades | Nº propriedades | % |
|--------------------------|-----------------|--------------|
| menores de 9,9 ha | 11 | 27,5 |
| entre 10 – 19,9 ha | 14 | 35,0 |
| entre 20 – 29,9 ha | 9 | 22,5 |
| entre 30 – 39,9 ha | 2 | 5,0 |
| entre 40 – 49,9 ha | 2 | 5,0 |
| acima de 50 ha | 2 | 5,0 |
| Total | 40 | 100,0 |

Fonte: Trabalho de Campo (Maio 2002)

Ao analisar a tabela 1, verifica-se que: 27,5% das propriedades familiares possuem menos de 9,9 hectares; as que possuem entre 10 e 19,9 hectares representam cerca de 35,0% do total; as propriedades que possuem entre 20 e 29,9 hectares equivalem a 22,5% do total; e as propriedades acima de 30 hectares representam apenas 15,0% do total de propriedades visitadas no Distrito de Montalvão.

4.1 Perfil dos responsáveis pelas unidades produtivas

Para se caracterizar o perfil dos responsáveis pelas unidades familiares abordadas, considerou-se os seguintes elementos: idade, situação civil, número de filhos e grau de escolaridade.

Com relação à idade dos responsáveis, verificou-se que 12,5% possuem idade entre 30 e 40 anos; 5,0% entre 41 e 50 anos; 30,0% entre 51 e 60 anos; e, 52,5% têm acima de 61 anos. Esta expressividade do número relativo de responsáveis acima de 61 anos, fica ainda mais evidente ao relacionarmos com o número de aposentados presentes na área de estudo, os quais representam 55,0% do total.

No que se refere à situação civil dos produtores, detectou-se que 80,0% são casados; 12,5% são solteiros; e 7,5% são viúvos, constituindo-se, na maioria das vezes, por pessoas que vivem com irmãos e/ou filhos e não querem deixar a área rural. Dessa forma, fica evidente a expressiva presença da família nessas propriedades, já que 80,0% dos proprietários são casados.

Com relação ao número de filhos, constatou-se que a grande maioria dos produtores, ou seja, 37,5% possuem entre 2 e 3 filhos. Outro aspecto referente ao número de filhos que se destacou é o expressivo número de famílias que não possuem filhos, que representam 17,5% do total. Na maioria das vezes, estes últimos caracterizam-se por serem solteiros, sendo que vivem desde a infância na propriedade e, com o falecimento dos pais ou a idade avançada destes, herdaram parte da propriedade.

No tocante ao grau de escolaridade, verificou-se que 50,0% do total possuem o ensino fundamental incompleto. Em segundo lugar, aparecem com 22,5% os agricultores que possuem o ensino fundamental completo e, em terceiro, com 15,0% estão os analfabetos. O baixo índice de produtores que concluíram o ensino fundamental deve-se principalmente à dificuldade de freqüentar as escolas rurais – quando existiam – devido à necessidade de ajudarem os pais nas tarefas realizadas cotidianamente na propriedade.

4.2 Atividades desenvolvidas e formas de obtenção de renda nas propriedades

Em termos de atividades desenvolvidas e geração de renda nas propriedades visitadas, a tabela 2 apresenta os dados coletados e sistematizados.

TABELA 2: PRINCIPAIS COMPOSIÇÕES DE RENDA REALIZADAS PELAS FAMÍLIAS

| Atividades | Nº entrevistados | % |
|---------------|------------------|--------------|
| Agropecuárias | 27 | 67,5 |
| Não Agrícolas | 13 | 32,5 |
| Total | 40 | 100,0 |

Fonte: Trabalho de Campo (Maio 2002).

Conforme se verifica na tabela 2, o desenvolvimento das atividades agropecuárias se constitui na principal fonte de obtenção de renda em 67,5% das propriedades visitadas. Por sua vez, as propriedades familiares que encontram nas rendas não agrícolas, como a aposentadoria rural e trabalhos urbanos e/ou rural, sua principal fonte de obtenção de renda constituem-se em 32,5% do total de famílias.

4.2.1 Atividades Agropecuárias

As atividades agropecuárias sempre tiveram uma significativa importância na economia do município de Presidente Prudente.

De acordo com a tabela 3, do total de 27 famílias que encontram nas atividades agropecuárias sua principal fonte de obtenção de renda, 37,0% destas tem no cultivo de lavouras sua principal fonte de renda; 26,0% na horticultura; 22,2% na fruticultura e 14,8% na pecuária.

TABELA 3: ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS DESENVOLVIDAS NAS PROPRIEDADES

| Atividade | Nº entrevistados | % |
|--------------|------------------|--------------|
| Lavoura | 10 | 37,0 |
| Horticultura | 7 | 26,0 |
| Fruticultura | 6 | 22,2 |
| Pecuária | 4 | 14,8 |
| Total | 27 | 100,0 |

Fonte: Trabalho de Campo (Maio 2002).

4.2.1.1 Lavouras

Dentre os produtores que tem no desenvolvimento de atividades agropecuárias a principal fonte de renda, destacam-se aqueles que se dedicam ao cultivo de lavouras, que representam 37,0% do total.

Por sua vez, do total de 10 propriedades que apresentaram o cultivo de lavouras como principal atividade econômica, detectou-se

que 90,0% destas cultivam lavouras temporárias e apenas 10,0% lavouras permanentes.

Com relação às lavouras temporárias, vale destacar que 88,9% das propriedades cultivam batata-doce e apenas 11,1% mandioca. No que se refere à batata-doce, 87,5% dos produtores afirmaram que comercializam sua produção diretamente com a CEASA de São Paulo e do Rio de Janeiro. Por sua vez, a comercialização da mandioca é realizada diretamente em mercados e sacolões no próprio município de Presidente Prudente.

No tocante ao plantio das lavouras permanentes, o café foi a única cultura mencionada entre os agricultores abordados. Com relação à comercialização deste, verificou-se que esta é realizada diretamente com estabelecimentos comerciais de Presidente Prudente.

Do total de 10 propriedades familiares que apresentaram o cultivo de lavouras como a principal atividade econômica, observou-se que:

- 30,0% destas apresentaram proprietários que recebem a aposentadoria rural;
- 60,0% apresentaram também o cultivo comerciável de hortaliças e frutas;
- 30,0% têm membros da família desenvolvendo atividades remuneradas fora da propriedade familiar.

4.2.1.2 Horticultura

Do total de 27 propriedades que têm a agropecuária como principal atividade econômica, 26,0% destas dedicam-se exclusivamente ao cultivo de hortaliças. Dentre os principais produtos cultivados nestas propriedades, destacaram-se: repolho, pimentão verde e vermelho, pepino, berinjela, jiló, quiabo, vagem, alface, couve, brócolis, abobrinha, cebolinha e o rabanete.

Vale ressaltar que 57,1% do total de sete (7) famílias que desenvolvem a horticultura como principal atividade econômica, se utilizam de estufas para a produção de hortaliças.

Dentre os motivos apresentados pelos horticultores para o investimento e utilização de estufas destacam-se o maior controle sobre a infestação de pragas e a umidade, utilizando-se de aparelhos de gotejo e controle da insolação.

No que se refere à comercialização da produção hortícola, constatou-se, que 28,6% dos produtores vendem sua produção a feirantes de Presidente Prudente. Com esta mesma porcentagem, ou seja, 28,6% aparecem os produtores que vendem diretamente no CEASA ou nas feiras do município. A venda direta em estabelecimentos comerciais de Presidente Prudente aparece em apenas 14,2% dos horticultores. Por sua vez, a comercialização realizada com intermediários é realizada por 28,6% dos produtores abordados.

Das sete (7) propriedades que apresentaram o desenvolvimento da horticultura como principal atividade econômica:

- 71,4% destas são conduzidas por produtores aposentados;
- 71,4% das propriedades desenvolvem outras atividades agropecuárias comercializáveis, como o cultivo de frutas;
- 42,9% das propriedades apresentaram pessoas da família realizando atividades remuneradas fora da propriedade;
- 57,1% dos horticultores são descendentes de japoneses.

4.2.1.3 Fruticultura

Dentre os produtores familiares visitados que apresentaram o desenvolvimento de atividades agropecuárias como principal atividade econômica, 22,2% desenvolvem a fruticultura como principal fonte de renda.

Vale destacar que dentre as propriedades fruticultoras, destacaram-se aquelas que investem na cultura da manga, representando 83,3% do total.

Outra cultura que se destacou entre os fruticultores entrevistados foi a poncã, a qual é cultivada em duas propriedades.

No que se refere à comercialização da produção frutícola, verificou-se que cerca de 33,3% dos produtores vendem sua produção diretamente na CEASA de Presidente Prudente; outros 33,3% vendem à feirantes do próprio município; 16,7% comercializam com a CEASA de São Paulo e do Rio de Janeiro e 16,7% comercializam diretamente com a Cooperativa PRUDENSAFRA, localizada no município de Presidente Prudente.

Do total de seis propriedades familiares que encontram no desenvolvimento da fruticultura, a principal atividade econômica, destacou-se que:

- 33,3% dos fruticultores são aposentados;
- 83,3% das propriedades fruticultoras apresentaram o desenvolvimento de outras atividades agropecuárias comercializáveis, como o cultivo de hortaliças;
- 33,3% das propriedades apresentaram pessoas da família desenvolvendo atividades remuneradas fora da propriedade familiar.

4.2.1.4 Pecuária

A pecuária sempre apresentou uma expressiva importância econômica entre os produtores rurais do município de Presidente Prudente. Com a realização do trabalho de campo, averiguou-se que cerca de 14,8% das propriedades abordadas tem a pecuária como principal fonte de renda.

Vale ressaltar que a atividade pecuária desenvolvida nas propriedades está dividida em duas formas: pecuária de leite e de corte.

No que se refere à pecuária de leite, o número total de vacas ordenhadas nas propriedades é de 45 cabeças, as quais tem uma produção diária de noventa litros. Em uma dessas propriedades, a produção leiteira é destinada à fabricação de queijos. O produtor disse ter encontrado nesta produção, a única alternativa para repor as despesas familiares. Pois, segundo o mesmo, o comércio de leite informal não estava sendo suficiente para prover as despesas da família e a entrega do leite aos laticínios não beneficia os pequenos produtores.

No âmbito da pecuária de corte, o total de cabeças é de aproximadamente 170. Em uma das propriedades visitadas, o produtor disse que sempre se dedicou à pecuária de corte e que sua produção é comercializada nos frigoríficos do município de Presidente Prudente. Outra propriedade que apresentou o desenvolvimento da pecuária de corte como principal fonte de renda não quis responder onde comercializa sua produção.

Do total de quatro propriedades familiares, que apresentaram a pecuária como principal atividade econômica, constatou-se que:

- nenhum dos produtores é aposentado;
- apenas 25% das propriedades desenvolvem outras atividades agropecuárias comercializáveis, como o cultivo de algumas frutas;
- 75,0% apresentaram pessoas da família desenvolvendo atividades remuneradas fora da propriedade.

4.2.2 Rendas Não Agrícolas

Uma das características identificadas na pesquisa de campo realizada no Distrito de Montalvão foi a busca de alternativas como forma de complementação da renda pelas unidades produtivas familiares, já que além das atividades agropecuárias desenvolvidas pelos membros da família, há a obtenção de rendas não agrícolas como a aposentadoria rural e o trabalho rural e/ou urbano.

A partir da sistematização dos dados coletados, detectou-se que 32,5% das propriedades encontram nas rendas não agrícolas, a principal fonte de renda familiar.

Nesse sentido, vale ressaltar que do total de quarenta propriedades familiares abordadas, 80% destas são pluriativas, isto é, combinam o desenvolvimento de atividades agropecuárias com rendas não agrícolas.

A tabela 4 apresenta os dados referentes a estas famílias pluriativas.

TABELA 4 - RENDAS NÃO AGRÍCOLAS OBTIDAS PELAS FAMÍLIAS PLURIATIVAS

| Rendas não agrícolas | Nº famílias | % |
|---|-------------|--------------|
| Aposentadoria | 16 | 50,0 |
| Atividades remuneradas fora da propriedade (trabalho urbano e/ou rural) | 9 | 28,1 |
| Aposentadoria / Atividades remuneradas fora da propriedade (trabalho urbano e/ou rural) | 6 | 18,8 |
| Fabricação de Doces | 1 | 3,1 |
| Total | 32 | 100,0 |

Fonte: Trabalho de Campo (Maio 2002).

Como se observa na tabela 4, do total de trinta e duas (32) famílias pluriativas, 50% destas complementam a renda obtida com o desenvolvimento das atividades agropecuárias com o benefício da previdência social, via aposentadoria; 28,1% com atividades remuneradas fora da propriedade, como o trabalho urbano e/ou rural; 18,8% combinam a aposentadoria, com as atividades remuneradas fora da propriedade; e, 3,1% com a fabricação e comercialização de doces.

Em relação à expressiva porcentagem de propriedades que tem pessoas da família desenvolvendo atividades remuneradas fora da propriedade familiar, ressalta-se que no caso destas, 93,3% dos membros da família que trabalham fora da propriedade constituem-se dos filhos dos produtores. Essa procura dos jovens por trabalhos externos à unidade produtiva explica-se pela falta de oportunidades de empregos na área rural, desencadeando, desta forma, um sério problema relacionado à continuidade das atividades na propriedade.

Vale ressaltar que em todas as propriedades cujo proprietário é aposentado, os mesmos não apresentaram vontade de abandonar o lugar, mesmo em face das dificuldades de comercializar sua pequena produção. O gosto pela vida no campo levou muitos produtores a diversificarem a produção como alternativa de complementar a renda da família.

Em uma das propriedades familiares, o produtor decidiu comercializar com a vizinhança sua produção de leite. A produção diária de dez litros está, segundo o produtor, complementando a renda familiar, cuja principal fonte se encontra no recebimento da aposentadoria rural.

Para um dos produtores, "as dificuldades de cultivar lavouras está aumentando e o que resta aos pequenos produtores é a diversificação de sua criatividade de produzir" (J.G, 53 anos).

4.3 Mão de obra utilizada nas propriedades

A mão de obra utilizada na propriedade rural constitui-se num dos pontos cruciais para se caracterizar a estrutura básica da agricultura familiar, devido à utilização em todas as etapas do processo produtivo dos membros da família como principal componente da força de trabalho.

Antes de analisar os dados referentes à composição da força de trabalho nas propriedades, é interessante comparar a média de pessoas que estão morando nas propriedades com a média de pessoas que trabalham nas propriedades.

A média de pessoas que residem nas propriedades abordadas foi de 3,7 pessoas. No entanto, a média de pessoas (membros da família) que trabalham nas atividades rurais realizadas nas propriedades é de apenas 2,3 pessoas. Essa diferença explica-se pelo fato de que, embora residam na propriedade, parte dos membros da família, sobretudo os filhos têm emprego na área urbana e não compõem mais a força de trabalho empregada na propriedade.

Com relação à mão de obra contratada, verificou-se que 32,5% do total de propriedades apresentaram a utilização desta força de trabalho para ajudarem nas atividades realizadas na propriedade. Isso porque, segundo alguns produtores, a mão de obra familiar, em algumas fases do processo produtivo, é insuficiente. Outras 67,5% das propriedades afirmaram não utilizar a força de trabalho contratada, pois, para muitos destes, a renda obtida com a agropecuária é insuficiente para manter empregados, mesmo que temporários.

Vale ressaltar que do total dessas propriedades que empregam mão de obra contratada, 92,3% utilizam somente empregados temporários e apenas 7,7% contratam empregados permanentes.

4.4 Organização coletiva dos produtores

Uma das características dos produtores rurais é a sua organização coletiva, visando maiores possibilidades de comercialização da sua produção.

De acordo com a tabela 5, 75,0% dos produtores visitados são filiados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Presidente Prudente; 5,0% fazem parte apenas da Associação dos Produtores Rurais de Montalvão e 12,5% estão filiados em ambos (Sindicato e Associação).

TABELA 5: ORGANIZAÇÃO DOS PRODUTORES FAMILIARES VISITADOS

| Forma de organização | Nº entrevistados | % |
|---|------------------|--------------|
| Sindicato Rural dos Trabalhadores Rurais de Presidente Prudente | 30 | 75,0 |
| Associação dos Produtores Rurais de Montalvão | 2 | 5,0 |
| Ambas | 5 | 12,5 |
| Não Respondeu | 3 | 7,5 |
| Total | 40 | 100,0 |

Fonte: Trabalho de Campo (Maio 2002).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mudanças ocorridas no meio rural brasileiro, em especial a partir da década de 1960, desencadearam uma expressiva concentração fundiária e crescente subordinação dos produtores, em especial dos pequenos e médios.

Em relação ao Distrito de Montalvão, localizado no norte do Município de Presidente Prudente – enfoque desta pesquisa -, verificou-se que as unidades produtivas familiares sempre representaram a principal forma de organização da produção agropecuária.

Neste contexto, a produção familiar, sempre esteve pronta para atender às necessidades da época. Historicamente, as unidades produtivas familiares têm resistido e buscado novas alternativas, tanto em termos de cultivos como de atividades, visando elevar a renda mensal da família.

A partir do trabalho de campo, verificou-se que em 80,0% das propriedades visitadas, as famílias são pluriativas. Em geral são propriedades em que há a combinação das rendas obtidas com o desenvolvimento das atividades agropecuárias, ligadas à horticultura, fruticultura, pecuária e demais lavouras, com rendas não agrícolas, dentre as quais destacou a aposentadoria rural e os trabalhos urbanos e/ou rurais.

Por fim, vale ressaltar as dificuldades enfrentadas pelos produtores para a comercialização da sua produção, pois a concorrência direta com os grandes produtores está desencadeando, além dos preços baixos dos produtos comercializáveis, como a batata-doce, um desestímulo ao produtor familiar em continuar nas atividades rurais. Soma-se a essas dificuldades, a ausência de políticas públicas direcionadas à produção e comercialização, os poucos investimentos em termos de infra-estrutura básica, tais como, melhorias das vias de acesso, meios de transporte, escolas e postos de saúde no meio rural.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Dióres Santos. **Formação histórica de uma cidade pioneira paulista**: Presidente Prudente. Pres. Prudente: F.F.C.L., 1972. 324p.
- BRUMER, Anita; WANDERLEY, Maria de Nazaré B. A Exploração Familiar no Brasil. IN: LAMARCHE, Hugues (coord.) **A agricultura familiar**: comparação internacional. Trad. Ângela N. M. Tijiwa. Campinas: Ed. Unicamp, 1993. p. 179 a 234 p. (Coleção Repertórios).
- FIBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – **Censos Agropecuários do Estado de São Paulo de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/96**. Rio de Janeiro: FIBGE (vários anos).

FIBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – **Censos Demográficos do Estado de São Paulo de 1970, 1980, 1991 e 2000**. Rio de Janeiro: FIBGE, 2000 (dados preliminares).

GUANZIROLI, Carlos. [et al]. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. 284 p.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O novo rural brasileiro**. 2.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1999 (Coleção Pesquisas).

HESPAHOL, Rosângela Ap. de M. **Produção familiar**: Perspectivas de análise e inserção na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente – SP. Rio Claro, 2000. 254 p. (Tese de Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas/UNESP, Campus Rio Claro.

LEITE, José Ferrari. **A Alta Sorocabana e o espaço polarizado de Presidente Prudente**. Pres. Prudente: F.F.C.L., 1972. 249p.

LEITE, José Ferrari. Alta Sorocabana: uma região em busca de sua vocação. **Caderno Prudentino de Geografia**, AGB, n.02, p.75-83, 1981.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. Trad. Ary França e Raul de Andrade e Silva. São Paulo: Hucitec/Polis, 1984. 392 p. (1º ed.: 1952).

NORONHA, Elias Oliveira. **A agricultura familiar no Município de Presidente Prudente-SP**. Relatório Final das atividades desenvolvidas no período de concessão da Bolsa do Programa CNPq/PIBIC/UNESP – Março a Julho de 2002.

PAULINO, Eliane Tomiase. **O limite das cercas**: desdobramentos da apropriação capitalista da terra e as estratégias da exploração familiar em Presidente Prudente. Pres. Prudente, 1997: 228 p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP, Campus de Presidente Prudente.

SCHNEIDER, Sérgio. **Agricultura familiar e Industrialização. Pluriatividade e descentralização industrial no RS**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1999.

SILVEIRA, Fátima R. **A recriação capitalista do campesinato** (Os camponeses na região de Presidente Prudente). São Paulo, 1990. 249 p. Tese (Doutoramento em Geografia Humana) – F.F.L.C.H., Universidade de São Paulo.

RESISTÊNCIA CAMPONESA E VIOLÊNCIA RURALISTA NO ESTADO DO PARANÁ

Priscilla Bagli⁸

Bernardo Mançano Fernandes⁹

RESUMO: Violência e resistência são elementos constituintes da realidade brasileira, em especial no Estado do Paraná, palco de conflitos, opressões e lutas contestatórias históricas. Entender as formas de violência e suas respectivas implicações torna-se fundamento para compreender a base consolidada da estrutura latifundista no Brasil. O presente trabalho tem como objetivo compreender a espacialização dos conflitos e da violência no Estado do Paraná, realizando um análise correlativa entre o processo de luta pela terra e as políticas governamentais adotadas frente a realidade em questão.

Palavras-chave: Luta pela terra – espacialização – violência – resistência – expropriação

RESISTANCE PEASANT AND VIOLENCE RURALISTA IN THE STATE OF PARANÁ

Abstract: Violence and resistance are constituent elements of the brazilian reality, especially in the State of Paraná, stage of conflicts, oppressions and you fight historical. To understand the violence forms and its respective implications becomes, is necessary to understand the base consolidated of the agrarian structure of Brazil. The present work has as objective to understand the espacialization of the conflicts and of the violence in the State of Paraná, accomplishing a correlative analysis among the process for struggle for land and the politics government adopted front the reality in question.

Key-words: Struggle for land – espacialization – violence – resistance – expropriation

⁸ Graduanda em geografia da FCT/UNESP – Campus de Presidente Prudente, bolsista do DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra, projeto desenvolvido no NERA. e-mail: priscillabagli@yahoo.com.br

⁹ Professor Doutor dos cursos de graduação e pós-graduação em Geografia da FCT/UNESP – Campus de Presidente Prudente. bmf@prudente.unesp.br

Desde o povoamento europeu no Brasil, o monopólio da terra tem sido garantido sob a égide da violência, utilizada contra índios, negros, mestiços e imigrantes. Conflitos por terra fazem parte da realidade histórica do Brasil, especialmente do Estado do Paraná, palco de uma das maiores guerras camponesas acontecidas no século passado: a Guerra do Contestado. Mas as lutas não se resumem a acontecimentos pretéritos, são elementos constitutivos da realidade atual.

Embora a história brasileira conforme-se enquanto uma história de intensa opressão, nas entrelinhas dos acontecimentos uma outra realidade vai sendo configurada. As formas de lutas e resistências contrariam a ordem, questionando os paradigmas de desenvolvimento impostos. Refletem as disparidades sociais, o conflito de interesses existentes entre os modelos do uso da terra. Trazem a garantia de conquistar a ressocialização produtiva, econômica e política.

O Paraná apresenta uma realidade cruel e conflitante: é o sétimo estado em nível de pobreza no Brasil, tendo uma das maiores concentrações fundiárias e de renda do país. O norte do estado apresenta elevados índices de violência no campo que se acentuaram com o governo Jaime Lerner.

O concentracionismo, aliado a intensa modernização das atividades agrícolas, tem contribuído para aumentar as disparidades e acentuar os conflitos no campo. Diariamente, uma nova massa de expulsos e expropriados incorporam-se a realidade dos trabalhadores rurais sem terra, concorrendo para espacializar o processo de luta pela terra. A busca pela terra de trabalho transformou-se em via única para os trabalhadores excluídos ou marginalizados do processo produtivo.

Diante desta realidade, de lutas e conflitos, escolhemos o Estado do Paraná para realizar os estudos que envolvem a questão da violência no campo, uma vez que estas podem ser facilmente identificáveis. O objetivo norteador deste trabalho é compreender as formas de violência e resistência, espacializando as lutas e os conflitos ocorridos no estado. Para estudo de caso, foi escolhida a microrregião de Paranavai, especialmente o município de Querência do Norte, nos anos de 1996 a 2001.

Pesquisas bibliográficas fundamentaram a construção do conhecimento científico sobre a temática em questão. Para coleta de dados sobre a violência, foram utilizados os cadernos "Conflitos no Campo", publicado pela CPT (Comissão Pastoral da Terra), nos anos de 1996 a 2000; e o sítio da CPT, para o ano de 2001.

Foram selecionados dados sobre conflitos no campo; assassinatos; tentativas de assassinatos; ameaças de morte; violência contra a luta pela terra; e violência contra a pessoa.

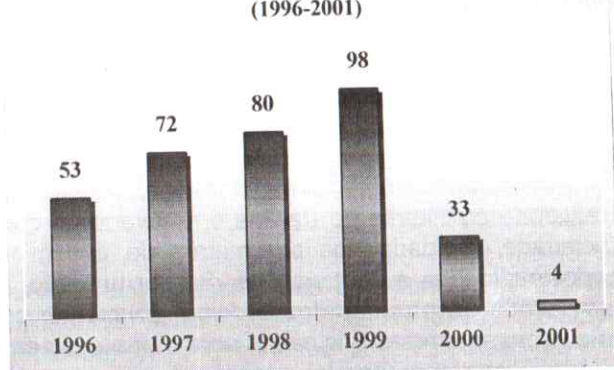
Como o espaço é constituído por processos sociais contraditórios, sendo ao mesmo tempo lócus da expropriação e da libertação (FERNANDES, 1996, p.25), torna-se palco de interesses conflitantes e antagonísticos. No choque de antagonismos, inerentes ao processo desigual e contraditório, ocorrem exclusões e também resistências, gerando conflitos que culminam nas mais diversas formas de violência.

A realidade conflitante do Paraná é resultado da construção dialética da sociedade, moldada nos parâmetros do desenvolvimento capitalista, sob desigualdades e contradições. Se por um lado, procura-se expandir as relações decorrentes desse desenvolvimento, por outro, tenta-se resistir as conseqüências originadas com o processo expansivo. O mesmo território passa a comportar processos adversos: a luta do capital e a luta contra o capital. Nesse embate, o cotidiano dos pobres da cidade e do campo é reinventado. Martins (1986, p.11) aponta que a luta pela terra transforma-se em instrumento dessa reinvenção, rompendo com as velhas relações de dominação, questionando o direito de propriedade iníquo.

Dessa forma, as ocupações passam a representar a garantia do acesso a terra. A busca pela sobrevivência e pelos meios de produzir tem demonstrado, conforme aponta Martins (1986, p.11), "a injustiça do cercamento, da usurpação, da má e errada distribuição da riqueza construída sobre a fome do pobre; mas também a injustiça da justiça, das instituições do Estado, das leis", injustiça essa que passa a ser encarada como barreira à constituição de um modo de vida camponês. Entretanto, a luta pelo acesso à terra e pela garantia à sobrevivência contrapõem os interesses latifundistas, porque retorque a estrutura agrária fundamentada no concentracionismo. ...

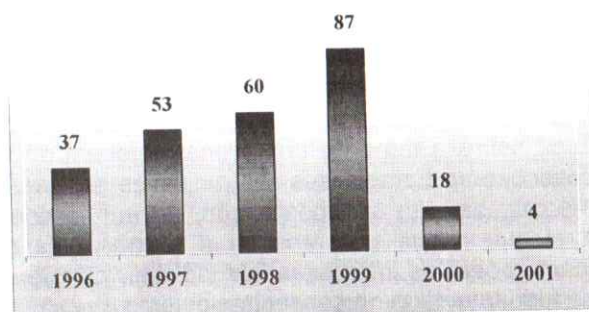
Entre os extremos da sociedade, as contradições manifestam-se no embate político. No contexto de contradições e impasses, os conflitos são inevitáveis. Enquanto o "outro" – desconhecido, expropriado, marginalizado – luta para reinserir-se, conquistando a terra de trabalho; os agentes hegemônicos travam um embate para barrar a luta e a expansão desse movimento de contestação e ruptura. Os dados coletados apresentam crescimento dos conflitos no campo e das ocupações no período considerado. Os gráficos abaixo permitem melhor visualização do fato:

Gráfico 1 - Paraná: Conflitos no Campo (1996-2001)



Fonte: Cadernos Conflitos no Campo (1996-2000); sítio da CPT www.cptnac.com.br

Gráfico 2 - Paraná: Ocupações de terras (1996-2001)



Fonte: Cadernos Conflitos no Campo (1996-2000); sítio da CPT www.cptnac.com.br

No choque de interesses, os conflitos por terra desdobram-se em inúmeros tipos de violências que funcionam como método eficaz de coação. Expulsões, despejos, ameaças de despejos, destruição de pertences, roças e barracos, torturas, assassinatos, tentativas de assassinatos, ameaças de morte são algumas das violências resultantes dos conflitos na terra e pela terra. O quadro abaixo apresenta os índices de violência no campo no Estado do Paraná, nos anos de 1996 a 2001.

QUADRO 1 - VIOLÊNCIA CONTRA A LUTA PELA TERRA

| Ano | Conflitos | Famílias Expulsas | Vítimas de Despejo | Vítimas de ameaça de | | Vítimas de destruição de | | |
|--------------|------------|-------------------|--------------------|----------------------|-------------|--------------------------|------------|-------------|
| | | | | Despejo | Expulsão | Barracos | Roças | Pertences |
| 1996 | 46 | 170 | 436 | 4572 | 324 | 0 | 20 | 0 |
| 1997 | 72 | 30 | 125 | 3374 | 127 | 0 | 44 | 109 |
| 1998 | 80 | 250 | 986 | 1694 | 92 | 460 | 22 | 535 |
| 1999 | 98 | 146 | 1364 | 865 | 174 | 495 | 249 | 409 |
| 2000 | 33 | 96 | 1848 | 900 | 600 | 316 | 36 | 100 |
| 2001 | 4 | 2 | 44 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Total | 333 | 694 | 4803 | 11405 | 1317 | 1271 | 372 | 1153 |

Fonte: Cadernos de Conflitos no Campo, CPT, 1996-2001.

Pelos índices apresentados, nota-se o crescimento da violência no campo nos anos de 1996 a 2000. Se por um lado, percebe-se queda gradual nas ameaças de despejos, verifica-se, em contrapartida, que as ações concretas foram adotadas enquanto métodos mais eficazes de coação. O crescimento no número de vítimas de despejos demonstra que as intimidações, realizadas mediante ameaças, foram substituídas pelo fato consumado.

Houve também aumento nos índices de destruição de roças, barracos e pertences. A violência tornou-se elemento cada vez mais presente no cotidiano das famílias sem-terra, com uma finalidade prática: promover a desmobilização completa dos participantes do processo de luta.

QUADRO 2 - VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA

| Ano | Assassinatos | Tentativas de assassinatos | Ameaçados de morte | Torturados | Agredidos | Presos | Vítimas de lesões |
|--------------|--------------|----------------------------|--------------------|------------|-----------|------------|-------------------|
| 1996 | 0 | 7 | 6 | 0 | 0 | 6 | 9 |
| 1997 | 4 | 3 | 3 | 0 | 2 | 24 | 6 |
| 1998 | 8 | 14 | 11 | 0 | 44 | 85 | 37 |
| 1999 | 2 | 2 | 11 | 3 | 8 | 124 | 26 |
| 2000 | 2 | 0 | 7 | 1 | 13 | 147 | 136 |
| 2001 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 9 | 0 |
| Total | 16 | 26 | 39 | 4 | 67 | 395 | 214 |

Fonte: Cadernos de Conflitos no Campo, CPT, 1996-2001.

Em se tratando de violência específica contra a pessoa, nota-se índices alarmantes. Convém ressaltar que os atos violentos são utilizados não apenas contra os trabalhadores sem-terra; atingem também outras pessoas envolvidas no processo de luta, como padres, lideranças políticas, agentes das pastorais, etc.

Desde o ano de 1999, os assassinatos e as tentativas de assassinatos diminuíram. Entretanto, novas estratégias políticas de repressão entraram em cena. Prisões de lideranças e outras pessoas influentes na organização da luta são realizadas na tentativa de desordenar as ações do movimento, desviando as atenções para outros fins. Esse método de punição desmobiliza a confrontação, uma vez que os organizadores do processo encontram-se encarcerados e, portanto, impossibilitados de agir, ordenar e participar da luta. A perseguição política, por intermédio das prisões, passou a ser o principal método utilizado para desmobilizar o processo de luta pela terra.

Conflitos e ocupações apresentam clara correlação. Visualiza-se melhor tal correlatividade quando efetuamos a análise da participação individual das microrregiões e dos municípios.

A microrregião de Paranavaí, nos anos de 1997, 1998, 1999 e 2000, é a mais conflituosa do estado, sendo superada apenas no ano de 1996 pela microrregião de Londrina. Em se tratando das ocupações de terra, a microrregião se destaca com intensa participação nos anos de 1996, 1997, 1998 e 1999, sendo superada apenas no ano de 2000 pela microrregião de Campo Mourão.

O município mais conflituoso do estado, no período de 1997 a 2000, é o de Querência do Norte, sendo sobrepujado apenas no ano 1996 por Tamarana. Em relação às ocupações de terra, percebe-se a mesma proporção: Querência do Norte apresenta os maiores índices nos anos de 1997 a 2000, sendo superado pelo município de Tamarama apenas no ano de 1996.

Percebe-se que os municípios e microrregiões mais conflituosos foram também aqueles onde as ocupações de terras ocorreram em maior quantidade. A violência surgiu enquanto instrumento de repressão das manifestações, gerando os conflitos e os embates políticos na adversidade de interesses.

Objetivou-se, com o aumento da violência sobre as ocupações, coagir a participação dos movimentos sociais, extinguindo gradualmente a luta. Foi instituída uma política de contra-reforma agrária. Em detrimento de uma reforma agrária distributiva, optou-se por beneficiar a grande empresa rural, "modernizando", por intermédio da violência, as estruturas existentes no campo, fato que acentuou o concentracionismo fundiário no estado.

A política governamental atual tem seguido a linha da política utilizada pelos governos militares após a implantação do Estatuto da Terra, em 1964. Em nome do desenvolvimento das forças produtivas, alianças são realizadas contra o campesinato, contrapondo-se à possibilidade de um modo de vida camponês. A empresa rural transformou-se em única solução para a questão agrária no Brasil (MARTINS, 1995, p.101).

QUADRO 3 – CONFLITOS NO CAMPO – MICRORREGIÕES MAIS VIOLENTAS (1996-2000)

| Ano-1996 | | Ano-1997 | | Ano-1998 | | Ano-1999 | | Ano-2000 | |
|-----------|------|------------|------|---------------|------|-----------|------|-----------|------|
| Micro | Qtde | Micro | Qtde | Micro | Qtde | Micro | Qtde | Micro | Qtde |
| Londrina | 10 | Paranavaí | 22 | Paranavaí | 30 | Paranavaí | 37 | Paranavaí | 11 |
| Paranavaí | 8 | Goioerê | 8 | Guarapuava | 9 | Cascavel | 14 | Astorga | 5 |
| Cascavel | 7 | Guarapuava | 6 | Foz do Iguaçu | 5 | Ivaiporã | 8 | Cascavel | 4 |

Fonte: Caderno Conflitos no Campo, CPT, 1996-2000.

Quadro 4 – Participação das microrregiões no processo de luta pela terra (1996-2000)

| Ano-1996 | | Ano-1997 | | Ano-1998 | | Ano-1999 | | Ano-2000 | |
|-----------|------|-----------|------|---------------|------|-----------|------|--------------|------|
| Micro | Qtde | Micro | Qtde | Micro | Qtde | Micro | Qtde | Micro | Qtde |
| Paranavaí | 8 | Paranavaí | 16 | Paranavaí | 25 | Paranavaí | 29 | Campo Mourão | 5 |
| Londrina | 8 | Goioerê | 8 | Foz do Iguaçu | 5 | Cascavel | 13 | Paranavaí | 4 |
| Cascavel | 5 | Londrina | 4 | Guarapuava | 4 | Ivaiporã | 7 | Cascavel | 2 |

Fonte: Caderno Conflitos no Campo, CPT, 1996-2000.

QUADRO 5 - CONFLITOS NO CAMPO - MUNICÍPIOS MAIS VIOLENTOS (1996-2000)

| Ano-1996 | | Ano-1997 | | Ano-1998 | | Ano-1999 | | Ano-2000 | |
|-----------|------|-----------------|------|------------|------|------------|------|--------------|------|
| Município | Qtde | Município | Qtde | Município | Qtde | Município | Qtde | Município | Qtde |
| Tamarama | 8 | Querência | 12 | Querência | 12 | Querência | 8 | Querência | 3 |
| Querência | 5 | Nova Cantu | 7 | Terra Rica | 5 | Santa Cruz | 6 | Tamarana | 3 |
| Cascavel | 3 | Teixeira Soares | 3 | Laranjal | 3 | Catanduvas | 5 | Congonhinhas | 2 |

Fonte: Caderno Conflitos no Campo, CPT, 1996-2000.

QUADRO 6 – PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS NO PROCESSO DE LUTA PELA TERRA (1996-2000)

| Ano-1996 | | Ano-1997 | | Ano-1998 | | Ano-1999 | | Ano-2000 | |
|-----------|------|------------|------|------------|------|-----------|------|--------------|------|
| Município | Qtde | Município | Qtde | Município | Qtde | Município | Qtde | Município | Qtde |
| Tamarama | 7 | Querência | 7 | Querência | 10 | Querência | 7 | Querência | 3 |
| Querência | 4 | Nova Cantu | 7 | Terra Rica | 5 | Lindoeste | 6 | Congonhinhas | 2 |
| Cascavel | 2 | Tamarana | 4 | São Miguel | 3 | Mirador | 6 | Iretama | 2 |

Fonte: Caderno Conflitos no Campo, CPT, 1996-2000.

O objetivo de reprimir as ocupações de terra age no sentido de sufocar as manifestações dos movimentos sociais, restringindo as ações e impedindo o processo de espacialização da luta.

Com a intensificação do processo repressivo, os índices de violência no campo tornaram-se alarmantes, centralizando atenções em escala nacional. Surgiram inúmeros protestos e mobilizações ligadas ou não aos movimentos sociais de luta pela terra. Para reverter este quadro, o governo Jaime Lerner implantou no Estado do Paraná, o sistema de Ouvidoria: um representante do governo, o Ouvidor, procura evitar os conflitos, fazendo o papel de intermediário entre sem-terras e latifundiários.

Uma nova realidade começou a ser desenhada. Os índices de violência apresentaram queda considerável: de 33 conflitos, em 2000, para apenas 4 conflitos, em 2001. Entretanto, convém ressaltar que o processo de espacialização da luta, por intermédio das ocupações de terras, também diminuiu. As ocupações, que aumentaram gradualmente no período de 1996 a 1998, apresentaram uma queda sensível para os anos de 2000 e 2001. O que se percebe é uma nova estratégia política construída para reprimir as manifestações dos movimentos sociais em busca pela terra. A Ouvidoria apresenta-se enquanto uma "nova" forma de mascarar a "velha" realidade.

O processo de luta pela terra passou a ser reprimido em sua gênese: na ocupação. Mediante a criminalização das ocupações, a política governamental conseguiu refrear as manifestações dos movimentos sociais no campo, apresentando a falsa noção de diminuição dos conflitos e da violência. Como na maioria dos casos, a violência ocorre posteriormente (em despejos e reintegrações de posse) ou durante (confrontos diretos entre proprietários e sem-terras) as ocupações, impedir este processo é uma forma de mascarar-la.

CONCLUSÃO

Resultado das desigualdades e contradições do modelo de desenvolvimento adotado, o processo de luta pela terra surge com o intuito de garantir a reinserção político-econômica de indivíduos que, cotidianamente, são submetidos a cumprir um papel marginal na sociedade. Excluídos do pacto político, os trabalhadores sem terra resistem por intermédio das ocupações. Lutam para entrar na terra, retornar e para não sair dela. Lutam para converter a terra de exploração em terra de trabalho.

Por se tratar de uma luta que busca romper com o modelo econômico instaurado sobre a exploração da terra e o concentracionismo, contínuas repressões são utilizadas mediante o uso da violência.

Repressões e violências constituem-se enquanto parte integrante do cotidiano dos trabalhadores sem terra que, por intermédio

das ocupações, buscam reconquistar o território expropriado para garantir a sobrevivência.

Impedir as ocupações, aprisionando a terra, significa aprisionar a luta, pois esta só se fortalece por intermédio das conquistas. Apesar das repressões e violências, a luta não se extingue, pois ela representa a única forma de construir a inclusão política, social e econômica daqueles que estão marginalizados do processo produtivo (FABRINI, 2001).

Novas formas de resistências vão sendo incorporadas às estratégias do movimento, na tentativa de fugir das "cercas" impostas pelo desenvolvimento econômico seletivo.

BIBLIOGRAFIA

- CADERNO CONFLITOS NO CAMPO – BRASIL 1996, 64p., 1997.
- CADERNO CONFLITOS NO CAMPO – BRASIL 1997, 80p., 1998.
- CADERNO CONFLITOS NO CAMPO – BRASIL 1998, 72p., 1999.
- CADERNO CONFLITOS NO CAMPO – BRASIL 1999, 88p., 2000.
- CADERNO CONFLITOS NO CAMPO – BRASIL 2000, 92p., 2001.
- FABRINI, João Edmilson. **Assentamentos de trabalhadores sem-terra – experiências e lutas no Paraná**. Cascavel: Edunioeste, 2001.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST: formação e territorialização em São Paulo**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- _____. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- _____. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001 (Coleção Questões da Nossa Época).
- GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. 6.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- <http://www.cptnac.com.br/conflitos/2001/index.htm>. Acesso em: 10 Mai. 2002.
- KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.
- LENIN, Vladimir Ilitch. **Desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MARTINS, José de Souza. **Caminhada no chão da noite**. São Paulo: Hucitec, 1989.
- _____. **Não há terra para plantar neste verão**. Petrópolis: Vozes, 1986.
- _____. **Os camponeses e a política no Brasil**. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. **O cativo da terra**. 7.ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

_____. **Reforma Agrária: o impossível diálogo**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2000.

MOREYRA, Sérgio Paulo. As novas caras da violência no campo brasileiro. In: **Conflitos no Campo – Brasil 1998**. Rio Grande do Sul, CPT, 1998. p.7-13.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de produção capitalista e agricultura**. São Paulo: Ática, 1986.

PRADO JR., Caio. **A questão agrária no Brasil**. 5.ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA POPULAÇÃO DE RUA; PRESIDENTE PRUDENTE (SP).

Luciano Antonio Furini*
Eda Maria Góes**

Resumo: A partir do estudo de caso de Presidente Prudente (SP), procuramos analisar o processo pelo qual as pessoas pertencentes à população de rua – pessoas que efetivamente possuem as ruas como local de moradia – incorporam ou não em suas representações a culpa de se encontrarem nesta situação. Nesse contexto, atentamos para o papel dos rótulos, produzidos a partir de alguns mediadores sociais que poderiam gerar auto-representações de aceitação ou de negação de representações sociais depreciativas, funcionando como possíveis adaptadores e condicionadores de novas representações. Nesta perspectiva, a partir da abordagem da Teoria das Representações Sociais, buscamos problematizar o impasse existente entre conceitos científicos e representações sociais que, permeados pela ideologia, podem deslocar uma provável culpa do âmbito público coletivo para o âmbito privado individual. Enfim, este ensaio pretende levantar hipóteses que possibilitem articular as representações sociais geradas no universo da população de rua.

Palavras chave: população de rua; representações sociais; ideologia; Presidente Prudente (SP); lugar.

SOCIAL REPRESENTATIONS OF HOMELESS; PRESIDENTE PRUDENTE (SP)

Abstract: From our study in Presidente Prudente (SP), we look for to analysed the process for wich people belong to the homeless group. Inside of this comment we observe if they incorporate or not it feeling guilt in its representation. In this context, we also detach the stereotypes produced from some important social mediation in the construction of new representations - they would work like a possible conditioners and adapters of new representation. From our point view, the Social Representations Theory, we look for the impasse between scientific concept and social representation. Both of them influenced by ideology, they can move a hypothetical guilt of the public and collective scope to

* Mestrando no Curso de Pós Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista – FCT – Campus de Presidente Prudente. e-mail luanfu@bol.com.br - Bolsista do CNPq – Brasil.

** Docente do Curso de Graduação e de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP de Presidente Prudente. e-mail edagoes@prudente.unesp.br .

the prevailed and individual one. So, we try to rise a series of hypothesis that they make possible to articulate the social representations generated in the universe of homeless.

Key-words: homeless, social representation, ideology, Presidente Prudente (SP), place.

INTRODUÇÃO

Nos anos 90 a noção de exclusão social ganha o centro do debate político e intelectual no que se refere a espaços sociais e grupos de universos estigmatizados. Nesse contexto os moradores de rua ganham visibilidade e passam a configurar um segmento da população passível de estudos, até então pouco aprofundados.

No Brasil, tal qual em outros países, a rua é representada como lugar perigoso portador de ameaça. A mídia colabora na construção dessa representação ao instigar o medo, quando da manipulação da notícia, enfatizando acontecimentos como: saques e seqüestros. As grandes cidades são as que mais fornecem *matéria prima* para a mídia nessa disseminação estigmatizada da representação da rua.

Embora nossa pesquisa: *Processos Sociais Excludentes em Presidente Prudente (SP): o caso da população de rua e das entidades assistenciais: uma análise do cotidiano e do vivido na reprodução da vida e do lugar*, tenha como referência uma cidade média (Presidente Prudente possui aproximadamente 189.000 habitantes (2000) e uma posição estratégica por estar localizada no entroncamento que liga os Estado do Mato Grosso do Sul e do Paraná com o de São Paulo), encontramos relações sociais permeadas por representações sociais que são pautadas em algo próprio da esfera pública nacional.

Atualmente nossa pesquisa tem priorizado abordar o conceito de *lugar* e o universo das representações sociais relativas à população de rua, mas neste texto procuramos apresentar o processo no qual as pessoas pertencentes à população de rua – pessoas que efetivamente possuem as ruas como local de moradia – incorporam ou não em suas representações a culpa de se encontrarem nesta situação.

Os rótulos a que são submetidos poderiam, dessa maneira, gerar auto-representações de aceitação ou de negação de representações sociais depreciativas.

Nesta perspectiva pretendemos estar atentos para o impasse existente entre conceitos científicos e representações sociais que, permeados pela ideologia deslocam uma provável *culpa* do âmbito público coletivo para o âmbito privado individual.

Sawaia (2001), considerando os processos sociais excludentes, incorpora a questão da afetividade ao patamar ético-político. Destacando, desta forma, como a análise de elementos

relacionados ao sofrimento recupera o *indivíduo* perdido nas análises econômicas e políticas sem perder o coletivo.

Com isso Sawaia aponta a idéia de que: "Corpo é matéria biológica e social, tanto que sua morte não é só biológica, falência dos órgãos, mas social e ética. Morre-se de vergonha, o que significa morrer por decreto da comunidade" (SAWAIA, 2001, p.101). Neste contexto, pesquisar como estes tais *decretos da comunidade* são publicados e obedecidos pode ser de grande utilidade para se entender parte das relações de poder estabelecidas.

São as representações sociais que podem nos fornecer explicações capazes de desvendar como estas duas *cargas sociais* – configurar-se como membro de um grupo atingido por processos sociais excludentes; ser considerado o culpado da situação em que se encontra – colocadas sobre essa população se configuram e quais elementos devem ser trabalhados para colaborar com uma possível reversão de tal quadro.

As representações sociais configuram saberes sociais sujeitos a explicações. Elas:

[...] são tomadas como fenômenos que devem ser eles próprios explicados. Neste caso, cabe a teoria penetrar nas representações – ou provocar algo como uma cisão do átomo, segundo a imagem empregada por Moscovici – a fim de descobrir sua estrutura e seus mecanismos internos. Não se trata, obviamente, de uma descoberta, mas da proposição de uma estrutura hipotética e de um modelo de relações dinâmicas que se mostrem compatíveis com as características sistematicamente evidenciadas do fenômeno (SÁ, 1996, p.45, grifos do autor)

Com estas considerações pensamos estar claro que conhecer a organização das representações sociais da população de rua é algo que nos propiciará a formulação de hipóteses sobre parte das relações existentes no que se refere ao vivido desta população e a ordem social excludente a que são submetidos.

1 O LEVANTAMENTO DOS DADOS

Neste trabalho optamos por realizar entrevistas temáticas diversas. Destas entrevistas identificamos duas que resistiram como interpretações de *sujeitos genéricos* – possíveis representantes do grupo. Esta identificação pautou-se em quatro variáveis: localização do grupo; liderança ou influência do entrevistado junto ao grupo; fluxo de auto-análise na entrevista – profundidade; padrão de construção das explicações.

Foram as entrevistas e a proximidade com a população de rua que propiciaram vislumbrarmos o contexto deste segmento da população. Isso foi importante, pois no trabalho com os conteúdos foi possível distinguir a organização e os processos existentes.

Em seguida foram elaborados *quadros sintéticos* onde buscamos dar conta de captar os processos de objetivação e de ancoragem. A construção hipotética da explicação sobre o resultado ou consequência da interação entre representação e ação, foi outra busca na qual nos empenhamos, pois: "O resultado do complexo representação e ação e sua consequência contingencial é, portanto, passível de uma verdadeira explicação causal" (WAGNER, 2000, p.179).

Os processos de objetivação e ancoragem são centrais no que diz respeito a formação e organização das representações sociais. Desta forma: "A objetivação consiste em uma *operação imaginante e estruturante*, pela qual se dá uma forma – ou figura – específica ao conhecimento acerca do objeto, tornando concreto, quase tangível, o conceito abstrato, como que *materiando a palavra*" (JODELET apud SÁ, 1996, p.47, grifos do autor). Também: "objetivar é descobrir a qualidade icônica de uma idéia ou ser imprecisos, reproduzir um conceito em uma imagem [...] desde de que nós pressupomos que as palavras não falam de nada, somos compelidos a ligá-las a alguma coisa, a encontrar equivalentes não verbais" (MOSCOVICI apud SÁ, 1996, p.47).

Já a ancoragem "consiste na integração cognitiva do objeto representado a um sistema de pensamento social pré-existente e nas transformações implicadas em tal processo" (JODELET apud SÁ, 1996, p.46). Também ancorar é classificar e denominar: "coisas que não são classificadas nem denominadas são estranhas, não existentes e ao mesmo tempo ameaçadoras" (MOSCOVICI apud SÁ, 1996, p.46).

Sá (1996) explica como Moscovici demonstra os processos de objetivação e ancoragem: *a transformação do não familiar em familiar*. Assim, se objetivar implica em se dar uma figura ao objeto, ancorar implica em se dar um sentido a uma figura interpretando-a e classificando-a.

De posse destas entrevistas profundas, a partir das quais formulamos os quadros sintéticos – buscando não perder de vista o contexto geral – privilegamos a incorporação na síntese das explicações dadas por entrevistados no que se referia a sua própria situação. Foram as explicações que *afioraram* – as que ultrapassaram as estruturas das perguntas – que foram priorizadas. Também procurou-se entender as hesitações, pausas e o *dizer* contido nas falas.

Os quadros sintéticos buscam revelar a interação entre representação e ação ao redor de um determinado objeto. Também comparam essa interação – representação e ação – com o resultado ou consequência efetiva com a situação em que se encontram. Desta forma, hipóteses são levantadas logo após a avaliação das explicações, explicações estas que são teorias do senso comum.

2 OS QUADROS SINTÉTICOS

Um primeiro esboço dos aspectos contidos no quadro sintético vamos apresentar neste momento, porém é necessário deixar claro que trata-se de uma adaptação dos mapas mentais, os quais possibilitam *ver* as relações de idéias existentes em determinadas dimensões.

De posse das entrevistas pudemos compor os quadros sintéticos. E com os quadros sintéticos pudemos estabelecer uma possível aproximação com os mecanismos geradores e perpetuadores dos processos sociais excludentes.

No contexto social dominar implica impor regras. Uma característica intrínseca às regras é que são passíveis de serem transgredidas. Estabelecer regras gerais em sociedades desiguais implica em se decretar de antemão os transgressores sem dar-lhes chance de contestação, pois só assim consegue-se um réu para alimentar o processo. O culpável possui uma representação tão assimilada às regras impostas que acaba, muitas vezes, por ser ele próprio seu acusador.

Sawaia (2001) destaca que hoje a culpa tende a substituir a vergonha, mudando o caráter da expiação, de pública à individual e privada. O entrevistado José Roberto explica como foi que *ficou sem vida*:

"Tô desempregado agora! E a mulher mandou eu embora!"

"Tenho quase certeza, então, enquanto eu não bebia eu tava numa boa com minha mulher [...]"

"Mas depois eu comecei a bebe, aí a família desandou!"

"Era uma vida! Uma vida [...]"

"[...] infelizmente desandei [...]"

"O safado, o safado foi eu! O safado foi eu!"

"Eu não culpo ninguém [...]"

"O único errado só foi eu!"

"Mas eu num vô atrás! Sabe por causa de que? Pra num dá desgosto pra minha mãe [...]"

"Eu vô voltar ao que eu era!"

"Se eu tivé uma vida eu venço!"

Destacamos que: "A vergonha e a culpa são apresentadas como sentimentos morais generativos e ideológicos com a função de manter a ordem social excludente, de forma que a vergonha das pessoas e a exploração social constituem as duas faces de uma mesma questão" (SAWAIA, 2001, p.102). Temos aqui um sofrimento ético-político vindo a tona e se deixando conhecer.

No processo de formação das representações sociais observamos que o veredicto precede o julgamento. É justamente a junção do processo de objetivação – transformando a si mesmo na figura do *réu* possuidor de culpa, *safado*– e de ancoragem – onde a figura *réu*

é ancorada numa espécie de *pena de morte psicológica* – que nos revela a tese do entrevistado e sua visão de *não vida* da situação em que se encontra.

Tal morte psicológica seria passível de transformar-se em biológica. Sawaia revela que:

[...] inúmeros fatos históricos podem ser citados para justificar a escolha do conceito de sofrimento ético-político, como o banzo, doença misteriosa que matava o negro escravo brasileiro. Ela é emblemática deste conceito, por indicar que um sofrimento psicossocial pode redundar em morte biológica (SAWAIA, 2001, p.104, grifo do autor)

Nesta entrevista, analisada com o suporte contextual, percebemos uma adaptação do não-familiar – processo que culminou com o morar nas ruas – em algo familiar – mostrar que em casa era uma vida e que nas ruas não se tem uma vida, e que vencer é voltar para casa.

Tudo se encaixou. As regras estão encaixadas em personagens e sistemas conhecidos. Culpável, acusador e sentença estão classificados em dimensões conhecidas. A adaptação – não sem constrangimento – revela, não somente uma construção representacional, mas também uma atitude. Contudo o que nos interessa aqui é perceber como foi construída e organizada esta representação, suas relações com a ação e suas conseqüências efetivas no vivido.

A hipótese deste quadro parece-nos a seguinte: A auto-representação deste *sujeito genérico* é pautada na incorporação da incriminação social de sua situação, independente da vulnerabilidade a que estava sujeito.

É interessante percebemos que, embora saiba explicar o *porque* está nas ruas, reconhecendo-se culpado, ele não sabe explicar especificamente o *como* sair das ruas. Nossa proposta é que essa falta de explicação do *como* sair da situação precária em contrapartida com as evidentes explicações sobre os motivos de estar na rua, revela um alto grau de assimilação do deslocamento da culpa. Mesmo porque a desaprovação social não impõe uma explicação nesta direção, pois:

O fenômeno de deslocamento sobre um bode expiatório [...] nem sempre faz aparecer comportamentos abertamente agressivos, mas mesclados de atitudes depreciativas, sob a forma de preconceitos e de estereótipos negativos. Ele pode ser entravado, em sua expressão, pelo temor de desaprovação social. O que aponta a influência do controle social sobre este tipo de processo intra-individual que outros modelos exploram (JODELET, 2001, p.55, grifo do autor)

Além do que, a situação de rua permanece.

Um segundo esboço de quadro sintético foi elaborado com o entrevistado Alcides, o qual explica como é discriminado e como se sente nesta situação:

“O pessoal não tem respeito!”

“Eles olha pra gente, a mesma coisa que tá olhando prum bicho! Só porque a gente tá barbudo, sujo!”

“Tem hora que pensa que a gente é ladrão, tarado [...]! A gente não é isso!”

“A gente tá na rua porque num qué!”

“Se sente mal com isso! Eu queria um pouco de respeito, só isso!”

Fica evidente aqui, que o entrevistado está explicando – em meio a sua auto-representação – a representação social a que é submetido. Os mediadores sociais, em especial os meios de comunicação, contribuem para estas representações negativas que ele próprio identificou quando da sua interação com os domiciliados. Ele identificou processos já conhecidos de discriminação reforçados por mediadores em geral: “De maneira geral, o que se pode notar, quer na TV, quer no rádio, quer nos jornais, é quase uma campanha de culpabilização coletiva dos pobres pela violência” (MELLO, 2001, p.139).

Destacamos que, ao objetivar discriminação em *bicho* e ancorar a figura *bicho* em um espaço de reivindicação ao respeito, o entrevistado revela uma não incorporação do rótulo e da atitude discriminatória. Também não aceita a incriminação – *a gente tá na rua porque num qué!*

Neste quadro nossa hipótese é que o entrevistado se auto-representa como não responsável por sua situação atual. Ele não apresenta o *porque* do estar morando nas ruas, porém explica o que se tem que fazer para sair delas.

Embora não incorpore a representação depreciativa, ele não apresenta *resultados* ou *conseqüências* muito distintos do entrevistado anterior.

Temos que, apesar das diferentes representações entre os dois não se observa transformações significativas quanto a ações de reivindicação – principalmente no que se refere ao entrevistado Alcides, que se manifestou na entrevista. Se confirmadas tais hipóteses, estas representações revelaríamos que:

Mesmo que indivíduos pertencentes ao mesmo grupo social possam ser bastante diferentes em termos de suas personalidades, eles se aproximam uns dos outros no que diz respeito à estrutura básica de sua ação. Eles são similares com respeito ao *habitus* que incorporaram, bem como com respeito aos padrões de linguagem e racionalização que compartilham, isto é, com respeito às suas representações sociais. Ainda que provavelmente

diferentes em certos aspectos, essas disposições mentais são variações de um padrão comum subjacente, possível dentro de dadas condições sócio-culturais de vida (WAGNER, 2000, p.173, grifo do autor)

Assim, independente da incorporação da incriminação social, as pessoas que moram nas ruas – apesar do estranho modo de vida que lhes foi imposto – explicam a situação, identificam e classificam os processos e agem com similaridades. Daí a importância de se desvendar a organização interna das representações sociais ser tanto quanto ou maior que desvendar seu conteúdo.

No contexto das entrevistas pudemos identificar algumas práticas que sugerem uma ligação direta com as representações apresentadas. O entrevistado José Roberto declarou estar nas ruas a apenas quatro meses, enquanto Alcides declarou estar nas ruas a aproximadamente seis anos. O tempo de estadia nas ruas pode ter relação com a incorporação ou não da culpa. Além disso, a intensidade da ligação com práticas passíveis de discriminação influencia nesta incorporação por serem repudiadas socialmente.

Enfim, são diversos os fatores a serem considerados, mas estes já podem nos dar uma dimensão do potencial dessas pesquisas referenciadas no conceito de representação social, embora este trabalho apresente apenas reflexões iniciais.

3 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

JODELET, Denise. Os processos psicossociais da exclusão. In: SAWAIA, Bader B. (Org.). **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 2001, p.53-66.

MELLO, Sílvia L. A violência urbana e a exclusão dos jovens. In: SAWAIA, Bader B. (Org.). **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 2001, p.129-40.

SÁ, Celso P. **Núcleo central das representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 1996, 189p.

SAWAIA, Bader B. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: ____ (Org.). **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 2001, p.97-118.

WAGNER, Wolfgang. Descrição, explicação e método na pesquisa das representações sociais. In: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (Orgs.) **Textos em representações sociais**. 6.ed. Petrópolis: Vozes, 2000, p.149-86.

NOTAS SOBRE A DISCUSSÃO DA “QUESTÃO AGRÁRIA” NO CAPITALISMO NO CONTEXTO DO PENSAMENTO MARXISTA

Sérgio Braz Magaldi¹⁰
Everaldo Santos Melazzo¹¹

Resumo: Estas notas têm por objetivo identificar as origens teóricas e problematizar algumas das diferentes concepções sobre esta que é uma das questões que hoje se colocam como das mais relevantes na construção coletiva da sociedade brasileira (a questão agrária). São identificados alguns marcos definidores que encaminhem e organizem a análise. Nesse sentido, duas questões são ponto de partida neste debate: a compreensão de que a terra é um bem que em dado momento histórico e sob determinados objetivos e condições se transformou em uma mercadoria e, decorrente deste ponto, as concepções que daí se desdobram e procuram esboçar uma definição de questão agrária na perspectiva do pensamento marxista. Como base para o aprofundamento teórico são pontuados elementos e passagens presentes na história do debate acerca da questão agrária (ou do problema agrário), tentando “mapear” as origens e os rumos iniciais das principais polêmicas travadas em torno das análises sobre a lógica e a dinâmica dos processos econômicos e das relações sociais que impactam e transformam, de forma desigual no tempo e nos diferentes territórios, o que classicamente passou-se a chamar de meio rural, campo ou espaço agrário.

Palavras-chave: questão agrária; relações sociais de produção; capitalismo; bases teóricas; pensamento marxista.

Abstract: These notes intend to identify the theoretical origins and discuss some of the different conceptions concerning the agrarian problem – specially related to the brazilian economic-social formation. In this sense, two questions are taken as the entries in this debate: the understanding that land became in a certain moment and under certain historical and economic conditions, a market good; and as a

¹⁰ Professor do Departamento de Geografia da F.C.T./UNESP, Câmpus de Presidente Prudente. E-mail: smagaldi@prudente.unesp.br. Endereço para correspondência: Departamento de Geografia – FCT/UNESP. Rua Roberto Simonsen, 305. Cep: 19060-900. Pres. Prudente – SP. Tel. 18 2295375.

¹¹ Professor do Departamento de Planejamento da F.C.T./UNESP, Câmpus de Presidente Prudente. E-mail: emelazzo@uol.com.br. Endereço para correspondência: Departamento de Geografia – FCT/UNESP. Rua Roberto Simonsen, 305. Cep: 19060-900. Pres. Prudente – SP. Tel. 18 2295395

consequence, the basis that lead the construction the definition of the agrarian problem in a marxist perspective. Some historical elements and passages related to the debate centered on the different analysis about the logic and the dynamics of the economic processes and the social relations that impact and change the rural environment or the so-called agrarian space are also pointed out.

Key-words: agrarian problem; productive and social relations; capitalism; theoretical basis; marxist thought and perspective.

O tema proposto nestas notas é amplo, admite várias abordagens, diferentes recortes espaciais e temporais e, dentre todos os temas da agenda pública (com maior ou menor intensidade ao longo do tempo), talvez seja aquele que mais envolva paixões, interesses políticos e econômicos e diferentes concepções sobre a construção coletiva da sociedade brasileira. E tais concepções são produzidas pelas ações e/ou omissões de múltiplos atores sociais que atuam em diferentes escalas da realidade: Estado e governos, proprietários e não proprietários, assalariados e outras diversas formas de relação de trabalho, movimentos sociais e organizações religiosas, sindicais e tantos outros.

Marcos definidores e elementos essenciais

Por isto mesmo é que são necessários alguns marcos definidores que encaminhem e organizem a análise. No nosso entender, duas questões são ponto de partida neste debate: a compreensão de que a terra é um bem que em dado momento histórico e sob determinados objetivos e condições se transformou em uma mercadoria e, decorrente deste ponto, uma concepção que procure esboçar uma definição de questão agrária.

Polanyi (2000), em seu livro "A grande transformação" trata de elucidar as diferentes ações postas em marcha para transformar os mecanismos econômicos da produção e da distribuição da riqueza socialmente gerada e os mercados no centro mesmo da organização da vida social realizados pelo modo de produção capitalista. Ou seja, uma economia de mercado capitalista somente poderia se expandir em uma sociedade capitalista de mercado. E para além das engrenagens técnicas e econômicas postas em marcha, as idas e vindas em torno do conteúdo de três elementos nos parecem essenciais: o trabalho, a moeda e a terra.

O trabalho porque, força motriz mas também condição mesma da existência humana, deveria se transformar na mercadoria força de trabalho; a moeda, como equivalente universal das trocas e cujo valor sempre havia sido comandado a partir do "valor"/poder do

"Príncipe", deveria se transformar em símbolo abstrato da riqueza e, por fim, a terra, base da vida cotidiana e centro da vida econômica até então (dada a primazia da produção rural, tal como afirmava corretamente a fisiocracia), deveria também se transformar em uma mercadoria e ser regulada pelo seu mercado específico, o mercado fundiário.

Em relação à terra, especificamente, podemos adiantar que não foram poucas as resistências e suaves as vozes que se contrapuseram à criação de um mercado, com compra e venda mediando o acesso a este bem, assim como os atos de diferentes governantes ingleses que tentaram inutilmente adiar, amenizar ou regular este mercado, dada sua impopularidade. De diferentes espectros políticos e ideológicos se ouviram vozes contrárias a este processo. Como exemplo, podemos citar o liberal Henry George, industrial americano do século XIX, que propugnou até sua morte a necessidade da nacionalização ou mesmo a coletivização de todas as terras, na medida em que se trataria de um bem de uso eminentemente coletivo.

Sintetizando, há que se recortar a discussão sobre a apropriação da terra (que em grande medida determina as relações de produção no campo), tomando-a como uma mercadoria não produzida pelas engrenagens econômicas, mas produzida socialmente como mercadoria pelas condições gerais de funcionamento do capitalismo, dentre elas a propriedade privada.

Para que se avance nesta discussão, é necessário resgatar inicialmente, como base para o aprofundamento teórico, elementos e passagens presentes na história do debate acerca da questão agrária (ou do problema agrário), tentando "mapear" as origens e os rumos iniciais das principais polêmicas travadas em torno das análises sobre a lógica e a dinâmica dos processos econômicos e das relações sociais que impactam e transformam, de forma desigual no tempo e nos diferentes territórios, o que classicamente passou-se a chamar de meio rural, campo ou espaço agrário.

Origem e desdobramentos da análise dos problemas agrários no contexto do pensamento marxista: a contribuição de Hegedus.

Apresentando e comentando as origens de algumas das formulações sobre a questão agrária presentes no interior dos círculos sociais/intelectuais influenciados pelo pensamento marxiano e marxista entre o final do século XIX e início do século XX, principalmente sob a influência de autores de língua alemã – particularmente de Kautsky e do SPD, Hegedus (1984)¹² nos propõe a pensar sobre um dado conjunto de contribuições, identificando-as através daquilo que este autor chamará

¹² Hegedus, András. *A questão agrária*. In: E. J. Hobsbawn (org.), *História do Marxismo*, vol. 4 – o marxismo na época da Segunda Internacional. RJ: Paz e Terra, 1984, pp. 149-172.

de "dificuldade na formulação do problema", isto é, a dificuldade observada em "destacar" ou tomar à parte a "questão camponesa", sem necessariamente, subordiná-la às análises pautadas nas leis gerais que determinam e explicam as relações de propriedade e de produção na sociedade capitalista, às quais agiriam quase que com a força de leis naturais, conformando os processos de produção na agricultura de forma quase similar aos padrões e regras da produção industrial.

Esta "dificuldade" levará o autor a afirmar que, no marxismo, a análise e o debate sobre a questão agrária encontrará não só certa resistência, como levará a uma "duplicidade de formulação". Em parte se apresentará como "questão agrária em sentido estrito", e em parte como "questão camponesa". Neste sentido, a questão tem estado no centro de disputas teóricas acirradas, opondo teorias e tendências políticas. A mobilização suscitada em torno da questão é de tal monta, que o autor sugere que ela estaria no centro da própria história de formação de diferentes tendências políticas que têm como paradigma o pensamento marxista e os programas socialistas.

Todavia, mesmo tratada como questão camponesa, Hegedus deixa claro que a abordagem estaria ancorada à uma teoria explicativa da história que tem na noção de "transitoriedade da classe camponesa" um elemento central e determinante. Na realidade uma dupla transitoriedade caracterizaria o campesinato. Transitoriedade do ponto de vista histórico, já que os camponeses são resultado de formações econômico-sociais pretéritas (especificamente do feudalismo), mas que continuam a existir também no capitalismo; e, transitoriedade no sentido estrutural, já que constituir-se-iam numa classe de transição entre as duas classes fundamentais do modo de produção capitalista. Assim, na investigação sobre a estrutura social e suas relações, a contribuição de uma parte das análises de filiação marxista estaria dedicada à compreensão das articulações internas do campesinato, visando com isto atender aos objetivos de: a) estabelecer as bases nas quais seriam construídas e mantidas as relações econômicas e políticas da classe operária (e/ou dos seus partidos) com o campesinato, e; b) no subsídio teórico e político que tais análises poderiam trazer para a formulação de programas agrários de partidos operários, socialistas ou social-democratas.

Discorrendo sobre a trajetória do pensamento e dos escritos marxianos diante da questão agrária e de suas estruturas sociais, Hegedus situa o jovem Marx (até aproximadamente 1848), como um "jornalista-filósofo indignado diante da carestia renana e tenaz em seu antiburocratismo", "resoluto defensor dos pequenos produtores do Mosella", não obstante já se pudesse observar uma certa ambivalência – considerada natural segundo o autor –, que contrapunha, de certo modo, um posicionamento "filocomponês" às reivindicações e propostas

comunistas, formuladas por ele e Engels no contexto da Primeira Internacional¹³.

O fracasso dos movimentos revolucionários de 1848, leva Marx a uma posição bastante crítica e negativa em relação aos camponeses. Passa então a dedicar-se mais intensamente àquilo que se passou a denominar de questão agrária "em sentido mais estrito", uma vez que a análise das particularidades dos movimentos e do desenvolvimento da agricultura tomarão parte de sua teoria econômica geral. Segundo Hegedus (1984, p.152):

(...) "No desdobramento sucessivo de sua teoria, encontramos duas concepções, em certa medida independentes uma da outra: a teoria da renda fundiária e a enunciação da lei de concentração do capital, que é considerada válida também para a agricultura". (grifo nosso)

Quanto à primeira, a teoria da renda fundiária marxiana permitiu uma série de desdobramentos, sugerindo o estudo de suas diferentes manifestações em função da grande diversidade de formas de propriedade, assim como de tipos de uso e condições de exploração por parte dos produtores do campo (estes também heterogêneos). Marx mesmo, dedicou-se no final de sua vida, à análise da variedade de condições e situações agrárias da Rússia, embora não tenha tido tempo de desenvolvê-las e sistematizá-las. Segundo Engels, a Rússia desempenharia para a teoria da renda fundiária, o mesmo papel que a análise da situação da Inglaterra desempenhara para o trabalho assalariado. Havia a tácita compreensão por parte de Marx e Engels, das grandes diferenças históricas, econômicas, culturais e territoriais existentes entre a situação das relações agrárias na Europa Ocidental e aquelas da Europa Oriental. Hegedus afirma que ambos mostraram-se propensos a reconhecer a "possibilidade de uma via de desenvolvimento diferente da ocidental, cuja essência consistia em evitar a fase capitalista". Marx demonstrou grande interesse na questão acerca do futuro do *myr* e de outras formas e estruturas de organização de tipo comunal na Europa Oriental diante do avanço do capitalismo. Segundo sua própria avaliação, referindo-se ao *myr*, a análise contida em *O Capital* não comportaria razões favoráveis tampouco contrárias à vitalidade da comuna rural e, de acordo com as pesquisas que realizou,

¹³ Hegedus faz referência a alguns elementos presentes no documento *Reivindicações do Partido Comunista na Alemanha*, que exercerá grande influência na elaboração de programas agrários socialistas posteriores. Nele, Marx deixa claro o objetivo de transformar as grandes propriedades agrícolas em propriedade estatal, onde deverá ser exercida uma agricultura em larga escala com ajuda dos meios mais modernos da ciência e gestão econômica racional, renunciando a qualquer proposta de (re)divisão da terra. Além disso, propõe que o Estado tome o lugar do grande proprietário como beneficiário dos tributos e da renda pagos pelos camponeses arrendatários. Op. cit., p. 151.

estava convencido que aquela estrutura comunitária era o ponto de apoio da regeneração social na Rússia¹⁴.

Por outro lado, quanto à concentração do capital, Hegedus (1984, p. 153) registra que:

"Um componente extremamente importante da teoria marxiana da sociedade é a determinação do processo de concentração do capital e a inserção deste processo no quadro de sua teoria do desenvolvimento, mesmo porque contribuiu para lançar as bases da crença na realidade da imagem do futuro proposta pelo socialismo". (...)

(...) "A confiança depositada na superioridade da produção em vasta escala e em seu necessário e posterior desenvolvimento é uma das pedras angulares da teoria político-econômica de Marx".

Neste sentido, o filósofo não duvidava que seriam inexoráveis, não apenas o domínio completo da agricultura da Europa Ocidental por relações tipicamente capitalistas, mas a prevalência do processo de concentração naquele meio.

É neste campo – o da dinâmica da concentração de capital na agricultura – que irão se observar as maiores disputas teóricas. Vale dizer também, que esta formulação passará a ser um elemento constitutivo importante daquilo que veio a ser denominado nos estudos agrários contemporâneos de *teorias da modernização*. Seus desdobramentos são particularmente importantes no âmbito das ciências econômicas, das quais o problema agrário (estrito ou camponês), é tributário.

Vale dizer que a análise das relações contraditórias entre concorrência, progresso técnico e concentração/centralização de capital mobilizaram intensamente os círculos acadêmicos e sociais marxistas desde o final do século XIX, constituindo-se num dos capítulos mais profícuos e importantes da contribuição dada pela produção intelectual de filiação marxista, uma vez que a força de seus argumentos impactaram fortemente os próprios paradigmas do pensamento clássico liberal, quer do ponto de vista do método, quer do ponto de vista político. Estes, só conseguem ainda hoje manter sua hegemonia, graças a um sofisticado figurino ideológico e a um arcabouço jurídico e institucional de dimensões mundiais e altamente instrumentalizado, que dão suporte aos seus fundamentos, métodos, teses, etc.

Até os primeiros anos do século XX, os vários congressos e documentos da primeira e da segunda Internacional, reforçaram uma atitude rígida – e mesmo contrária – em relação à economia e à

¹⁴ Esta passagem também é lembrada por J. de Souza Martins em seu livro "Os Camponeses e a Política no Brasil" (1981). Cabe ainda registrar que, ao reconhecer a diversidade sócio-territorial na Europa de seu tempo, Marx demonstra mais uma de suas qualidades intelectuais: uma sofisticada capacidade de pensar geograficamente.

sociedade camponesa. Kautsky é a figura mais emblemática desta 'linha dura' anticamponesa, mesmo reconhecendo em sua obra mais importante (Questão Agrária, 1899), que, na agricultura alemã e europeia ocidental, verificava-se não só a concentração e a integração, mas também a parcelarização da terra¹⁵. Desde então, uma série de novas investigações passa a questionar em bases científicas, um dos fundamentos mais importantes da "teoria agrária ortodoxa", qual seja: o da pauperização crescente e inexorável que leva à ruína e ao extermínio a pequena e a média propriedade camponesa. Rizzi (1985)¹⁶, destaca que a dificuldade dos socialistas europeus (inclusive russos) em enfrentar o "maldito problema" camponês, se devem não só às formulações de Engels, através de um posicionamento a favor da "neutralização" em relação ao campesinato, e é claro, de Kautsky e da cúpula do SPD, mas de uma desatenção dos socialistas para com o que ocorria no campo europeu neste período (fim do séc. XIX – início do séc. XX). O autor faz referência ao desconhecimento em relação a processos que se desenrolavam nos espaços agrários europeus da época, tais como: os processos de reestruturação capitalista, de diferenciação de classe, de desenvolvimento das reivindicações dos trabalhadores rurais e das lutas camponesas, entre outros. Neste sentido, dois autores considerados posteriormente revisionistas e "malditos", E. David e E. Bernstein, comprovaram e defenderam a tese, no interior do SPD, que dizia que as propriedades camponesas da Europa Ocidental, não só demonstravam capacidade de sobreviver, como de se tornarem mais produtivas – inclusive em relação às maiores.

Não obstante, a teoria ortodoxa prevaleceu. A influência de Lênin neste aspecto foi crucial. Além de alinhar-se totalmente ao lado das concepções de Kautsky quanto à questão agrária, no seu livro sobre o desenvolvimento do capitalismo na Rússia procurou demonstrar que era somente pela via capitalista que poderia se dar o desenvolvimento das relações agrárias, mesmo considerando a enorme diversidade das formas de propriedade e organização da produção no campo russo.

Como podemos observar, este debate não é novo. Não só prossegue até hoje, como ganhou novas dimensões e desdobramentos, estando longe de ser equacionado¹⁷.

¹⁵ Não obstante Kautsky considerar este último, um processo apenas complementar ao da integração e concentração pelo capital, o que segundo a sua visão, não o desmentia, pelo contrário, reforçava a tese da incapacidade de sobrevivência da propriedade camponesa e das relações econômico-sociais que articulava e reproduzia, no seio de um capitalismo já amadurecido e de tendência monopolista.

¹⁶ Franco Rizzi. *A Internacional Comunista e a questão camponesa*. In: E. J. Hobsbawm. *História do Marxismo*, vol. 6 – o marxismo na época da terceira internacional. RJ: Paz e Terra, 1985, pp. 219-47.

¹⁷ Seria o caso de nos perguntarmos se realmente faz sentido propugnar por um equacionamento ou 'solução' para a questão. A disputa teórica, a polêmica, a defesa de posições com base em fundamentos e dados de natureza científica, fazem parte da essência do espírito crítico. Todavia, do ponto de vista político, o ônus deste embate têm sido grande para todas as forças sociais que desejam e lutam por mudanças e

Uma perspectiva multidimensional, multiescalar e sintética da análise.

A partir deste primeiro ponto, podemos compreender os elementos subjacentes do que vem a ser a "questão agrária" que deve extrapolar o estudo das questões do campo, ou seja, ela compreende um conjunto de situações relativas ao como se produz e como se distribui a produção em um espaço social e geográfico denominado campo, não a partir de si mesmo, mas a partir das relações criadas e comandadas pelo processo capitalista de produção do excedente.

Envolve, assim, questões relativas à estrutura da propriedade, às funções econômicas, sociais e políticas que desempenha, sua importância no abastecimento e/ou na articulação com a produção urbana e outros setores econômicos, as relações de poder que dali emanam e, não menos importante, a luta permanente que desde a transformação da terra em mercadoria vem sendo travada por diferentes movimentos sociais, sob diferentes bandeiras, formatos de organização, com capacidade mais amplas ou mais restritas de alianças com outros setores, enfim, as resistências à mercantilização completa da vida cotidiana.

Não custa reiterar que a produção teórica e acadêmica sobre cada um destes temas é imensa e variada. Já se fez referência acima às já clássicas contribuições de Lênin e Kautsky. Porém, será Rosa de Luxemburgo, com seu "A acumulação de capital" de 1913, que permitirá que se visualize com mais clareza que, se o modo de produção capitalista em seu permanente processo de expansão necessita conquistar novos mercados, novos setores econômicos e novas regiões à sua lógica e, que se esta expansão muitas vezes recria condições aparentemente antagônicas ao próprio capital (como é o caso, por exemplo, do trabalho escravo), também no campo este processo pode ser visualizado através da recriação permanente do trabalho camponês: criado e recriado, expulso e articulado segundo interesses historicamente determinados. Explica-se, assim, a presença e a permanência da pequena propriedade camponesa de base familiar, que ora se expande, ora parece desaparecer, ora se coloca como atrasada, ora se organiza e reivindica na luta a desmercantilização da terra.

Desdobramentos da (re)leitura clássica: as abordagens da modernização da estrutura produtiva da agricultura

Uma boa parte da produção científica que procurou tratar das tensões e contradições entre a dinâmica das relações de produção e a do desenvolvimento das forças produtivas, manteve-se fiel aos

transformações na ordem econômica e jurídica do capitalismo. Neste sentido, cabe também perguntar se seriam válidas as tentativas de síntese ou refundição das teses e abordagens, tendo em vista especificamente, a dimensão tática no processo de confronto político, ideológico e institucional com os representantes das forças hegemônicas e classes dominantes.

princípios e fundamentos que centravam as explicações sobre o progresso técnico (processos de mudança na base técnica) e os processos de concentração/centralização, como as molas propulsoras dos novos arranjos e configurações do campo sob o capitalismo. Dai surgirem inúmeras análises sobre como tem-se processado nos diferentes territórios, o uso e o emprego dos meios, as novas relações e articulações de mercado, as dinâmicas de crescimento, o aprofundamento da divisão e da especialização do trabalho, a incorporação da ciência e da tecnologia aos processos produtivos, etc. Isto é, os referenciais utilizados para as análises da acumulação e da reprodução capitalista ampliada do capital são aqueles baseados fundamentalmente no paradigma da indústria.

Neste contexto, chama a atenção as análises voltadas à interpretação dos processos de articulação e unificação entre os diferentes segmentos do capital, para com isso demonstrar como a agricultura acaba se submetendo, cada vez mais, às expressões e formas hegemônicas contemporâneas do capital.

Não obstante, esta abordagem tem sido permeada com contribuições e sustentada por filiações teórico-metodológicas externas ao materialismo dialético e/ou às suas derivações historicistas e estruturalistas. O que ocorre muitas vezes, é que o instrumental analítico que passa a ser utilizado, mantém somente de forma muito mediada e indireta, vínculos com o método e a matriz teórica que o motivou e mobilizou a análise.

Tomemos por exemplo, uma noção que tem sido cara nas análises sobre a agricultura capitalista: a de Complexo Agroindustrial. São duas as concepções que estão na sua origem: uma vertente schumpeteriana, e uma vertente que deriva da análise sistêmica. A mais antiga, a sistêmica, tem sido utilizada para ressaltar a integração técnica entre os setores e atividades. Uma visão que ressalta a funcionalidade dos mecanismos de integração. É uma abordagem que privilegia o (re)ordenamento da matriz insumo-produto. Procura radiografar o sistema num dado momento e os parâmetros utilizados não mudam, isto é, independentemente do ramo ou segmento estudado, o "esqueleto" sobre o qual se dão as atividades e os mecanismos de integração são os mesmos. Nos estudos agrários, tal abordagem tem sido a base para aquilo que denominamos de geografia (ou economia espacial) dos produtos agropecuários. Proliferam-se estudos de caso pautados por esta vertente de análise do Complexo Agroindustrial.

A vertente schumpeteriana por sua vez, está ligada à idéia de que o processo de desenvolvimento é um processo dinâmico, que pressupõe o desequilíbrio mas que evolui tendencialmente à estabilização, isto é, também não estão presentes, pelo menos diretamente, as referências aos conflitos e contradições no interior dos processos de articulação e integração. Privilegia a noção de fluxos, portanto é menos estática que a anterior, e dá enorme peso às inovações tecnológicas introduzidas de forma induzida ou espontânea

indução que constituem o complexo. Além disso, ressalta os processos de integração vertical, portanto, mantem um certo compromisso com o princípio da concentração/centralização do capital. Como se baseia nos fluxos, movimentos e faz referência aos processos de concentração/centralização e unificação de capitais, é mais sofisticada que a vertente sistêmica, sendo mais difícil, neste caso, delimitar os limites de um dado complexo do ponto de vista funcional e territorial. Do ponto de vista dos estudos agrários, tal vertente tem servido como balizamento para as investigações sobre setores e empresas que constroem e consolidam poder de controle sobre determinados mercados agropecuários. Os estudos que resultam da utilização desta vertente seriam aqueles que poder-se-iam identificar como parte de uma geografia econômica das empresas e mercados.

Recortes sobre a questão agrária e reforma agrária no Brasil na ótica do pensamento marxista

No Brasil, país que ainda não conheceu um verdadeiro processo de reforma agrária, a produção acadêmica também é farta, diversificada e polêmica. Desde os trabalhos seminiais de Alberto Passos Guimarães (Quatro séculos de latifúndio), passando por Caio Prado Jr. e chegando à José de Souza Martins, José Graziano de Souza, Ricardo Abramovay, Ariovaldo Umbelino de Souza e Bernardo Mançano Fernandes, para citarmos apenas alguns, a questão agrária é discutida e interpretada de diferentes maneiras. Mesmo que apresentem como traço comum a crítica à concentração extremada da propriedade fundiária (1% dos proprietários detém aproximadamente 50% das terras agriculturáveis, segundo o IBGE), que reconheçam o rápido processo de modernização do campo a partir dos anos 60/70, com traços nitidamente conservadores e excludentes e que todos argumentem a favor de uma reforma agrária, existem vários pontos de divergência, dentre eles a questão da reforma agrária.

De maneira ainda que muito sintética, poderíamos identificar duas grandes visões sobre a questão. De um lado aqueles que vêm a Reforma agrária como política pública necessária para minimizar a pobreza no campo e na cidade e, como questão de justiça social, deve privilegiar determinados setores ligados ao lumpesinato e pequenos camponeses semiproletários (José Graziano da Silva e Ricardo Abramovay). A questão central colocada neste argumento diz respeito à aceitação de um modelo de penetração do capitalismo no campo que não deixaria margens mais ao pequeno agricultor camponês, dedicado à produção de subsistência e com pequenos excedentes ao mercado. Identificando-os como atrasados, trabalham na perspectiva de uma agricultura familiar forte e capitalizada, para onde deveriam ser direcionados os maiores esforços governamentais.

De outro lado, alinham-se aqueles que defendem uma reforma agrária voltada para uma redefinição das relações sociais no campo que, através da orientação para um modelo que privilegiasse os pequenos e médios proprietários, provocasse alterações mais profundas sobre o como se produz e o como se distribui a produção gerada (Ariovaldo de Oliveira e Bernardo Mançano Fernandes). A ampla redefinição do próprio conceito de reforma agrária seria ponto fundamental nesta estratégia, na medida em que somente a mudança do modelo de propriedade poderia interferir diretamente na lógica da produção da exclusão social. Os movimentos sociais e em particular aqueles que lutam pela terra, cumpriram um papel fundamental neste modelo.

Tais posições encontram-se articuladas, obviamente a diferentes concepções de mundo e a distintos projetos políticos em construção. Enquanto a primeira direciona seus esforços para um certo fatalismo na desapareição do trabalho camponês, que seriam ou deveriam ser nada mais nada menos do que pobres assistidos, a segunda reafirma sua recriação incessante pelo encontro de forças políticas sociais antagônicas, sendo que a luta pela terra não só criaria maiores patamares de cidadania, mas também recriaria permanentemente este ator social, denominado camponês.

Como pode ser percebido, a luta é ao mesmo tempo real e simbólica. É a luta pela terra e a luta pela identidade de quem luta pela terra. E esta não é menos concreta que a primeira. Afinal, como nos ensina Pierre Bourdieu (1989) o poder simbólico é o poder de constituir a realidade, fazendo-se ver e fazendo-se crer, de transformar a visão de mundo e, conseqüentemente a ação sobre ele.

BIBLIOGRAFIA

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas: Hucitec, 1992.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.
- FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- HEGEDUS, A. A questão agrária. In: E. J. HOBBSAWN (Org.), **História do Marxismo**, vol. 4 – o marxismo na época da Segunda Internacional. RJ: Paz e Terra, 1984.
- KAUTSKI, K. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultura, 1986.
- LÊNIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Nova Cultura, 1985.
- LUXEMBURGO, R. **A acumulação de capital**

MARTINS, J. S. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

OLIVEIRA, A. U. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1986.

POLANY, K. **A grande transformação**. As origens de nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

RIZZI, F. A Internacional Comunista e a questão camponesa. In: E. J. HOBBSAWN (Org.). **História do Marxismo**, vol. 6 – o marxismo na época da terceira internacional. RJ: Paz e Terra, 1985.

SILVA, J.G. da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Unicamp, 1996.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, 560p¹⁸.

**Nelson Rodrigo Pedon¹⁹
Eliseu Savério Spósito²⁰**

Para melhor compreender esta resenha, faz-se necessário expor algumas considerações prévias. Ao longo do texto, utilizaremos citações do próprio livro entre aspas buscando, desta forma, uma melhor fundamentação para a reflexão que se segue. Outra consideração importante diz respeito às bases teóricas do autor. Ele, baseia-se, para realizar suas análises, numa perspectiva autonomista, tal perspectiva assenta-se sobre as reflexões e formulações do filósofo greco-francês Cornelius Castoriadis. Assim, o autor oferece uma interpretação alternativa e não-usual em relação às principais concepções de planejamento e gestão urbanos que imperam no Brasil.

Souza busca conciliar uma postura radical (indo às raízes dos problemas) a uma postura pragmática e vice-versa, para "enxergar e valorizar grandes questões e desafios, que iluminam e justificam projetos de longo prazo, [o que] não é incompatível com a valorização de pequenas (ou quotidianas) questões ou pequenos (ou quotidianos) desafios". É munido de uma "radicalidade crítica" e um "pragmatismo realista" que o autor ao longo de suas reflexões concilia técnica e ciência com política, não só do ponto de vista conceitual e teórico como metodológico. No que tange aos vários temas abordados em seu texto, Souza assume a postura de um cientista social, ficando distante de abordagens meramente urbanísticas ou puramente técnicas. O planejamento e a gestão são encarados por um viés de "ciência social aplicada" ao mesmo tempo em que se baseia numa perspectiva universalista, pois aborda problemas de ordem estrutural como, por exemplo, a especulação imobiliária.

Mudar a cidade está estruturado em quatro partes. Cada uma subdivide-se em vários capítulos e subcapítulos. Na primeira parte abordam-se questões de ordem teórica, conceitual, epistemológica e metodológica do planejamento e gestão urbanos. Na segunda parte o autor apresenta as principais correntes do planejamento no urbano no

¹⁸ Esta resenha é resultado de debates realizados no GAsPEER (Grupo de Pesquisa Produção do Espaço e Redefinições Regionais)

¹⁹ Aluno do 4º ano do curso de graduação em Geografia da FCT/UNESP de Presidente Prudente, bolsista FAPESP.

²⁰ Professor Adjunto do Departamento de Geografia da UNESP, campus de Presidente Prudente.

exterior e no Brasil, abordando seus traços mais marcantes, convergências e divergências. A terceira parte é dedicada a uma exposição dos instrumentos à disposição para o planejamento e a gestão; nela, destacam-se aqueles mais capazes de servirem aos objetivos de promoção de uma maior justiça social e uma melhor qualidade de vida para o maior número possível de pessoas. Por último, na quarta parte, há relatos e análises de experiências, com o intuito de se ilustrar os assuntos tratados. Com fins didáticos, são inseridos boxes para se expor ou explicar assuntos importantes cuja abordagem quebraria a fluência do texto se nele fossem incluídos.

Antes de iniciar a abordagem de cada parte do livro, remetemo-nos à introdução do livro. São nas palavras iniciais que o autor expõe suas principais preocupações, quais sejam: compreender o planejamento crítico como pesquisa científica aplicada; valorizar simultaneamente as dimensões política e técnico-científica do planejamento e da gestão, criticando o tecnocratismo, mas sem prescindir do conhecimento técnico e a racionalidade instrumental que privilegia os meios em detrimento dos fins; outra preocupação do autor refere-se à participação popular, e aqui Souza recorre, com mais precisão, à idéia castoriadiana de *autonomia*, que se baseia em críticas feitas à democracia representativa, posicionando-se a favor da democracia direta e das perspectivas de cunho marxista, que consideram o proletário o único agente transformador das condições objetivas da sociedade e atribui, ao Estado, um caráter essencialmente classista. Sobre essa última crítica, o autor filia-se ao pensamento de Poulantzas, que interpreta o Estado como resultado de uma "condensação de uma relação de forças", embora sua lógica, em uma sociedade capitalista, tenda a ser a da reprodução da ordem vigente.

Na primeira parte o planejamento e a gestão urbanos são contextualizados. O autor inicia fazendo alusões ao descrédito que imperou, durante algum tempo no Brasil, a respeito da validade do planejamento. Tal descrédito está relacionado às críticas desferidas pela esquerda desconfiada do caráter classista das ações do Estado e da direita movida pela égide ideológica do neoliberalismo. Souza afirma que planejamento e gestão

não são termos intercambiáveis, por possuírem referenciais temporais distintos e, por tabela, por se referirem a diferentes tipos de atividades". De forma mais clara, o autor afirma que planejar é "simular os desdobramentos de um processo, com o objetivo de melhor precaver-se contra prováveis problemas ou, inversamente, com o fito de melhor tirar partido de prováveis benefícios.

Já a gestão está relacionada com a "administração dos recursos e das relações de poder aqui e agora".

No que se refere ao planejamento e à gestão urbanos como ferramentas de promoção do desenvolvimento social, o autor busca distanciar-se das abordagens economicistas e afirma que "se está diante de um autêntico processo de desenvolvimento sócio-espacial quando se constata uma melhoria da qualidade de vida e um aumento da justiça social". Esses objetivos só são alcançados com mudanças positivas no social e no espaço. Distanciando-se do cientificismo e prezando por uma perspectiva científica, o planejamento e a gestão urbanos são entendidos a partir de uma visão interdisciplinar, ou seja, demanda uma coordenada cooperação entre diversos saberes disciplinares. O autor afirma que o planejamento e a gestão urbanos devem ser compreendidos fora do marco positivista da divisão fragmentada e disciplinadora do conhecimento. Ao fim dessa parte, Souza trata das escalas do planejamento das cidades, busca ultrapassar as quatro tradicionais referências espaço-escalares (local, regional, nacional e internacional), sugerindo que "é preciso pensar multiescalarmente", integrando, assim, "a lógica da continuidade e a lógica da descontinuidade do espaço". Com vistas a otimizar o planejamento e a gestão urbanos, sugere a incorporação às tradicionais referências espaço-escalares as escalas macrolocal, mesolocal e microlocal.

Na segunda parte do livro, Souza realiza uma tipologia das abordagens de planejamento e gestão urbanos. Essa tipologia, é chamada *a posteriori*, pois os critérios de identificação dos tipos foram propostos após uma análise da realidade. Para isso, ele considera a idéia central, que se refere ao objetivo mais essencial perseguido; a filiação estética (urbanística); o escopo, que é o critério que informa se o estilo do planejamento é estritamente físico-territorial; o grau de interdisciplinaridade; a permeabilidade em face da realidade, ou seja, "o grau em que o normativo deriva de uma análise profunda e sistemática prévia da realidade empírica"; o grau de abertura para com a participação popular; a atitude em face do mercado; e o referencial político-filosófico. A tipologia elaborada por Souza resulta em nove abordagens, a saber: Planejamento físico-territorial clássico; Planejamento sistêmico; Perspectivas "mercadófilas"; *New Urbanism*; Desenvolvimento urbano sustentável e planejamento ecológico; Planejamento comunicativo/colaborativo; Planejamento *rawlsiano*; Planejamento e gestão urbanos social-reformistas; e Planejamento e gestão urbanos autonomistas.

Na terceira parte do livro, Souza expõe os principais tipos de instrumentos que estão à disposição do planejamento. Tal instrumental compreende dos índices urbanísticos, que são os vários tipos de índices ou parâmetros que regulam a densidade e forma da ocupação do espaço (taxa de ocupação, gabarito, índice de permeabilidade etc.) ao zoneamento de uso e ocupação do solo. Baseados no potencial de influência sobre as atividades dos agentes modeladores do espaço urbano, Souza classifica esses instrumentos em: *informativos*, que possuem a função da divulgação de informações

relevantes para os vários grupos de agentes modeladores do espaço urbano; *estimulantes*, que vão desde os incentivos fiscais concedidos às empresas a muitos outros tipos de vantagens concedidos aos empreendedores; *inibidores*, instrumentos que servem para limitar a margem de manobra de determinados agentes modeladores do espaço urbano, exemplos ilustrativos são o parcelamento, a edificação compulsória, o IPTU progressivo e a desapropriação e, por último, os *coercitivos*, que expressam proibições e estabelecem limites legais. Os índices urbanísticos e os zoneamentos são exemplos deste tipo de instrumento.

Nos capítulos e subcapítulos da terceira parte, Souza descreve, com detalhes, a estrutura e função de vários dos instrumentos já citados. É importante considerar as referências, na maioria dos casos simpáticas, que o autor faz aos instrumentos que constituem o Estatuto da Cidade (Lei 10 257 de 10/07/2001 que consubstanciou as Leis 182 e 183 da Constituição Federal de 1988). Esses Instrumentos são a urbanização consorciada, a transferência do direito de construir, compra do direito de construir, lei do usucapião, entre outras, todas especificadas nos Planos Diretores, que são expostas, salvo algumas críticas, pelo autor, como eficientes instrumentos na busca por uma apropriação mais justa do espaço urbano.

Nesta parte do livro, mais especificamente no capítulo 11, Souza trata da participação popular no planejamento e gestão das cidades, enfatizando a adoção do orçamento participativo em algumas cidades, sendo bastante ilustrativo o exemplo de Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul. Sob um ângulo autonomista, o autor enumera alguns problemas referentes à democracia representativa: o planejamento baseado exclusivamente na racionalidade instrumental, o que desemboca na valorização dos meios e encobrimento dos fins; o caráter classista do Estado, ou seja, o Estado *tende a produzir, como vetor resultante em termos de ações*, intervenções conformes aos interesses dos grupos e classes dominantes, que dispõem de mais recursos e capacidade de influência, e a falta de transparência da administração pública em matéria de prestação de contas ao público, o que é propício à corrupção.

Fundamentado na perspectiva autonomista, Souza busca responder a pergunta *"por que a participação popular é importante?"* Ele afirma que a participação pode minimizar certas fontes de distorção, como a corrupção, os erros de avaliação e desperdício de dinheiro público. Outro argumento é o de que, ao participar de uma decisão, o cidadão se sente mais responsável pelo seu resultado, contribuindo, ao mesmo tempo, para o amadurecimento político da população e para aguçar o espírito fiscalizador desta. Souza afirma que a participação popular constitui não um acessório nem mesmo um instrumento mas, participar, para ele consiste *"no sentido essencial de exercer a autonomia, é a alma mesma do planejamento e de uma gestão que*

queiram se credenciar para reivindicar seriamente o adjetivo democrático".

Assim, o orçamento participativo possui um papel essencial no interior da interpretação crítica realizada pelo autor em relação ao planejamento e gestão urbanos. Baseado na perspectiva autonomista o orçamento participativo *"pavimenta o terreno para que se rompa com os pressupostos de funcionamento da democracia representativa"* devendo ser entendido de forma interdisciplinar, distanciando-se das visões meramente fragmentadas e fragmentadoras dos economicistas e tecnocráticas. O orçamento participativo constitui-se em uma abertura do aparelho do Estado à possibilidade da população participar diretamente das decisões sobre os objetivos dos investimentos públicos.

Ainda sobre a participação popular, Souza afirma que a implementação de mecanismos que contribuem para uma maior democratização do Estado, tanto por parte da administração pública quanto de outras forças políticas, constantemente encontrará obstáculos. Esses obstáculos foram sintetizados em três problemáticas: *problemática da implementação*, referente às deficiências técnicas e organizacionais, boicotes externos e internos; *problemática da cooptação*, referente à implementação de *"redes informais"* que objetivam manter a ordem vigente através da eliminação dos focos de oposição e crítica, diminuindo, assim, a margem de manobra autônoma da sociedade civil; e *problemática da desigualdade*, referente às péssimas condições de vida da população mais pobre que, em geral, possuem muito menos recursos para participarem do que a classe média.

Na quarta e última parte do livro, o autor dedica-se a *"esquadrinhar experiências concretas"*, examinando seus sucessos e fracassos, lançando mão, para isso, de uma linguagem menos "formal". O autor expõe seus trabalhos realizados nos municípios de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, Angra do Reis e Rio de Janeiro, ambos no Estado do Rio de Janeiro, Recife, no Estado de Pernambuco e Curitiba, no Estado do Paraná. Nesta parte, Souza apresenta experiências, relatos e análises referentes a situações concretas que servem para ilustrar temas tratados ao longo das três primeiras partes, não inserindo, portanto, novas questões.

Em *Mudar a cidade*, Marcelo Lopes de Souza, fundamentado na perspectiva autonomista de viés castoriadiano, encara o planejamento e gestão urbanos como meios para se alcançar um melhor desenvolvimento urbano, ou em suas palavras, *"um maior desenvolvimento sócio-espacial na cidade"*. *Mudar a cidade* constitui uma importante leitura para aqueles que buscam compreender o planejamento e a gestão urbanos não como competência exclusiva do Estado e de seus "tentáculos" tecnocráticos, mas como um caminho, um processo de práxis coletiva, em meio a uma sociedade heterônoma em direção a uma sociedade basicamente autônoma.